



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Camila Campos Curcino Vieira

**A dinâmica pulsional na surdez congênita ou precoce: reflexões
sobre língua materna e língua de sinais**

UBERLÂNDIA

2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Camila Campos Curcino Vieira

A dinâmica pulsional na surdez congênita ou precoce: reflexões sobre língua materna e língua de sinais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

**UBERLÂNDIA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V658d
2019

Vieira, Camila Campos Curcino, 1989

A dinâmica pulsional na surdez congênita ou precoce [recurso eletrônico] : reflexões sobre língua materna e língua de sinais / Camila Campos Curcino Vieira. - 2019.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1361>

Inclui bibliografia.

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Surdez. 4. Língua materna. 5. Língua de sinais. I. Paravidini, João Luiz Leitão, 1961, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Angela Aparecida Vicentini Tzi Tziboy – CRB-6/947



Camila Campos Curcino Vieira

A dinâmica pulsional na surdez congênita ou precoce: reflexões sobre língua materna e língua de sinais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, 06 de maio de 2019.

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profª. Drª. Anamaria Silva Neves (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Maurício Eugênio Maliska (Examinador)

Universidade do Sul de Santa Catarina- Florianópolis, SC

Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva (Examinador Suplente)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profª. Drª. Cirlana Rodrigues de Souza (Examinador Suplente)

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG

UBERLÂNDIA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia			
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico nº 320/2019/PGPSI			
Data:	seis de maio de dois mil e dezenove	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento: 12:05
Matrícula do Discente:	11712PSI005			
Nome do Discente:	Camila Campos Curcino Vieira			
Título do Trabalho:	A dinâmica pulsional na surdez congênita ou precoce: reflexões sobre língua materna e língua de sinais.			
Área de concentração:	Psicologia			
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desenvolvimento emocional precoce e o sofrimento psíquico grave: os modos de subjetivação infantis contemporâneos.			

Reuniu-se na sala 46, bloco 2C, Campus Umuarama, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **Psicologia**, assim composta: Professores Doutores: **Anamaria Silva Neves - IP/UFU; Maurício Eugênio Maliska - Unisul; João Luiz Leitão Paravidini - IP/UFU** orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. João Luiz Leitão Paravidini apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Luiz Leitão Paravidini, Presidente**, em 06/05/2019, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anamaria Silva Neves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/05/2019, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Eugênio Maliska, Usuário Externo**, em 06/05/2019, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1220534** e o código CRC **DDFFC653**.

*Dedico essa dissertação à primeira pessoa que
acreditou em meu potencial desejante, minha mãe.*

Agradecimentos

A Deus, pela minha vida e apoio nos momentos de desesperança, nos quais minha fé fez-me seguir adiante.

Aos meus pais, Aparecida e João, pelo amor incondicional destinado a mim e todo sustento afetivo e confiança na minha trajetória acadêmica. Mostraram-me desde muito cedo que a leitura nos faz crescer e os estudos são nossa maior riqueza. Em vocês encontro meu porto seguro e meu interesse pela pesquisa foi influenciado pelo pensamento investigativo de minha mãe e seu olhar sobre a história do mundo, me fazendo observar o que estava presente nas entrelinhas.

Aos meus irmãos, Lucas e Patrícia, pela inspiração que me causam quanto à superação dos obstáculos e perseverança diante dos desafios. Pensar em vocês sempre me motiva a continuar insistindo nos meus desejos. Vocês são as âncoras da minha história.

Aos meus amados avós, em especial Odete e Paulo, pela preocupação e cuidado. Nos nossos encontros, regados de amor e docura, eu encontro aconchego e paz. Nos primeiros passos que dei no ambiente estudantil vocês me levaram pela mão e, hoje, posso dizer que este início foi fundamental para meu interesse nos estudos e que vocês são as minhas referências de sabedoria.

Ao meu tio Beto, em memória, por ser uma referência simbólica para mim de determinação e honestidade em tudo que empreendo em minha vida.

Aos demais familiares próximos, amigos, colegas de trabalho e ao Gabriell, o meu obrigado pela compreensão diante de minha ausência temporária e por promoverem momentos de leveza e descontração quando eu mais precisei.

Ao meu orientador, João Luiz, pelos encontros ricos de conhecimento e trocas que me fizeram enfrentar meus medos e anseios, além de promover um contato que privilegiava o que escapava à fala e à escrita, ou seja, o que aparecia como estranho. Este trabalho só foi possível

porque encontrei um lugar para sustentar meu desejo e enfrentar os desafios da escrita no nosso grupo de pesquisa.

Aos meus amigos do grupo de pesquisa, em especial aos que permaneceram ao meu lado por mais tempo nesta trajetória, Rita, Luma, Roberta, Bruno, Dayeli, Luiz e Lucas, por me acolherem e embarcarem comigo nesta aventura de fazer pesquisa, contribuindo para minhas construções.

Aos professores e funcionários do PGPSI, especialmente a professora Anamaria, pela disponibilidade e por propiciar momentos de reflexão e reconstruções que a psicanálise nos convoca.

Aos funcionários da Clínica de Psicologia da UFU, em nome do Wesley, por me receberem com carinho e por contribuírem no meu trajeto do mestrado, auxiliando na garantia de um espaço para a execução da pesquisa.

Aos meus pacientes que tanto me ensinaram.

Minha escrita teve a contribuição de cada um aqui mencionado. A todos vocês minha sincera gratidão.

A luz só vem por repentes e eu peço desculpas ao leitor por deixá-lo nesta angústia, indispensável, da penumbra e da desordem. É através da desordem que se vai produzir uma certa ordem. Talvez ela não seja nem a minha, nem a do leitor, mas a do sujeito- e logo compreenderemos melhor. O que é essa aventura psicanalítica senão essa caminhada através de atalhos, sempre inexplorados, em que a verdade se entrevê, mas nunca se alcança?

Mannoni

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender o papel língua materna na constituição psíquica do sujeito com surdez pertencente a uma família de ouvintes, apontando as especificidades da ausência de acesso à sonoridade e do uso da língua de sinais nos primeiros anos da criança. A construção das proposições foi decorrente do trabalho analítico com duas crianças com surdez e da elaboração de ensaio metapsicológico, os quais fizeram despontar os impasses decorrentes do encontro entre a língua oral e a língua de sinais e a singularidade da dinâmica pulsional entre os objetos voz e olhar na transferência. A língua materna foi tomada naquilo que se aproxima de lalangue, ou seja, ao sem sentido da língua e ao que escapa à representação. A língua de sinais ocupou duas posições nas sessões sendo a própria posição de lalangue ou sua elocubração, com efeitos de estranhamento e apaziguamento, respectivamente. Na ausência da sonoridade e na fragilidade do lugar simbólico ocupado pelo Outro primordial, o objeto olhar tornava-se uma presença insuportável ou assumia uma posição siderante, na qual o sujeito era capturado e não havia espaço para o questionamento do saber. Constatou-se que a língua de sinais, assim como a língua oral, assumiu o papel de embalar o objeto voz, quando utilizada por uma mãe ouvinte. Por fim, na análise dos sujeitos com surdez, o lugar do Outro como tesouro dos significantes encontrou demarcação quando a língua de sinais, diante do olhar materno, assumiu suas potencialidades simbólicas e de veículo para transmissão do desejo.

Palavras-chave: Psicanálise; Surdez; Língua materna; Língua de sinais; objetos pulsionais.

ABSTRACT

This dissertation aimed at understanding the mother tongue role in the psychological constitution of the deaf subject inserted in a family of listeners, pointing out the particularities of the lack of access to sound and the use of sign language in the early years of childhood. Our propositions were based on the analytical work with two deaf children and the elaboration of a metapsychological essay. Questions arose due to the meeting of oral language and sign language to the singularity of the drive dynamics between the object voice and transfer. We understood mother tongue as close to *lalangue*, that is, what is meaninglessness of the language and what escapes representation. Sign language occupied two positions in the sessions, the *lalangue* position itself and its elocubration, with effects of estrangement and appeasement, respectively. In the absence of sonority and in the fragility of the symbolic place occupied by the primordial Other, the object gaze became an unbearable presence or assumed a puzzled position, in which the subject was captured and there was no room for questioning knowledge. Sign language, as well as oral language, assumed the role of wrapping the object voice when used by a listening mother. Regarding deaf subjects, the place of the Other as a treasure of signifiers found boundaries when the sign language, before the maternal gaze, assumed its symbolic and instrumental potentialities to transmit desire.

Key-words: Psychoanalysis; Deafness; Mother tongue; Sign language; Drive objects.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
O início e suas ressonâncias	12
O encontro com a voz e com a língua de sinais	15
Qual questão é levantada?	19
Que caminho percorrer?.....	20
1. Que voz é essa?	27
1.1 Voz e corpo.....	27
1.2 Objeto voz.....	28
1.3 Pulsão invocante	34
1.4 Audição e voz.....	39
1.5 Afinal, que voz é essa?	43
2. O Olhar.....	44
2.1 Olhar objeto a	44
2.2 O olhar e o Outro	47
2.3 Estádio do espelho e os esquemas ópticos: o lugar do Outro e do sujeito	50
2.4 Olhar e surdez	52
3. Língua: o dizer do Outro sobre o sujeito e sua posição no discurso.....	54
3.1 Sujeito de linguagem.....	54
3.2 Língua materna.....	55
3.3 Posição débil	59
3.4 E se a surdez for tomada como uma debilidade?	63
4. Construção dos casos clínicos.....	66
4.1 Caso clínico: Pedro	66
4.1.1 A mãe anônima.....	67
4.1.2 Eu, a mãe, Pedro e a Libras	69
4.1.3 Libidinização corporal: um corpo falante	76
4.1.4 Analista e/ou intérprete?	77
4.1.5 Língua materna e surdez.....	81
4.1.6 Pedro estaria em uma posição débil?	83
4.2 Caso clínico: Gabriel	86
4.2.1 Sobre a surdez	86

4.2.2 “Quero embora” versus “Não quero embora”- Amor e ódio	87
4.2.3 Gabriel diante da voz e do olhar.....	89
4.2.4 Os excessos de Gabriel.....	94
4.2.5 O pequeno outro.....	99
4.2.6 Aprofundando no olhar.....	101
5. A língua de sinais e sua dupla posição.....	104
5.1 Língua de sinais: uma língua estrangeira?.....	104
5.2 Língua de sinais na posição de lalangue	112
5.3 Língua de sinais em posição de elocubração de lalangue.....	120
5.4 Um outro nome para lalangue?	123
5.5 Pulsão invocante e pulsão escópica: os compassos e descompassos	125
Considerações finais	136
Referências	139
Apêndice A- Descrição das sessões	145
Apêndice B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	175
Apêndice C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS	178
Apêndice D- DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE.....	181
ANEXO-Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	182

Introdução

O início e suas ressonâncias

Há um início de meu contato com o sujeito com surdez, que se realizou fora das paredes do consultório e em uma posição que estava entrecruzada com outros saberes. O contato se deu no serviço público, em especial, no centro de referência de assistência social. Os outros saberes que cito dizem respeito ao diálogo com profissionais do serviço social, educação e membros de conselhos de defesa de direitos. Discorro, posteriormente nesta introdução, sobre a experiência de atendimento a uma mulher com surdez, pois este foi o ponto de partida para minhas inquietações e construção do que veio a se tornar meu objeto de pesquisa no mestrado. Desse modo, a experiência do encontro com essa mulher com surdez não assumirá o lugar de uma construção de caso, mas o lugar de origem do meu interesse sobre o tema e dos primeiros atravessamentos produzidos pela língua de sinais.

Ao transitar em espaços públicos de atenção à saúde e assistência social, e participar de discussões de casos para ações conjuntas interdisciplinares, angústias foram despertadas sobre as considerações levantadas nesses grupos sobre o sujeito com deficiência. Em especial no que se refere ao sujeito com surdez, onde os encontros entre os profissionais foram frequentes e sempre acompanhados de discursos reducionistas e preconceituosos, colocando a surdez como causa do abandono às funções maternas, da impossibilidade de demonstração de afetos, de uma sexualidade inadequada e da organização dos pensamentos fragmentada, que prejudicaria a execução dos papéis parentais de garantir o bem-estar e segurança dos filhos.

Tais posicionamentos me remeteram há épocas em que a deficiência e o seu estranhamento apareciam nos laços sociais de maneira cruel. O surdo era considerado como doente, desviante da norma, não detentor da palavra e, logo, um ser incapaz. Foram

encontrados textos na Grécia nos quais a língua oral era considerada inata ao humano, da ordem do instinto e, por isso, aquele que não desenvolvesse o aprendizado da língua seria considerado não humano (Buzar, 2015). Na Idade Média, os surdos eram considerados seres imbecis porque não possuíam a capacidade da fala e por consequência disto julgava-se que não possuíam pensamentos, sendo impedidos de estudar, casar e possuir um convívio social (Dalcin, 2004).

As considerações estereotipadas a respeito do sujeito surdo, como incapazes ao desenvolvimento cognitivo e emocional alcançados pelos ouvintes, influenciaram os modos de agir e pensar da sociedade em geral e de outras instituições como a família e a escola (Buzar, 2015). O saber científico, inclusive a psicologia, entrou neste cenário para investigar nos surdos seus desvios da normalidade, por vezes não o considerando como sujeito detentor de cultura, identidade, comunicação e potencialidades (Dalcin, 2004).

Foi preocupante perceber que nos dias atuais ainda existem muitas práticas que apresentam concepções da deficiência como uma impossibilidade de desenvolvimento pleno das funções psíquicas, apontando, também, para uma dificuldade do surdo em estabelecer laços sociais. Percebeu-se uma valorização da escuta da voz como condição para um desenvolvimento satisfatório.

A criação de associações de surdos aponta para a necessidade de união para garantia de direitos fundamentais em uma sociedade que a princípio seria não garantidora. Além disso, identificar-se a seu semelhante possui importância para alguns surdos que dizem considerar a comunidade surda sua principal família, local onde podem comunicar-se por meio da língua de sinais, com cultura e modos de pensar próprios. Em palestra recente sobre o dia mundial do surdo, um jovem com surdez severa disse sobre as diferenças entre comunidade surda e comunidade ouvinte, a começar pela língua utilizada e concluindo que os modos de fazer laço são diferentes.

Constatou-se que nos apontamentos sobre a história do lugar dado ao surdo na sociedade, bem como nos discursos presentes na comunidade surda e nas discussões entre profissionais que estive presente, foram recorrentes o tema da escuta, do uso da língua e da fala oralizada, para dizer da constituição de um sujeito e como esse estará inserido nos laços sociais. Dessa forma, observou-se que o escutar e a inserção na linguagem é alvo de interesse em discursos científicos e no senso comum, e em meu trajeto particular, tal tema esteve entrelaçado ao sujeito com surdez e à língua de sinais.

Para a psicanálise, a escuta da voz ultrapassa o ouvir acústico e o ouvido enquanto órgão de sentido, para dizer da voz enquanto objeto de desejo, que convoca o sujeito a existir. Contudo, o sonoro, enquanto uma forma da voz, se faz presente desde os textos de Freud sobre a afonia histérica, até teses atuais, como a de Julieta Jerusalisky, onde a voz prosódica e embalante transmite o enigma do desejo materno ao bebê.

Assim, tornou-se intrigante pensar a constituição do sujeito com surdez, em que não se faz presente o sonoro, mas sim uma língua pertencente ao registro gestual/visual. Além disso, esta pesquisa foi realizada com sujeitos com surdez filhos de pais ouvintes, o que levantou a questão da diferença entre as línguas e de como o desejo seria transmitido. A característica gestual-visual da língua de sinais apontou para outro conceito fundamental para a tessitura das reflexões, sendo ele o objeto olhar.

Objeto olhar é apontado por Lacan, ao lado do objeto oral, anal e voz, como objetos pulsionais, os quais fazem suplência à falta constituinte do sujeito. A pulsão escópica em articulação com a pulsão invocante convoca o nascimento do sujeito de desejo em sua relação com o Outro primordial. Assim como a voz, o olhar não se refere a um órgão de sentido, mas sim ao não substancializável e que aparece quando cai do corpo.

O olhar e sua articulação com a voz surgiu como um objetivo subsequente do trabalho, mas não menos importante para as construções sobre a constituição psíquica de um sujeito

com surdez em um ambiente falante e sonoro. A língua de sinais é visual e captura o olhar para transmitir um sentido, uma imagem e mesmo o desejo.

O encontro com a voz e com a língua de sinais

O primeiro atendimento por mim realizado a um sujeito com surdez foi em uma instituição pública. Uma mulher adulta com surdez severa que demandava orientações quanto a programas socioassistenciais. Os pedidos por cesta básica emergencial eram frequentes e havia queixa de falta de alimentos e dificuldade em pagar as despesas básicas. Contudo, a maioria das demandas não era entendida. Essa mulher chegava à instituição emitindo sons altos e tumultuando a fila de espera, e sua presença passou a ser evitada pela equipe de profissionais do local. Alguns profissionais diziam que não podiam ajudá-la, forneciam algumas orientações sem se preocupar com o que da mensagem era compreendido e os sons emitidos por ela aumentavam cada vez mais de volume, de modo que a incompreensão estava presente em ambas as partes. Em certa ocasião, uma assistente social que acolheu essa mulher me relatou a angústia sentida durante o atendimento, não apenas por não compreendê-la, mas pela escuta de sons desformes que pareciam lhe invadir.

Eu me coloquei no lugar de quem precisava acolher aquela mulher, não me conformava com esse desencontro. Ela esforçava para fazer-se compreendida, eu lhe conduzia até uma sala reservada, tentava lhe dar “ouvidos” e por diversas vezes ela se despedia e eu sequer tinha entendido o que ela buscava no atendimento. Não partilhávamos do mesmo código linguístico? Se tomarmos este como a língua portuguesa oral ou a língua de sinais, a mulher não dominava a primeira e eu possuía pouco conhecimento sobre a segunda. No entanto, transitávamos por entre as línguas e neste (des)encontro havia um resto que escapava ao simbólico.

A insistente presença daqueles sons não regidos por um código linguístico me fazia movimentar de modo literal. Como não possuía ainda conhecimento da língua de sinais, me esforçava corporalmente para compreendê-la, quase como uma dança, íamos passo a passo buscando uma forma de encontro. No começo era uma dança aflita, em meio a risos e movimentos bruscos. Havia um contato único entre nós e falar só atrapalhava, de modo que tive de acostumar com o meu silêncio. Ela tentava escrever e eu também, em vão. Não sabia como proceder. Então, solicitei um intérprete da Libras- Língua Brasileira de Sinais e na ocasião me informaram que levaria tempo para conseguir e não seria com frequência, era preciso agendar com antecedência. Contudo, a mulher sempre aparecia de modo inesperado e sem hora marcada. Eu precisava dar um destino a minha angústia e, assim, iniciei o estudo da Libras e tempos mais tarde propus a pesquisa do mestrado.

A ausência de ferramenta na minha comunicação com esta mulher com surdez se fez nítida, porém não foi isso o pivô do meu interesse de pesquisa e, sim, o que escapava ao falar e pertencia à voz e ao modo singular com que essa mulher se reinventava diante do olhar do outro. Ora objeto voz se fazia presente de modo tempestuoso em um dizer indescritível que fazia os profissionais da instituição recuarem e ora a língua de sinais parecia fazer calar a voz, porém apenas quando o olhar do outro a reconhecia como língua.

Desse modo, quando adquiro um conhecimento mínimo da Libras e passo a utilizá-la para me comunicar, a mulher não chega mais à instituição emitindo sons altos e os outros profissionais não percebem sua presença. Quando consigo compreendê-la minimamente, entendo que não era apenas de dificuldades financeiras que ela vinha falar. Os temas trazidos por ela estavam remetidos à sexualidade. Não posso afirmar se esta demanda já estava

presente antes que eu aprendesse a Libras, porém houve uma insistência em fazer-se ouvir e me vi tomada pelos efeitos do irrepresentável da língua, ou lalangue¹.

Restava um vazio daquele desencontro de línguas, mas era um vazio tempestuoso que fazia buracos. Poderia ser o buraco na falta de acesso aos serviços naquela instituição ou o buraco narcísico de não conseguir acolher aquele sujeito com surdez, mas o que gerava incômodo estaria mais próximo do que entendemos como o Real, e este é inominável. Então, diante de um impasse aparece meu desejo, desejo de pesquisar sobre a surdez e a voz.

O falar, no sentido oral, oferece um destino para o desejo e um modo de lidar com a falta e de bordejar o objeto voz, mas e quando não podemos utilizar do sonoro, como o é com os sujeitos com surdez severa? A língua de sinais nos mostra um novo modo de embalar o objeto voz e tratamos disto no desenrolar do trabalho. Quanto a mim e ao meu desejo, a escrita é uma forma de bordejamento do que é impossível de ser escrito e o Real não deixou de causar efeitos no meu traço.

A língua de sinais sempre me capturou pelo olhar, seja pelo fascínio do que se faz visível nos movimentos ou pela parte inapreensível que escapa por entre as enunciaçãois de um corpo que diz mais do que gostaria de dizer. Talvez mais isso do que aquilo, antes que pudesse olhá-la como pesquisadora, pude vivenciar seus efeitos em meu próprio corpo e ser testemunha de seus tropeços. Para alguém ouvinte como sou, aprender a língua de sinais faz-se necessário esforço para além do entendimento de sua gramática e organização. É preciso dar conta do mar revolto da sonoridade que nos é presente e insistente. Percebi que as vozes que nos habitam atrapalham o falar na língua de sinais e, se isto não é considerado, quando percebemos já estamos falando qualquer outra língua que em nada se pareça com a Libras.

¹ O termo lalangue é um neologismo criado por Lacan que possui traduções como alíngua e lalíngua. Durante o trabalho, opto por utilizar o termo lalangue devido seu efeito e aproximação com a lalação. O termo alíngua aparecerá quando for utilizada alguma referência específica.

Na caminhada de aprendizado da Libras, alguns personagens e encontros foram importantes e podem aclarar porque surgiu para mim uma questão de pesquisa. O atendimento de uma mulher com surdez no serviço público foi sem dúvida um desses encontros que trouxeram ressonâncias e inquietações. O lugar de transgressão que a voz ocupava e um certo apaziguamento quando a Libras entrava em cena, apontava para a singularidade de sua relação com objeto voz.

Durante um atendimento, essa mulher com surdez relatou o quanto sentia-se desejada por homens quando utilizava o transporte público e que eles lhe olhavam e faziam propostas de sexo. Seiente a este relato, disse que possui um medo constante de ter a casa invadida por algum homem estranho que pudesse violentá-la sexualmente e, quando se deitava na cama para dormir, “escutava” barulhos na janela da sala de alguém tentando entrar. O que lhe invadia e lhe causava medo não era o som, porque ela nunca tivera contato, mas a voz bordejada pela sua língua (Libras). O objeto voz não encontrará seus contornos na fala oral produzida, mas nos sinais gestuais-visuais. Desse modo, pode-se pensar que o órgão de localização da pulsão, nesse caso, não estaria localizado no aparelho fonador.

Quanto a isso, me remeto a uma lembrança na qual eu sentada em lugar público e de grande fluxo de pessoas percebi um surdo sozinho que falava em língua de sinais de modo desorganizado. Ele estava sentado, com uma placa no pescoço, esta possuía uma frase escrita semelhante a “Sou surdo, me ajude”. Enquanto vários olhares se entrecruzavam em sua direção, ele falava de forma ininterrupta sinais que se repetiam na mesma ordem. Alguns sinais pude identificar como “estudar, perigo, desprezo, não sei, lá”, acompanhados de risos, silêncio breve e recomeçavam na mesma ordem. Seu discurso não parecia se direcionar ao outro e o conteúdo da fala parecia não realizar amarrações lógicas. Contudo, havia ritmo nas sinalizações e os sinais se ligavam pela continuidade da disposição das mãos, de modo que

um sinal se finalizava em outro, em uma constante repetição. Se o Real ali se encontrava, era entre as mãos que se escapava.

As aulas de Libras, das quais eu participava em uma associação de surdos, propiciaram um contato informal com esta população. Algo da escuta e olhar que tive neste contato é relevante aqui nestas construções, como algumas falas de sujeitos com surdez. Uma professora com surdez profunda incomodava-se com o fato de conversarmos com algum objeto ou mãos encobrindo a boca, mesmo em situações externas à sala de aula. Ela dizia que isto era um grande desrespeito ao surdo. Encobrir o que ela não possuía acesso era expor o que lhe faltava. Em outra ocasião, um sujeito com surdez me revelou a vergonha sentida pela própria voz, a qual ele nunca teve acesso. Disse que controlava para não emitir nenhum som, mesmo quando ia gargalhar, porque era estranho imaginar sua voz. A voz lhe era externa e permitir sua emissão era deixar escapar o que só o outro escutaria.

Longe de ser um lugar tranquilo e silencioso, a associação de surdos era um local de barulho e intensa informação visual. A Libras era o principal meio de comunicação, mas as vocalizações não cessavam de fazerem-se presentes. Uma frase que se repetia entre os sujeitos com surdez era: “Nós temos voz”. Mais do que a capacidade de emitir sons, isto dizia sobre o lugar de sujeito de desejo, que alguns tentam lhes destituir ao sintetizá-los a uma deficiência. Assim, também nos diz sobre a relação que tais sujeitos estabelecem com a voz enquanto objeto pulsional, operação que inicia-se no encontro com o Outro.

Qual questão é levantada?

Vorcaro (2005) aponta que os escritos produzidos pela psicologia e psicanálise sobre distúrbios da fala e surdez congênita assumem um caráter secundário ou sintomático, e não o lugar de questão de investigação que mereceriam ocupar.

No início do trajeto dessa pesquisa existia o interesse em compreender a constituição psíquica do sujeito com surdez e se haveria especificidades do atendimento psicanalítico utilizando-se a Libras. Este objetivo foi se transformando e ganhando delimitações com a leitura sobre o objeto voz e a língua nos primórdios do psiquismo. Além disso, o trabalho analítico com o sujeito com surdez e o modo de operar da língua de sinais (gestual-visual) apontaram para o objeto olhar para compreensão da posição ocupada pelo sujeito na relação com o Outro, na articulação entre o registro imaginário e o simbólico, além dos modos de desejar.

Os casos clínicos abordados neste trabalho situavam-se em um período de decisão sobre a inserção ou não dos filhos na língua de sinais ou seu desenvolvimento da oralidade, bem como o modo como a figura materna se colocava perante o infans na transmissão da língua diante deste impasse.

Dessa forma, a questão da pesquisa caminhou para a investigação do papel da língua materna na constituição psíquica do sujeito de desejo, naquilo que ela se aproxima de lalangue, de acordo com a teoria lacaniana. Em específico, o interesse voltou-se para a compreensão de qual seria a língua materna de um sujeito com surdez, filho de pais ouvintes, e a singularidade da dinâmica pulsional dos objetos voz e olhar.

Que caminho percorrer?

Se propor a falar da voz foi desde o princípio um desafio. O objeto voz, enquanto uma presença ausente, um vazio que nos escapa e uma marca fundamental em nossa constituição, traz em certos momentos angústia e emudecimento.

Existe um Real da transferência que coloca o analista em uma difícil provação. Será um efeito de sua própria dimensão pulsional? Tal contato com o Real da transferência traz

diferentes efeitos, como uma dificuldade em articular pontuações, não saber o que dizer ou escrever (Vinot, 2015). Os deslizes que fazem rasgos no Real não são encontrados apenas na fala oralizada, estão também nos risos, sons da garganta, engasgos, soluços e no fora de sentido que não é possível fazer dizer (Rodriguez, 2015).

“Como atuar com o método psicanalítico com pessoas surdas se elas não falam e não escutam?”, foi uma pergunta destinada a mim com frequência e foi realizada também por profissionais da psicologia. Percebi que tal questão parte da consideração do falar como requisito para operar a associação livre e a interpretação, desconsiderando os estudos sobre a pesquisa e tratamento psicanalítico na infância precoce, na qual não existe ainda o domínio de uma língua.

Na clínica psicanalítica existem princípios que regem sua prática e não normas. Exemplo de princípio é a posição assumida pelo analista de não se fixar no lugar de suposto saber para o paciente. Os atos clínicos não são técnicas no sentido instrumental porque ocorrem na relação analítica, não estão prontos anteriormente e não são homogêneos a todos os processos. A direção do tratamento não pode ser definida *a priori*, sendo um processo singular. Do mesmo modo, não é possível universalizar distúrbios da linguagem, porque este é adquirido de forma singular, assim como as marcas que deixa no corpo na sua constituição (Arantes, Andrade & Lier-De Vitto, 2005).

A pesquisa com o método psicanalítico ganha seus contornos no encontro entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa e nos efeitos transferenciais que daí decorrem. O olhar se volta para o que aparece como estranho, que escapa à significantização e coloca em movimento a busca por um caminho de compreensão, sem garantias *a priori*. O sujeito aqui considerado é o sujeito do inconsciente, sujeito de desejo, que não é passível de ser escalonado ou posto em linhas médias para análise de dados universais, pois seu caráter é singular.

Os sujeitos da pesquisa foram crianças com surdez congênita ou precoce e seus familiares. A princípio seriam convidadas para participar da pesquisa as famílias cujos filhos são acompanhados em uma instituição destinada ao atendimento multiprofissional para reabilitação oral de crianças com surdez.

A execução da pesquisa nesta instituição foi recusada com a justificativa de que o local estava prestes a fechar, porém no discurso também estava presente que minha pesquisa poderia ter um caráter de exclusão a esta população, pelo fato de escolher a surdez perante os outros distúrbios de linguagem. Além disso, o espaço a ser oferecido à família para que falasse sobre os sentimentos e vivências diante do diagnóstico de surdez, não era o objetivo do trabalho oferecido naquela instituição. O modo como a língua de sinais era proibida de circular nesse espaço apontava para o lugar de incômodo e transgressão que ela ocupava.

Com tal recusa, foi proposto realizar uma busca na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (CLIPS-UFU) para realizar o convite de participação na pesquisa às famílias com perfil escolhido ou acolher as que buscassem por atendimento. Contudo, tal população não foi encontrada na CLIPS.

Passados os impasses iniciais, uma professora de Libras, a qual possuía conhecimento sobre minha pesquisa, indicou uma família com o perfil pretendido para a participação na pesquisa. Tal família não apresentou interesse na participação e sugeriu que outra, pertencente a um grupo virtual de mães com filhos com surdez, fosse convidada. Esta última aceitou o convite e refere-se ao caso clínico de Gabriel.

O outro caso clínico apresentado foi de Pedro. Ele foi encaminhado por sua professora de educação infantil, a qual sabia da existência da pesquisa e apontou que Pedro necessitaria de um acompanhamento psicológico devido à resistência da mãe em reconhecer sua surdez.

O encaminhamento de Pedro, realizado pela profissional de educação, abriu um espaço novo, antes não pensado, de realizar uma busca ativa nas escolas, a fim de convidar às famílias com o perfil pretendido para participar da pesquisa. Algumas escolas foram visitadas, porém não houve retorno quanto ao interesse das famílias.

Os responsáveis legais de Gabriel e Pedro foram convidados para participar da pesquisa e após as primeiras entrevistas demonstram o interesse e demanda para inserção no atendimento analítico. Para construção deste trabalho foram consideradas quatorze sessões de cada caso acompanhado, cujas descrições encontram-se em anexo e preservaram a identidade das famílias.

A descrição das sessões foi feita com uma escrita livre e ainda sem realizar articulações. Na construção dos casos foram utilizados trechos presentes nos relatos das sessões. Ressalta-se que o cuidado destinado às famílias continuou independente do término da pesquisa e as sessões descritas foram eleitas porque possuem o material clínico que suscitou as considerações teóricas desenvolvidas neste trabalho.

Ressalta-se que na pesquisa com método psicanalítico um número pequeno de participantes não invalida a pesquisa, mesmo que haja um participante interessado é possível se construir um caso baseado na teoria psicanalítica; e a participação, assim como a recusa, servem como material de estudo.

A pesquisa foi realizada na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Em caráter excepcional, uma família foi atendida em seu domicílio durante um mês, porque a mãe passou por procedimento cirúrgico e não podia locomover-se até a clínica.

Iniciarei com o capítulo sobre o objeto voz, de onde partiu minhas inquietações. Desprender-se do sentido material da voz fez-se fundamental para compreensão deste objeto que não se define pelos sons. Contudo, o material teórico explorado neste trabalho apontou para os sons enquanto forma da voz e como fundamentais para recobrimento do vazio e

silenciamento deste objeto. Bem como, a relação dos sons com a musicalidade e a capacidade desta de enlaçar o simbólico e o Real no momento de inserção do sujeito na linguagem pelo Outro. As inquietações estavam relacionadas à articulação do objeto voz à língua de sinais, tendo em vista que esta pertence a um registro visual/gestual. Dessa forma, não seriam os sons a embalar o objeto voz, mas outro recurso estaria em seu lugar quando se trata do sujeito com surdez severa.

A língua dos sinais nos lançou para a necessária inclusão da pulsão escópica e do objeto olhar, enquanto objeto causa do desejo, nas discussões. Então, no segundo capítulo, foram expostas definições sobre o objeto olhar e sua relação com a dinâmica pulsional do sujeito, em momento anterior à inserção simbólica. Este momento refere-se ao estádio do espelho, no qual o Outro ratifica para o sujeito uma imagem unificada de seu corpo. O olhar do Outro ocasionará uma marca e esta estará refletida nos laços estabelecidos pelo sujeito e no seu modo de desejar.

No terceiro capítulo foram aprofundadas as considerações sobre a língua materna, naquilo que ela aproxima de lalangue, para que fosse possível pensar a posição da língua de sinais posteriormente. A lalangue estaria remetida ao sem sentido da língua, àquilo que escaparia à representação e é percebido pelos efeitos que causa no sujeito. Tais efeitos referem-se aos tropeços da fala e ao incômodo decorrente do encontro com o estranho.

O quarto capítulo compreende a análise dos casos acompanhados na pesquisa. A construção dos casos clínicos pode ser definida como um rearranjo dos elementos da fala do sujeito, evidenciando a posição subjetiva deste. As histórias devem ser decantadas e os casos construídos a partir do discurso, fazendo-se fundamental a presença do orientador da pesquisa com vista a questionar o saber e a construir novas formulações em conjunto com o pesquisador, assumindo o papel de alteridade (Figueiredo, 2004). As ferramentas utilizadas foram a interpretação e a transferência. A interpretação pode ser entendida como um método

para se fazer circular e manifestar conteúdos inconscientes, os não-ditos e os significantes, para que seja possível novas simbolizações. Tal interpretação encontrará espaço no laço construído entre paciente e analista e a este espaço dar-se o nome de transferência (Sieiro, 2013; Nasio, 1993).

Costa (2010) considera que o atendimento à criança encontra especificidades, tendo em vista que a criança ainda não possui recursos cognitivos e emocionais para encadeamento das ideias e sua expressão na fala pela associação livre. Faz-se necessário a introdução do lúdico e do brincar, para que ela possa se expressar.

Ainda sobre a construção dos casos, deve-se trabalhar com os discursos colhidos, encontrando as lacunas e os restos que se deixam escapar. O pesquisador esbarra no não saber. Dessa forma, parte-se da singularidade do sujeito para repensar fenômenos e teorias. A escrita encontrou contornos no encontro com a prática clínica, no que apareceu de singular nessa relação. Aquilo que me fazia tropeçar na construção do trabalho foi importante, pois são nesses momentos que consegui ressignificar o que estava posto. Ao proceder com a análise dos dados assumiu-se a postura de uma leitura-escuta, sem privilegiar nenhum fragmento *a priori*.

A escrita apresenta o Outro do escritor, ou seja, o sujeito suposto saber a que se direciona ao escrever. Há uma interposição entre pesquisador e clínico, um saber que ultrapassa a consciência e que se inscreve no texto. Assim,

Por mais que se queira um exercício de saber, a escrita do caso mostra que o analista está submetido à clínica, sendo falado pelo seu escrito muito mais do que saberia dizer. Daí a função da escrita da clínica psicanalítica: interrogar o que ela tem de imaginário e de aleatório para, ao reduzir a montagem consistente que adquire, surpreender, testemunhar e transmitir o singular do sujeito e do ato psicanalítico (Vorcaro, 2010, p.15).

O caso clínico não trata-se de um exemplo ou demonstração de uma técnica. Ele apresentará um questionamento a algum traço de generalização da teoria, “(...) explodindo a

imaginarização de universalidade da teoria sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente” (Vorcaro, 2010, p. 17).

A partir da construção dos casos clínicos foi feito o ensaio metapsicológico, o qual compreende o quinto capítulo. Um ensaio metapsicológico pode ser configurado como uma práxis e estratégia de divulgação. Não foi a ordem cronológica dos fatos o mais importante para a construção do ensaio metapsicológico, mas sim o transitar pelos registros e pela teoria, dando lugar para o aparecimento do estranho e do inesperado da criatividade. O ensaio metapsicológico criou um campo especulativo, indo de encontro à teoria e prescindindo dela para propor algo novo (Moura & Nikos, 2000; Iribarry, 2003). Vorcaro (2010) aponta que

(...) o essencial na abordagem do caso clínico na pesquisa em psicanálise é a função de exponenciar o saber adquirido com os ensinamentos do caso, tornando-o capaz de interrogar, reformular, distinguir ou ultrapassar o que já foi explicitado pela generalização teórica psicanalítica (p.15).

Dessa forma, neste capítulo foram trabalhadas as descobertas da pesquisa, tais como a dupla posição ocupada pela língua de sinais em relação à lalangue, por meio dos efeitos observados no sujeito quando a mesma era inserida. Tais constatações levaram a outros pontos de análise, tais como, o lugar possível da Libras enquanto língua materna de um sujeito com surdez, filho de uma mãe ouvinte, e sobre a dinâmica pulsional entre voz e olhar, quando há a singularidade da falta da sonoridade na constituição do sujeito de linguagem.

1. Que voz é essa?

1.1 Voz e corpo

O aparato vocal é composto, dentre outros órgãos, pela laringe, faringe, cordas vocais, glote e fossas nasais, configurando uma série de buracos que irão ser preenchidos pelo ar impulsionado pelos pulmões na expiração. O pulmão se comporta como uma caixa de ressonâncias e a série de órgãos citados acima apresenta-se como um aparato fonador vibratório que dá forma à voz. Esta forma será regulada pelo tímpano (Assoun, 1999).

Os casos de surdez acompanhados por uma impossibilidade fisiológica da fala são raros e existem programas de reabilitação que auxiliam na fala e controle da voz. Como é para estes sujeitos com surdez a relação com a própria voz? Em minha experiência com a comunidade surda, percebi que alguns sujeitos escolhem permanecer em silêncio e evitam emitir qualquer ruído, já outros são verdadeiramente “barulhentos”, mesmo que palavras não sejam formadas, a voz faz parte de sua comunicação e marcação de sua presença perante os ouvintes e à própria comunidade surda.

Quanto a isso, acrescenta-se que a voz apresenta um efeito especular, que pode significar uma estranheza e não reconhecimento como sendo própria, ou seu uso autoerótico, para efeitos em si mesmo mais do que no Outro, de modo que a laringe assume a função de gozo, de pulsão parcial. Enquanto órgão da pulsão também se localiza o desgozo, este sendo uma parcialidade do próprio gozo (Assoun, 1999).

O efeito especular da voz mostra as construções imaginárias possíveis de um sujeito, que mesmo não tendo acesso ao sonoro, cria uma imagem sobre sua própria voz baseado em suas manifestações corporais e em articulação com o simbólico. Nesta operação em que corpo e linguagem estão presentes, algo escapa e marca o modo de gozo do sujeito.

Até aqui foram feitos apontamentos sobre a forma sonora da voz e sua possível localização no corpo, enquanto local da pulsão e das tentativas de um bordejamento do vazio. Contudo, a voz não é o som e não possui matéria, ela se aproxima do vazio e mostra seus caprichos quando falha, destoa, engasga e cai do corpo enquanto objeto. Quando isto ocorre, o sujeito do inconsciente aparece (Assoun, 1999).

1.2 Objeto voz

Vivès (2015) aponta a ausência da voz nos dicionários de psicanálise. Aparece o objeto escópico, mas a voz está ausente. Há um desinteresse da psicanálise pela voz? Em outras abordagens, como neurologia e antropologia, estudos sobre a voz são comuns. Na primeira, estudos revelam que as áreas do cérebro responsáveis pela identificação da voz são múltiplas e agem na mesma velocidade da identificação de imagens e, na segunda abordagem, estudos interessam por abordar a voz enquanto presente nas relações sociais e capaz de caracterizar determinada comunidade. Tais abordagens consideram a voz como produção do indivíduo. A psicanálise inclui o fato que essa voz também produz o sujeito. Assim, para o nascimento de todo sujeito, há uma voz que lhe convoca a existir.

As definições de voz dadas pela psicanálise demonstram a abrangência de tal termo e, para entendê-las, é preciso abandonar a consideração da voz como sendo apenas sons produzidos, para compreender seu papel na constituição psíquica do sujeito. Na teoria freudiana a voz aparece ligada ao supereu, pertencente à instância do inconsciente, o qual é formado a partir das falas dos pais. Lacan caminha por esta definição e acrescenta que o supereu se comporta como uma lei interrompida, que rompe com as relações do sujeito com o simbólico. Além disso, em uma fala existe algo que se esvanece na passagem entre os significantes e é justamente nesta passagem que encontramos a voz. Ela aparece como um

resto que não se articula a nenhum significante, mas ampara a passagem e é fugaz (Porge, 2014).

A voz possui relação com o silêncio e ressoa no vazio, o vazio de um Outro que não traz um significante último para o sujeito. A voz não possui essência sonora, mas é temporal e possui relação com as pausas das narrações, suas entonações e com os silêncios produzidos (Porge, 2015).

Em 1959, Lacan define a voz como objeto *a*, partindo de instigações sobre a psicose e as alucinações verbais. Incluir a voz como objeto *a* só foi possível pela mudança de perspectiva, de uma etapa de desenvolvimento para a consideração do objeto enquanto estrutura. Assim, o indivíduo afetado pela progressão ou regressão temporal de etapas do desenvolvimento passa a ser considerado um sujeito de linguagem (Porge, 2014).

Os casos de histeria com a perda da voz convocam a pensá-la como objeto de pulsão e a laringe como o órgão de sua localização. Os casos Dora e Rosalie de Freud mostram que a afonia parece ter relação com a perda do objeto de amor quando este falta. Freud não pretendia uma generalização, mas, nos casos relatados, quando o objeto do amor se tornava distante ao olhar, havia a perda da voz, mostrando certa relação entre estes dois objetos (Assoun, 1999).

Nas alucinações, a fala própria aparece como uma fala estrangeira. Os sujeitos queixam-se de movimentos e sensações no aparelho da fala que os forçam a falar. O mais íntimo lhe é exterior, configurando uma invasão do Outro no sujeito, de modo que é Outro que fala e o sujeito aí encontra-se dividido (Porge, 2015). As vozes presentes nos delírios demonstram sua característica como objeto *a*, como um corte na fala, uma passagem que, quando questionada, esquiva-se e não é possível mais falar sobre ela. Pontua-se que a voz dos neuróticos, advinda do supereu, não se diferencia neste ponto das vozes do delírio (Porge, 2014).

O supereu relaciona-se a um além das palavras ditas. “Entre o corpo e a voz instala-se uma fratura experimentada no exercício da fala, que revela a exterioridade da voz, dividindo o falante entre emissor e receptor, entre enunciação e enunciado” (Bastos, 2014, p.67).

O supereu aparece próximo à pulsão de morte e nessa posição conduz o sujeito a uma repetição que é inaceitável à lei moral. “Nesse enunciado, trata-se do simbólico a serviço da repetição e do real do gozo, para além do princípio do prazer” (Lacan, 1953-1954/1986 apud Bastos, 2014, p.63). E ainda, “nessa face do supereu não sobressai a consciência moral ou a lei proibitiva veiculada pela instância paterna, mas a repetição de faltas com o preço que se paga por elas em sofrimento e punição” (Bastos, 2014, p.64).

A voz na psicose aponta para sua característica de exterioridade, de modo que não é incorporada pelo sujeito e encontra-se perdida na cadeia significante. Estas vozes retornam para o íntimo de forma audível. Já para o neurótico a voz traz angustia não quando faz-se perdida na cadeia significante, mas no momento em que escapa por entre a fala sonora, seja em um ruído inesperado ou no silêncio, apresentando seu caráter de resto (Bastos, 2014). Assim, pode-se perceber o caráter intrusivo da voz, seja na psicose ou na neurose.

Diferente de Freud, Lacan não organiza os objetos com a finalidade de chegar a um estádio sexual unificado, no qual se confluiriam. Para Lacan não existe um estádio vocal. A voz, enquanto objeto *a*, comprehende-se como o desejo, considerada por uma perspectiva estrutural e diz sobre o sujeito em sua relação com o Outro (Porge, 2015).

O conceito de objeto *a* para Lacan encontra-se, para alguns autores, como algo difícil a se elaborar. No entanto, é possível que reflexões sejam tecidas com vistas a compreender seu lugar, mesmo que seja um objeto incapaz de ser representado ou designado por uma palavra (Teixeira, 2016).

Palavras, como vazio e falta, são associadas ao objeto *a*, mas não podem servir como uma definição. Além disso, o vazio não deve ser tomado como sinônimo de falta, porque pode

ser justamente o contrário, como o que nada falta. Em contrapartida, a falta enquanto significante pode ser atribuída ao vazio como um símbolo que faltava a um determinado lugar. A falta, assim, supõe uma ordem simbólica, haveria uma sequência e ao abrir-se uma lacuna, a falta surge (Teixeira, 2016).

Os objetos da pulsão apresentados por Freud estão associados a elaboração posterior de Lacan do objeto *a*. A criança se torna objeto de desejo do Outro e isto não se dá de maneira passiva, visto que ela se faz atrair o desejo materno. A mãe, como uma encarnação transitória do Outro, irá responder às demandas da criança, conferindo sentidos e causando furos no corpo. O infans terá seu corpo esburacado na relação com o Outro e suas zonas erógenas contornadas (Teixeira, 2016).

Os abraços, toques, beijos e ritmos corporais e da fala, da figura materna, vão ocasionando esburacamentos no corpo e o libidinizando ao criar as bordas pulsionais. Os objetos da pulsão, como os seios, as fezes, a voz e o olhar, são para sempre objetos perdidos, pois não haverá nada no Outro capaz de tamponar falta, só havendo os contornos do vazio constituinte do sujeito (Teixeira, 2016).

Teixeira (2016) acrescenta que o objeto *a*, em seu caráter imaginário, será uma tentativa de tamponar a falta, uma busca impossível, mas movente. Mesmo o Outro, encarnado na figura materna, será transitório, mostrando que ali não há ninguém que possa suprir o desejo. Haverá uma saudade deste tempo constituinte, no qual o Outro oferecia o que a criança demandava em torno de seus objetos pulsionais, um tempo perdido e de objetos igualmente perdidos. Ainda, segundo esse autor, sobre o circuito pulsional e a tentativa de tamponar a falta,

A pulsão parte da falta para tentar preenchê-la, mas reintroduz essa mesma falta no final do seu circuito – o que seria uma forma de afirmar o caráter de força constante da pulsão descrito por Freud, uma vez que ela jamais chega a uma satisfação plena, mas apenas a um momentâneo apaziguamento [Befriedigung]. Quanto ao objeto *a*, ele se apresenta sob duas formas: enquanto faltante, motor da demanda, que aciona a

pulsão, e enquanto mais-de-gozar, que seria propriamente o objeto da pulsão, em suas espécies (Teixeira, 2016, p 4).

O objeto *a* está localizado no centro dos três registros (simbólico, imaginário e Real), não é nenhum deles e é os três ao mesmo tempo, ele está na confluência dos entrelaçamentos. Enquanto causa do desejo, o objeto voz não é o Outro, mas seu substituto. Ele é a-sexuado (Remor, 2015).

Segundo Miller (2013),

Apesar da voz como objeto *a* em nada pertencer ao registro sonoro, isso não impede que as considerações que podem ser feitas sobre a voz, por exemplo, a partir do som como distinto do sentido ou sobre todas as modalidades de entonação, só possam se inscrever na perspectiva de Lacan se forem ordenadas a partir da função da voz, se assim posso dizê-lo, como a-fônica. Isso é sem dúvida um paradoxo, mas que diz respeito ao fato dos objetos ditos *a* só poderem se afinar com o sujeito do significante se perderem toda substancialidade, se estiverem centrados por um vazio que é a castração (p. 4).

Assim, a voz considerada como objeto *a* para Lacan perde sua substancialidade, pois não está ligada ao sonoro, mas sim, a seu esvaziamento e afonia. Há um caráter de exterioridade em relação ao sujeito, não havendo materialidade sonora. “O ponto crucial dessa voz é que a produção de uma cadeia significante – eu lhes digo nos termos mesmos de Lacan – não está ligada a este ou aquele órgão dos sentidos, a este ou aquele registro sensorial” (Miller, 2013, p.8). Se existe uma materialidade que circunscreve os objetos *a*, essas fazem borda nos locais de localização da pulsão e os objetos só se definem pelo vazio, na medida em que a matéria se esvazia, como algo que cai do corpo (Miller, 2013).

A voz aparece na formação do fantasma e, também, no atravessamento deste. O fantasma possui relação com a posição do sujeito frente ao Outro e ao objeto *a*, dizendo de sua constituição psíquica. A angústia diante da demanda do Outro, “o que o Outro quer de mim”, faz com que o sujeito tente tamponar o vazio de resposta por meio de um gozo como

objeto, ele se passa por objeto e se esvai enquanto sujeito. O sujeito goza com seu fantasma (Maliska, 2015).

A relação do sujeito barrado com o objeto *a* na fórmula do fantasma é marcada por uma conjunção/disjunção, maior/menor. Quando o sujeito está maior que o objeto *a* ele fica cara a cara com o Outro, tornando-se um objeto para este e aumentando sua angústia. Quando o sujeito está menor que o objeto *a*, ele se esconde na sombra deste e o fantasma servirá de suplência à falta. A torção do dizer na análise é um operador para o surgimento de um significante novo, que bagunce a lógica do sintoma e crie um modo de gozar (Maliska, 2015).

A fórmula do fantasma aponta para um sujeito dividido e a suplência fornecida pelo objeto à sua falta constituinte. O sujeito, ao buscar no Outro um significante que o defina e coloque um ponto final na busca por significação, encontra o vazio, o que diz que não há nenhuma garantia.

A divisão do sujeito tem como resto o objeto *a*, sendo este um recurso para a carência de um significante que lhe represente e uma tentativa de suprir à falha do sujeito de nomear-se. A relação entre o sujeito dividido e o objeto *a* é de corte e, no que se refere à voz, o que faz o corte é sua escansão, pois ao sair pelo orifício oral, ela cai do corpo (Porge, 2015).

Os protofantasmas são fantasias primárias e universais (retorno ao seio materno, sedução, castração, cena primária e novela familiar). As fantasias primárias estão ligadas a cenas proibidas e recaladas. A voz possui seu papel na formação do fantasma e aparecerá nos restos vocais que ressoam, fazem eco e encobrem o sujeito. A voz pode ser encontrada em todos os tipos de protofantasmas e, em diversos momentos, caminha junto com o objeto escópico. Está ligada, especificamente, à novela familiar, na qual a voz do pai é rejeitada e o pai castrado é negado, indo-se em busca de um Outro detentor de uma voz plena (Maliska, 2015).

Sobre a demanda e o desejo, os objetos *a* podem ser separados do seguinte modo: o seio é demanda ao Outro e as fezes são demandas do Outro, já o olhar é desejo ao Outro e a voz é desejo do Outro (Porge, 2015).

Quanto aos objetos olhar e voz, aponta-se que a qualidade de ser visível coloca o sujeito diante do olhar do Outro de modo incontrolável e permanente e, este mesmo olhar, faz laço com a dimensão da palavra: “o que o Outro quer de mim?”. Assim, olhar e palavra estão ligados ao desejo do Outro. Esta ligação entre voz e olhar parece estabelecer um contraponto, o gozo de um deturpa o gozo do outro, exemplo disso está em casos em que precisamos fechar os olhos para escutar com mais clareza e como certos fascínios de imagens podem prejudicar a escuta (Assoun, 1999).

Pode-se considerar o olhar e a voz como objetos suplementares no que diz respeito à castração, objetos que fazem suplência à falta do sujeito e do Outro. Com relação ao olhar, há um Outro que olha o sujeito muito antes de sua existência e quando olha não há como impedir que algo também lhe olhe. Há um olhar que sempre quer ver além do que se olha, um desejo direcionado ao visível do Outro, porém, quando o Outro me olha, ele se torna invisível, ou seja, se desmaterializa. O sujeito, ao se tornar visível, se expõe a um olhar invisível e vazio. O olhar é objeto de desejo que demanda ao Outro reconhecimento e supõe-lhe uma potência (Assoun, 1999).

1.3 Pulsão invocante

A criança ao nascer está imersa na linguagem, circunscrita em meio a objetos que se apresentam para o bebê na relação com o semelhante (pequeno outro). Porém, o simbólico está presente antes mesmo de seu nascimento e traz consigo um discurso que servirá de âncora na existência do sujeito, um discurso que fala de si, que dá nome e marcará sua relação

com o Outro. Certa oposição do sujeito a esta exterioridade do simbólico apresenta-se como um resíduo do Real, que só pode ser reconhecido por meio da ordem simbólica, sustentando o que é subjetivo (Vorcaro & Catão, 2015).

O movimento do bebê é que permitirá um investimento da mãe sobre ele, sendo uma via de mão dupla. O circuito da pulsão invocante compreende chamar, ser chamado e se fazer chamar, ou ainda outros três tempos, ouvir, ser ouvido e fazer-se ouvir, os quais comportam dois orifícios, a boca e o ouvido. O som é um revestimento imaginário da voz, todavia, esta enquanto objeto da pulsão é vazia e não se liga a um sentido, mas ao endereçamento de um desejo nas duas direções da relação (Vorcaro & Catão, 2015; Porge, 2015). Na pulsão invocante existe a demanda e a invocação. Na demanda o sujeito é dependente de um Outro que o deseja e na invocação esta dependência é retirada e o sujeito é chamado a tornar-se. O sujeito ao ser submetido ao apelo do Outro e estar diante da ausência deste apelo, com movimentos que se alternam, é chamado a tornar-se desejante. A ausência é significada pela presença. A voz materna, como um apelo incondicional, convida ao gozo e deixa sem voz o sujeito que lhe escuta (Vivès, 2009).

Para dizer-lo de outro modo, o sujeito deve poder, depois tê-la aceitado, esquecer, sem que tenha esquecido do ato de esquecer a voz originária, para falar sem saber o que diz, isto é, como sujeito do inconsciente. Aqui se enlaça, na sua dimensão subjetivante, a pulsão invocante da qual Lacan (1964, p.96), várias vezes, pode afirmar que ela era a mais próxima da experiência do inconsciente (Vivès, 2009, p. 200; Lacan, 1964 apud Vivès, 2009).

O corpo é uma matéria orgânica sensível à voz do Outro e essa voz encontra limites corporais e sociais, os quais tenta transgredir. Os excessos percebidos em amantes da música e situações de intenso desgaste corporal como nas raves, mostram a relação da voz com o gozo e as modalidades de satisfação são infinitas. A ópera é um modo de gozo e não está ligada ao que é belo ou não e, sim, a como a voz cola na pele e faz gozar a partir daquele momento (S. S. Ferreira, 2015; Gillie, 2015; Charmoille, 2015; Vivès, 2015; Vorcaro & Catão, 2015).

No canto, o sujeito se veste de outras vozes, bem como nos discursos públicos, onde a voz parece ser de outro e a voz do sujeito permanece clandestina. Quando o canto cessa e o sujeito dialoga com a sua voz, esta parece cair e lhe soa estranha. Este estranhamento aparece, também, em ocasiões que ouvimos nossa voz gravada em dispositivos eletrônicos. No momento em que voz cai, o desejo aparece e é preciso perdê-la para instalação da cadeia significante (S. S. Ferreira, 2015; Gillie, 2015; Charmoille, 2015; Vivès, 2015; Vorcaro & Catão, 2015).

A música em suas diferentes formas e ritmos está presente na rotina da humanidade e marca momentos felizes, ou não, permitindo fazer laços. Ela carrega algo do sem sentido, que se aproxima do Real, e nela encontramos algo de completude em ocasiões onde as palavras não bastam. Dessa forma, é como se houvesse um retorno a um momento fundante de nossa constituição, em que a ilusão da plenitude ainda estava presente. A música é uma possibilidade de dar contorno ao vazio do objeto *a*. Quando ouvimos uma música em outra língua, mesmo não compreendendo o sentido, ela pode nos impactar da mesma maneira, porque o que nos atinge está para além das palavras (L. M. S. Ferreira, 2015).

A dimensão vocal revela a forma do corpo sonoro. Mostra as dimensões corporais da fala, como as vibrações e uso do aparelho vocal para emissão de sons. É possível pensar em uma relação da voz com a sonoridade, pensando esta como uma forma da voz, como os delírios emitidos na psicose e a voz da paranoíia (S.S. Ferreira, 2015).

Como exemplo da voz expressa na sonoridade, S. S. Ferreira (2015) cita o som do chofar, o qual vem a representar o animal totêmico, o carneiro colocado em sacrifício, a voz de Deus que vem trazer tranquilidade ou tempestade e um som que diz sobre algo sem saber que se diz. O autor aponta que Reik, em sua pesquisa nos textos bíblicos, constatou, primeiro, que a origem da música estava ligada a um mortal Jubal, porém tal nome possui o significado de carneiro, assim como os sons do chofar eram retirados do chifre do carneiro. Dessa forma a

origem não estava em um mortal e sim em um animal totêmico, cujos rituais judaicos são expressos por celebração e lamentação, vitória e culpa pela morte do pai e desejo de se reunir a ele por meio da comida totêmica.

A voz seria um terceiro elemento entre a fala e a linguagem. Ao afirmar que existe voz sem fala, diz-se sobre uma parte não significantizável, aquilo que sobra da tentativa de significação. Lacan recorre às alucinações auditivas para compreensão da voz como algo da cadeia que não pode ser assumido pelo eu e é então atribuído ao Outro. Isto que escapa na cadeia significante está ligado ao gozo e quando há um encontro com o Real ficamos surdos, pois a voz é um objeto indizível. O falar, o canto e a música são modos de calar a voz enquanto objeto *a* (Miller, 2013). A fala possui um funcionamento autônomo, exemplificado pelos monólogos de bebês que não se dirigem a outro e suas falas ainda não têm função de comunicação. Porém, seus balbucios ressoam no vazio do Outro que é atraído enquanto interlocutor (S. S. Ferreira, 2015).

Tomemos o mito do canto das sereias. O canto era capaz de atrair não por sua beleza, mas por algo que não se distingue e ordena que venha a si. Ulisses parte em direção ao local onde se encontravam as sereias e sabendo da sedução de seus cantos pede que seja amarrado ao barco para que não seja atraído (Assoun, 1999).

As sereias, figura feminina enigmática, anunciam um gozo proibido e pleno, denotavam a ilusão do acesso ao saber completo sobre o Outro e a si mesmo, ao preenchimento da falta, que só é alcançado por meio da morte. Seus cantos funcionavam como uma caixa de ressonâncias capaz de transmitir todo o conhecimento a um sujeito que esteja passivo a recebê-lo. Os cantos apresentam um discurso sem fim, não sendo possível escapar depois de apreendido. Este discurso que não termina remete à compulsão à repetição que o gozo está sujeito (Assoun, 1999).

A sedução não estava ligada à linguagem, mas ao inominável. A voz aparece como anterior à ordem simbólica, objeto de pulsão parcial que antecede à instauração do significante em um momento fundante da constituição psíquica. As vozes sedutoras das sereias apontam para a impossibilidade de haver um significante para o feminino, isso escapa e o acesso impossível levaria à morte (Assoun, 1999).

A criança, em sua constituição, para não ser invadida por estas vozes necessita criar um ponto surdo, o canto de Orfeu que sobressai ao canto das sereias. A voz é colocada em um lugar determinado, ao mesmo tempo em que a criança é inserida na linguagem por essa voz e se apropria dela para advir. O canto é uma armadilha para a voz, assim como o quadro é uma armadilha para o olhar, sendo uma mistura entre o Real e o simbólico. A criança, ao nascer, vê-se observada constantemente por olhares, sem que saiba de onde estão partindo. Para que esta criança passe a ter prazer no olhar é preciso que se distancie destes olhares, assim como existe a necessidade do distanciamento da voz primordial (Vivès, 2013).

A relação entre mãe e bebê é marcada pelo improviso, tomando não o significado habitual desta palavra como algo sem pregar, mas sim o improvisar entendido como o reinventar instante a instante na relação, a partir de algo que já nos foi permitido. Existe uma musicalidade na relação entre mãe e filho, que assume ritmicidade e enunciados melódicos, os quais entram em jogo com as respostas dadas pelo bebê, com impressões de sua própria subjetividade (Vivès, 2016).

Jerusalinsky (2009) aponta o termo mamanhês, que diz sobre a língua utilizada pelas mães para falar com seus bebês, uma língua tocada pela musicalidade, com tons mais agudos que o normal, uso de vogais e evitação das consoantes, o que suaviza a fala. Fala-se através da prosódia. Esse modo de falar não segue as exigências gramaticais, seu caráter musical é capaz de atrair o bebê e torna o ato de escutar erotizável. A fala da mãe, alternada com o silêncio, permite que o bebê responda com seus balbucios, criando um jogo de revezamento e

convocando o bebê a existir por meio do chamado. Se a mãe ficar fixada ao sentido do som emitido pelo bebê, não será possível um enlaçamento do desejo, pois é necessário que o som caia para que o enigma do desejo se instaure e a mãe pergunte o que é que o bebê quer. Deste modo, o mamanhês pode ser definido como um modo de recobrir a própria interdição da língua e o vazio da castração, assim como permanecer como um efeito dessa castração.

Ao cantar para seu bebê, os efeitos do mamanhês já se fazem presentes antes mesmo que a criança consiga entender o significado das palavras. Há um prazer no ritmo e a voz, em sua musicalidade, capturará o bebê em uma primeira matriz simbolizante, deixando marcas em seu corpo (Jerusalinsky, 2009).

A mãe, ao falar por seu bebê, supõe que um dia ele poderá vir a falar. Esta suposição é condição para este investimento da mãe, que supõe que algo vai advir. Levanta-se um saber hipotético na criança e esta é uma condição para que, mais tarde, este saber realmente exista. Esta suposição, que se funda fora da linguagem, é um ato de crença e fé, expresso nas diferentes atitudes da mãe para com o filho (Vivès, 2016).

A voz materna se faz presente, independente da audição, encontrada nos laços que se estabelecem, nas nomeações dadas ao sujeito e no estabelecimento da criança como objeto de desejo materno.

1.4 Audição e voz

A falta da escuta da voz/som materna poderá propiciar um não afastamento do corpo da criança e da mãe, e o olhar e demais sentidos marcarão uma dualidade, para que seja possível uma identificação especular. Ainda no início, a criança com surdez poderá encontrar dificuldades em perceber a permanência dos objetos e da figura materna, experimentando sentimentos de abandono quando a mãe se ausenta de seu campo visual. O tato torna-se

fundamental no desenvolvimento da unidade do ser para que a criança perceba os limites de seu corpo (Solé, 2005).

O sujeito que possui a capacidade de audição da voz/som da figura materna é, desde sua chegada ao mundo, submerso em sons e em uma sonoridade que lhe embala e invade mesmo que não permita, pois os ouvidos não se fecham. Contudo, somente os sons puros não garantem que o infans será tomado como objeto de desejo do Outro. Faz-se necessário que o Outro carregue a mensagem de desejo e tente decifrar as demandas do bebê, antecipando qualquer capacidade real de compreensão do código linguístico. Pensando no sujeito com surdez, o momento de sua chegada ao mundo simbólico é mudo, no que diz respeito aos sons. Assim, o olhar parece assumir o lugar de reconhecimento do sujeito em articulação com o objeto voz, mostrando que este deve encontrar outros caminhos para o bordejamento de seu vazio.

Costa (2010) esclarece que, para Freud, a criança possui um corpo pulsional e uma sexualidade pré-genital, com características autoeróticas. Apesar de haver zonas vitais para estimulação, como a boca, todo o corpo da criança pode se comportar dentro da zona erógena. A satisfação do prazer atingida pela criança não corresponderá à satisfação plena e esta distância marcará a busca pelo objeto de desejo no intuito de suprir o que falta.

Para Solé (2005), existe uma diferença entre audição e escuta da voz materna. A audição possibilita ao sujeito o acesso aos sons e a escuta aparece ligada a um significante. Há um desejo da mãe em relação ao filho que marca o corpo da criança, de modo que pode-se falar da possibilidade da criança surda escutar a voz materna. Diz ainda que, na criança ouvinte, o ouvido se constitui em uma zona erógena, na qual pode sentir-se prazer ou desprazer no encontro com a estimulação da voz. Esta zona erógena, em conjunto com as demais, contribuirá para a unificação do sujeito. Na criança com surdez congênita, não há a

estimulação do ouvido e sendo assim, este não se torna uma zona erógena e o sujeito encontrará outros caminhos em sua constituição por meio dos outros sentidos.

Cabe ressaltar que o registro erótico nem sempre irá coincidir com o órgão do sentido no corpo. Um exemplo é um fumante que possui registro de caráter anal e não oral, associando o cigarro ao odor de fezes. E também ao considerar os surdos, pode-se entender a pulsão invocante relacionada ao sinalizar das mãos e não no registro oral.

O ouvido é uma zona erógena que nunca se fecha e, pensando na criança ouvinte, não há como se desviar dos sons. Assim, a audição possui um importante papel na unificação dos demais sentidos e sua sincronia. Quando há uma perda auditiva abrupta após um período breve de escuta, a criança pode experimentar uma desintegração de sua imagem corporal. Mesmo a criança com surdez profunda poderá ser capaz sentir sons fortes, como buzinas, máquinas utilizadas na construção civil e aviões, os quais produzem uma forte vibração. Tais vibrações invadirão o psíquico de modo a causar um desprazer, uma invasão difícil de simbolizar, tornando-se um som assustador. Desse modo, o ouvido pode se tornar algo a ser eliminado, o que virá a causar dificuldades na aceitação de próteses auditivas, pois não há um investimento pelo sujeito nesta zona (Solé, 2005). Tal desprazer aponta que o surdo estabelecerá uma relação com o ouvido e com o ouvir, não no que diz respeito ao acústico, mas o lugar que o significante ouvir assumirá na relação com o Outro.

Solé (2005) aponta que para alguns psicanalistas a formação subjetiva está associada à audição da palavra para que haja a passagem para o campo simbólico. Destaca que, para os surdos, o que é da ordem do visual possui um importante papel nesse processo e quando a criança não é inserida em uma língua de forma precoce pode haver prejuízo na articulação simbólica.

Acredito que a ausência de uma língua abrange não apenas a inexistência de um código linguístico na relação, mas, também, a língua enquanto transmissora do desejo. Se o

Outro se coloca como incapaz de simbolizar as reações do infans, dando-lhes sentidos e enlaçando a criança, todo o resto, como a transmissão da herança familiar, da cultura e de um nome, ficará prejudicado.

Para Solé (2005), a surdez estará intimamente ligada a conflitos quanto à sua origem e possível depósito da culpa nos pais, além de fantasias pela criança surda de sua filiação. Freud escreveu sobre os romances familiares, apontando o momento inicial do infans em sua relação com os pais, sendo estes admirados e com qualidades que o filho deseja alcançar. Ao circular em outros ambientes sociais, a criança passa a comparar seus pais a outros adultos e assim coloca em dúvida as virtudes insuperáveis que até então lhes atribuía (Freud, 1909/1996).

Sobre isto aponta que,

O estádio seguinte no desenvolvimento do afastamento do neurótico de seus pais, que assim teve início, pode ser descrito como o ‘romance familiar do neurótico’, sendo raramente lembrado conscientemente, mas podendo quase sempre ser revelado pela psicanálise, já que uma atividade imaginativa estranhamente acentuada é uma das características essenciais dos neuróticos e também de todas as pessoas relativamente bem dotadas. Essa atividade emerge inicialmente no brincar das crianças e depois, mais ou menos a partir do período anterior à puberdade, passa a ocupar-se das relações familiares. Um exemplo característico dessa atividade imaginativa está nos devaneios que se prolongam até muito depois da puberdade. Se examinarmos com cuidado esses devaneios, descobriremos que constituem uma realização de desejos e uma retificação da vida real (Freud, 1909/1996, p.1-2).

Ao considerar a criança com surdez algumas fantasias podem ser concretizadas, exemplo é a busca na comunidade surda por um nome diferente do que foi dado pelo pai. Cada sujeito com surdez ganha um sinal de seus pares que lhe nomeia e passa a ser seu nome e o que lhe identifica (Solé, 2005).

Tais impasses que surgem na relação parental com um filho surdo podem ter suas origens em um sofrimento narcísico dos pais ao estar diante da surdez e à experiência de falta e fragmentação que dela decorrem. Poizat (1996) citado em Solé (2005) aponta que o que ocorre é uma falência do Outro, enquanto representante da ordem simbólica. Há um desfalecimento do Outro pela ausência da escuta.

1.5 Afinal, que voz é essa?

“*Nós temos voz*”, “*não é aceitável nos chamarem de mudos*”, disse uma surda em palestra à comunidade. O objeto voz se faz presente em posições de militância que defendem a comunidade surda, no som ensurcedor que faz vibrar todo o corpo nas festas da associação de surdos e mesmo nas lalações por eles emitidas, que aumentam o volume quanto mais incompreendidos se sentem em lugares públicos.

As tentativas de encontrar uma definição sobre o objeto voz são infecundas quando tal anseio busca por um atributo que lhe confira sentido, pois tal objeto define-se pela falta de um significante, sendo fugaz e localizado em pequenos deslizes na passagem de um significante a outro.

As considerações já realizadas sobre o sujeito com surdez e a voz reafirmam o caráter afônico e não materializável deste objeto. No entanto, o sonoro, como forma de embalar e silenciar o objeto voz, lança-me a pensar sobre como este processo se configura no sujeito com surdez e em uma língua diferente da oral, ou seja, na Libras. Esta é uma língua gestual-visual e depende de um corpo que se movimenta e um olhar que lhe reconheça. Assim, prosseguirei com um aprofundamento sobre o objeto olhar no capítulo seguinte.

2. O Olhar

2.1 Olhar objeto *a*

O olhar aparece em textos filosóficos como relacionado ao conhecimento e experiência do mundo sensível e das ideias. Um olhar que emana luz sobre os objetos e os faz serem vistos. Assim como a descoberta de que os objetos do mundo também precisariam estar iluminados por uma luz, como o sol, para serem percebidos. A psicanálise realiza outras considerações sobre o olhar, separando-o da visão propriamente dita.

O olhar em questão em psicanálise não é um olhar do sujeito e sim um olhar que incide sobre o sujeito, é um olhar que o visa: olhar inapreensível, invisível, pulsional. O olhar é um objeto apagado no mundo da nossa percepção, que não deixa, no entanto, de nos afetar: a visão predomina sobre o olhar excluindo-o do campo do visível. Nessa separação entre o olho e o olhar encontra-se a esquize do sujeito em relação ao campo escópico no qual se manifesta a pulsão. A pulsão está na base do dar-a-ver do sujeito e o afeta de um olhar que o objetiva e ao mesmo tempo se encontra excluído da visão (Quinet, 2002, p. 41).

O olhar está para além do que é visto e perceptível, sendo algo imaterial e anterior ao nascimento do sujeito. O olhar do Outro tornará o sujeito um objeto causa de seu desejo e o circuito pulsional terá início (Quinet, 2002).

No fenômeno do olhar há em operação os três registros: imaginário, simbólico e o Real. O imaginário refere-se ao que é visto de maneira escópica, sendo, portanto, um terreno do eu, em que as imagens do mundo são vistas e determinadas pelo simbólico. O simbólico como anterior ao sujeito faz barreira entre o imaginário e o Real, introduzindo o sujeito na cadeia significante. Nesta inserção na linguagem há um resto, o objeto *a*. O olhar enquanto este objeto é pulsional, invisível e aproxima-se do Real (Quinet, 2002).

Sobre o objeto *a*,

Se formularmos em termos lacanianos, tal objeto se origina na distância que a ordem da fala marca em relação à experiência que ela nunca chega a recobrir, esgotar, em seu dizer, abrindo-se, nisto, um hiato como resto inelutável da operação de simbolização

do qual se origina sempre um novo dizer, um novo percurso de marcas (Fernandes, 2000, p. 123).

O olhar, enquanto objeto *a*, atesta a falta do sujeito e a tentativa de sua suplência à castração. Ele está na posição de mais além do ver e, antes que o sujeito possa olhar, ele já é olhado pelo Outro de modo descoberto e incontrolável. “O olhar é resposta a um certo olhar desde sempre - ainda que não de toda a eternidade - pousado sobre mim” (Assoun, 1999, p. 99).

Sobre o olhar e pulsão escópica, a experiência de Gelb e Goldstein, traz uma relação destes com as operações de alienação e separação. A experiência diz respeito à colocação de um feixe de luz apontando para a borda de um disco preto, em um primeiro momento, que tem como resultado um cone de luz esbranquiçado e o restante do ambiente escuro. Se entre o feixe de luz e o disco preto coloca-se um anteparo, como um quadrado branco, a luz toca o anteparo e irradia para o ambiente, tornando os objetos ali visíveis. Porém, a luz, ao contrário do primeiro momento, se torna invisível. O primeiro momento pode ser relacionado à alienação ao Outro, enquanto tesouro dos significantes, e o anteparo funcionará como a castração. Nesta, a introdução do Nome do Pai separa o sujeito do Outro e constitui o campo da percepção, no qual o acesso ao objeto causa de seu desejo está barrado. Se o anteparo não se constitui, o sujeito será invadido pelo olhar, que por ser invisível não se sabe de onde vem (Quinet, 2002).

Mari (2014), ao versar sobre o campo escópico lacaniano, explica que, ao adentrar no campo simbólico, há uma domesticação do olhar do objeto por meio do anteparo. O anteparo irá mediar a relação do sujeito com o objeto e a apreensão deste, sem que se corra o risco de cegar-se pelo olhar ou, em outras palavras, entrar em contato com o Real. Algumas obras de arte causam engano e confundem quem as olham, levando a um olhar para além do anteparo e uma aproximação com o Real. Não é só o Outro que nos olha, o objeto também nos olha.

Esse olhar que preexiste ao sujeito confirma sua existência, o institui como sujeito, *speculum mundi*, mas, por outro lado, é algo de inquietante manifestando-se nele, algo que paranoiciza o sujeito, algo ameaçador e violento. Ao ameaçar violentar o sujeito, este precisa inventar seus meios de domar o olhar, por exemplo, criando uma “imagem anteparo”, como as lembranças encobridoras a fantasia, o quadro, a cena, o sonho. A imagem anteparo é um dar-a-ver que pacifica, mas não deixa de apontar o que precisa esconder (Riguini & Ferrari, 2018, p. 134).

Entre o vidente e o visível há uma relação de familiaridade e a cada vez que se olha algo, este é envelopado ou encarnado no mundo e no sujeito. O que é que o sujeito procura ao demandar do outro um olhar? Procura um apaziguamento, um lugar para pousar seu próprio olhar. No entanto, quando o Outro é visível ele não me olha e se o Outro me olha, logo, se desmaterializa e se torna invisível. Assim, a frase “você nunca me olha” se torna um exemplo desta falta de um olhar do Outro capaz de fazer suplência ao vazio do sujeito (Assoun, 1999).

O olhar do Outro primordial estará situado entre o Real e o simbólico, transformando a necessidade em demanda. Para que isso seja possível é preciso a presença do engano em um terreno no qual as certezas não existem e não há um significante que oblitere a falta. Para que o engano exista, o objeto real deve se perder e carecer de sentido. Será tomado, então, por aquilo que não o é (Fernandes, 2000).

O objeto escópico pode ser encarado como um lugar de vazio que mantém o circuito pulsional em movimento ou como um a mais-de-gozar. Quanto a este último, trata-se de um a mais de gozo, um gozo excedente, assim como o tempo de trabalho na mais-valia de Marx.

Lacan não denominou o objeto *a* como mais-de-gozar apenas para fazer alusão à mais-valia de Marx, numa exibição de erudição. Ao defini-lo dessa forma, ele estaria destacando a perda sofrida pelo sujeito, tal como a mais-valia designa para Marx a perda sofrida pelo trabalhador, a diferença entre o salário recebido e o valor da mercadoria produzida (Teixeira, 2016, p.4).

O a mais de gozo retorna para o sujeito e logo é transferido para o Outro, o qual, também, não o possuirá. O sujeito vê no Outro a posse deste objeto de valor, do qual ele está privado. O Outro também não o possuirá, reconduzindo, assim, ao vazio fundamental (Quinet, 2002). Ainda sobre o mais de gozo,

No tocante ao olhar como objeto *a*, este olhar é por um lado um objeto perdido do Outro e repentinamente reencontrado como agalma, que causa o desejo, pois vem como um *a-* mais dos objetos, um mais-de-olhar, com seu brilho de maravilhamento que faz do sujeito um puro efeito de desejo (Quinet, 2002, p.65).

2.2 O olhar e o Outro

Freud apontou para uma divisão do sujeito, na qual haveria algo que acessava-se na consciência e uma outra instância, o inconsciente. Este, de forma simplificada, estaria ligado ao sem sentido, o que faz furo, tropeça e falha. O inconsciente pertenceria a outro lugar e responderia a outra lógica. Assim, expõem-se as primeiras definições de Outro ou grande Outro, como um outro lugar psíquico, que Freud mostrou ser possível acessá-lo, em partes, por meio dos sonhos, sintomas, atos falhos e uso da associação livre. Há um Outro que olha e sussurra o que sonhamos e realizamos e é exterior à consciência (Fernandes, 2000).

Este é o primeiro e principal esteio do conceito de Outro na obra freudiana. É o Outro do inconsciente, cujo discurso me agita, fala em mim quando falo” além do que eu tencionava dizer. Outra memória que –perdida à consciência pelo recalque- se abre nas associações (Fernandes, 2000, p.36).

Segundo Fernandes (2000), o conceito de Outro se amplia com Lacan ao defini-lo como exterior, não apenas à consciência, mas também em relação ao próprio sujeito. O Outro está ligado à noção de significante, de simbólico e da linguagem, sendo que o mundo simbólico é anterior ao nascimento do sujeito. Ainda segundo o autor sobre este momento que antecede o nascimento do sujeito e no qual ele é mergulhado,

Compreendem, neste âmbito, valores, leis, desejos, todo o universo linguístico que toma o homem, como diz Lacan, como a um peão, agindo nele, reservando-lhe um lugar e o conduzindo muito antes que, como peça, ele possa saber das regras deste jogo (Fernandes, 2000, p. 41).

O Outro, como tesouro dos significantes, carregaria a promessa de saber quem somos. Ao falar a um Outro esperamos que ele confirme ou discorde e decida sobre o sentido da fala.

O lugar do Outro-linguagem, enquanto saber absoluto, será determinante nos primórdios da constituição psíquica e servirá como coordenada simbólica para um sujeito (Fernandes, 2000).

Lacan observou que os conteúdos inconscientes apresentam um movimento de abertura e fechamento. Quando se abre uma fenda eles aparecem, mas logo a fenda se fecha. É um circuito pulsional, sendo a pulsão parcial, de modo que a satisfação não será completa e deixará um resto. O inconsciente, então, não pode ser considerado como um reservatório de significantes completos e totais, de forma que leva a mais um conceito de Outro, como aquele que porta uma falta. Assim, o sujeito surge na falta e o Outro, enquanto exterioridade absoluta, não pode ser apreendido pela palavra (Fernandes, 2000).

O sujeito só poderá advir enquanto tal se for tomado por um Outro e inserido no campo da linguagem. Quanto a isto não há como escapar, o sujeito deve ser inserido no significante e este encontra-se no Outro. A esta operação dá-se o nome de alienação e nos termos utilizados por Lacan, é um momento em que o sujeito se reúne ao Outro, havendo a junção de seus elementos sem duplicações, porém com perdas. O sujeito estará petrificado em um significante, o qual marcará sua inserção na linguagem e inscreverá uma marca em seu corpo (Fernandes, 2000).

Como já mencionado, o Outro, enquanto tesouro dos significantes, apresentará seu limite e irá expor uma lacuna impossível de ser preenchida. A este momento, dá-se o nome de operação de separação, o discurso do Outro apresentará falhas que darão lugar ao aparecimento do desejo (Fernandes, 2000).

As operações de separação e alienação não devem ser compreendidas como etapas que se sucedem em uma ordem, mas deve-se entendê-las como simultâneas. O Outro porta ao mesmo tempo o significante e a falta. Assim, quando se fala na presença do Outro primordial, aponta-se para a encarnação deste em um personagem, que irá cumprir o papel de projetar no bebê suas próprias demandas e lhe atribuir sentidos. Para isto, é necessário que o Outro olhe

para o bebê de um modo especial e único. Este olhar vai além das necessidades de sobrevivência da criança, ele possui um interesse sexual e a criança deve ocupar um lugar de objeto sexual completo para o outro materno. A mãe, assim, em seus movimentos de acariciar, embalar e tocar seu bebê, inaugura a sexualidade da criança (Fernandes, 2000).

Ter satisfeitas as necessidades de sobrevivência da criança, como alimentação e higiene, não significa ter o corpo erotizado. O investimento libidinal está além e escapa a estas ações. Ao mamar, por exemplo, há a textura e temperatura do leite em contato com a boca do bebê, bem como movimentos que embalam e que são capazes de erotizar o corpo. O investimento libidinal possui um conteúdo sexual e seu objeto é variável e indeterminável (Fernandes, 2000).

Pode-se relacionar o olhar do Outro primordial ao investimento libidinal, de modo que para que o bebê se torne objeto de desejo da mãe e atraia a libido materna, a mãe deve olhar seu bebê naquilo que ele virá a ser, antecipando o futuro e inserindo-o na linguagem. O que torna o bebê objeto de desejo da mãe? Uma hipótese é reatualização do narcisismo materno ao nascimento do filho. Os pais realizam no filho ideais e atributos, encarando-o por meio de uma imagem idealizada de perfeição, a qual faz-se necessária para unificação corporal do bebê e para sua constituição psíquica (Fernandes, 2000).

A falta de investimento libidinal no olhar dirigido à criança pode estar relacionada à dificuldade materna em estabelecer uma imagem antecipatória da criança e assim, ir ao encontro do Real, com experiência de desolação, que para o bebê será tomado como sentimentos de fragmentação corporal (Lasnik, 2004).

A imagem atribuída à criança, pertencente ao registro imaginário, refere-se ao eu ideal e a um retorno ao próprio narcisismo primário dos pais. Contudo, esta imagem idealizada só poderá formar-se ancorando-se no registro simbólico, nos ideais e valores do Outro, enquanto representante de uma cultura. Quanto a esta característica de exterioridade, remete-se ao

conceito de ideal do eu, o qual relaciona-se com a palavra e são tentativas de cumprir as exigências de satisfação dentro de leis e padrões (Fernandes, 2000).

2.3 Estádio do espelho e os esquemas ópticos: o lugar do Outro e do sujeito

A criança, antes mesmo da marcha, começa a identificar seus gestos no espelho e de outras pessoas que estejam próximas, e assim vai assumindo uma imagem e adentrando no simbólico antes mesmo da identificação com o outro (Lacan, 1966/1998). Lacan ainda diz que

O estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (p. 100).

O estádio do espelho é um momento inicial de identificação a um semelhante, em que a imagem própria é vista no outro e o corpo ganha seus bordejamentos ante ao que está fora, unificando-se e alienando-se das falhas e fragmentações. No princípio, Lacan enfatizou a operação imaginária neste processo, para depois reconhecer a necessária presença do simbólico para que a identificação especular se realizasse. Desse modo, faz-se necessário que o infans receba uma nomeação (Fernandes, 2000).

De acordo com Fernandes (2000), o esquema óptico do vaso de flores diz sobre um momento de identificação à imagem do semelhante e à percepção do corpo unificado e separado do restante da cena. O esquema refere-se a um espelho côncavo colocado frente a uma caixa oca. Nesta caixa coloca-se um vaso na parte de cima e, na parte inferior, flores. No espelho, a imagem se forma de maneira invertida, de modo que o vaso aparece harmônico com as flores em sua parte superior. Para que a imagem se forme é preciso que o olho se situe

no cone da emissão. Da mesma forma, para que a imagem do corpo vista em seu semelhante se torne completa, é preciso que este olho esteja situado no registro simbólico.

A este olho Lacan faz corresponder o lugar do sujeito no mundo simbólico, o que se condensa no nome e nas relações de parentesco onde tal lugar simbólico vem a se inscrever permitindo ao infans poder vislumbrar-se como um eu (Fernandes, 2000, p. 105).

Na segunda apresentação do esquema óptico há algumas alterações que levam a novas reflexões. O vaso está posicionado no interior da caixa e é ele que se torna invertido no espelho. O sujeito que olha não possui mais acesso à imagem real do objeto e um espelho plano é adicionado à cena. O sujeito verá apenas a imagem virtual. Fazendo-se uma comparação, a caixa seria o real do corpo que estaria inacessível ao infans e encoberto pela unidade do corpo. Este esquema traz, também, a importância do olhar do Outro primordial na ratificação da imagem que a criança vê. O bebê olha para o Outro para obter um reconhecimento de algo que já estava lá. Dessa forma, o sujeito precisa estar apto para receber este reconhecimento e o lugar que o sujeito deve ocupar remete a um corpo que precisa acomodar-se a um ideal (Fernandes, 2000).

Através de sua resposta é que assinalar-se-ão, ao infans, as coordenadas ou insígnias do ideal permitindo balizar-se, não só toda busca de reencontro, mas o próprio lugar do sujeito original. Ali onde ele se faz reconhecer pelo Outro demandando, não obstante, confirmação (Fernandes, 2000, p. 112).

O terceiro esquema óptico é um desdobramento do que vinha sendo desenvolvido no segundo, ressaltando o lugar do Outro e a posição do sujeito que demanda o reconhecimento pelo olhar, que para tal exige uma incorporação de um elemento simbólico. Ao signo de assentimento, Lacan situa o amor. Amar seria dar o que não se tem, de modo que se faz presente a falta (Fernandes, 2000).

No último esquema óptico Lacan desenvolve tal consideração sobre a necessidade da falta para instauração do movimento desejante. Nesse esquema o objeto real não corresponde de forma fiel à imagem real. Esta última corresponde a um efeito da falta, de modo que na

representação do esquema, no lugar das flores na imagem real há o “*a*” e na imagem virtual no mesmo local situa-se a falta (Fernandes, 2000).

Lasnik (2004) discorre sobre o olhar e seu papel na constituição psíquica ao relatar casos de crianças autistas, em que a recusa do olhar era presente, não só com relação à criança, mas também aos pais. Mesmo que a ausência do olhar não implique, necessariamente, em um transtorno autístico, ela irá sinalizar uma dificuldade no estabelecimento da relação especular. A criança precisa do olhar do Outro para ratificar sua imagem corporal percebida na relação especular com seu semelhante. Isto será a base para perceber o corpo como unidade e para o relacionamento social.

O olhar deve ser considerado como signo de investimento libidinal, no qual o jogo entre presença e ausência só existe porque há um Outro que me olha, não significando dizer sobre a visão enquanto órgão sensorial. A imagem inconsciente da mãe sobre seu bebê influenciará no seu olhar sobre o mesmo e na relação especular. E, para que seja possível ao bebê a construção de sua imagem corporal, o Outro deve ser capaz de antecipar o que ainda não é, ou seja, possuir uma ilusão daquilo que ainda virá a ser e, assim, o bebê encontrará no olhar do Outro o suporte para construção de sua própria imagem (Lasnik, 2004).

2.4 Olhar e surdez

Solé (2005) afirma que a relação especular estabelecida pela criança com surdez servirá de suporte para as identificações estabelecidas. Haverá uma distinção entre a visão e o olhar, sendo aquela ligada ao sensório e este ligado ao desejo do sujeito. A imagem construída na relação especular se fundará a partir do olhar materno e sobre as representações realizadas pela família sobre a surdez.

A criança encontrará uma identificação com a resposta do olhar materno e, se este vier marcado por sentimento de amputação da capacidade de ouvir, ocasionará na criança sentimentos de desintegração. Quando há uma perda da audição precoce, o silêncio que se segue pode ser significado pela criança como o desejo materno de causar dor e desamor, de modo a influenciar a estruturação do estádio do espelho. A criança não consegue antecipar a presença materna pela audição e os momentos de espera podem se prolongar e tornarem-se insuportáveis, causando sentimentos de abandono (Solé, 2005).

Os pais nascem com o nascimento do bebê, idealizando os papéis familiares. Quando o filho chega ao mundo com uma marca que identifica uma falta, como a surdez, pode surgir a fantasia de que aquela marca foi passada entre as gerações e abre-se uma ferida narcísica que pode escorrer e escapar nas relações familiares (Silva, 2007). Além disso, ao nascimento de uma criança, o outro/Outro assume o papel na sua constituição, lhe inserindo na linguagem e nomeando-a. O sujeito passa a ser constituído a partir de suas marcas corporais e, quando a criança possui uma deficiência, a nomeação poderá partir dessa falta (Sieiro, 2013).

Conforme apontado por Andrade e Soléra (2006), a deficiência pode ser tomada como um espelho perturbador que traz mal-estar e estranhamento. Sobre o estádio do espelho, estes autores dizem que é um momento de antecipação da imagem unificada do corpo e de formação do eu ideal, em que há uma alienação do corpo fragmentado e impotente. Tal experiência entrará na cadeia significante como algo que insiste em voltar para ser simbolizado. Ao estar diante de um filho com surdez, tal falta retorna como um espelho perturbador, trazendo de volta a angústia de corpo fragmentado.

Realizadas as considerações sobre o objeto olhar, no próximo capítulo foram trabalhadas as concepções sobre língua materna e língua de sinais, para que depois fosse possível realizar as articulações sobre a dinâmica pulsional do sujeito com surdez.

3. Língua: o dizer do Outro sobre o sujeito e sua posição no discurso

3.1 Sujeito de linguagem

As concepções de sujeito para a psicanálise são exploradas por vários autores contemporâneos, mas nem sempre houve uma definição explícita. Freud não definiu um conceito e partia da concepção de sujeito da ação para defini-lo. Nesse sujeito, a pulsão vai em direção ao objeto e retorna ao seu eu estabelecendo um circuito pulsional, que ao final origina um novo sujeito, sendo assim efeito da pulsão. Já Lacan, retomando Freud, define o conceito de sujeito no campo da linguagem e na relação com o Outro, e como sujeito barrado ele é possuidor de uma falta originária (Rivera, 2008).

O sujeito precisa alienar-se ao Outro para constituir-se e dividir-se, porém esta separação deixa um resto, algo que lhe escapa e não é apreensível. Será isto o que provocará o movimento desejante. Este sujeito de desejo ou sujeito do inconsciente não possui atributos e qualidades, assim não existe o sujeito deficiente (Rivera, 2008). Nesta perspectiva, não cabe dizer que existiria uma formação psíquica deficiente.

A psicanálise volta seu olhar para o corpo erógeno, onde o desejo circula. É errado pensar que por isso ignora as manifestações físicas e as marcas biológicas, mas sim reconhece que o biológico e o psíquico se afetam. O Outro realizará uma forçagem na introdução do significante que inaugura a criança enquanto sujeito de linguagem, o que deixará uma marca na constituição de seu corpo somático, na sua subjetivação e no modo de desejar (Rafaeli, 2005). Sobre este aspecto, Rafaeli explica:

Portanto, podemos entender a estruturação subjetiva como uma forma particular de inscrição do sujeito na articulação dos significantes- na cadeia significante, mediada pela inclusão do terceiro. Quando algo da ordem de uma inscrição ocorre, as consequências desse modo de inscrição se solidificam e se estendem na direção do futuro. Consequências estas que podem ser as mais espetaculares-graves, visíveis, ou

as mais sutis. De todo modo, sejam quais forem, elas marcam a vida do sujeito (Rafaeli, 2005, p. 134).

O corpo da criança ao nascer é simbolizado por seu cuidador, que vai dando nomes para suas manifestações corporais, supondo que ali vai advir um sujeito e a criança assume um lugar no discurso materno. O Outro toma as manifestações do bebê como demandas e as respondem, encarando-as como mensagens. Assim, a mãe vai significando e ressignificando as manifestações da criança, de modo que ela é inserida no funcionamento linguístico-discursivo, o qual é anterior ao seu nascimento (Formigoni *et al.*, 2005).

3.2 Língua materna

Segundo Sieiro (2013), a linguagem não é algo imaterial posto que, ao direcionar sua fala ao Outro, a fala carrega as imagens corporais do sujeito. Há uma rede de significantes interconectados que aparecem em cadeia e determinarão o modo de estar no mundo quando o sujeito é apresentado à linguagem por meio do outro. Acrescenta que “o sujeito surge na falta entre os significantes para dizer dele, ou seja, nos intervalos e na descontinuidade da cadeia: um sujeito de alíngua (p. 23)”.

Para inferir que o inconsciente assume a estrutura de uma linguagem faz-se necessário a exteriorização deste inconsciente e a via privilegiada por Lacan é a linguagem falada, ou seja, a língua e em especial, a língua materna. Essa língua materna é definida como única e singular em cada sujeito, exprime seu caráter de gozo e, mais precisamente, sua ligação com o corpo carregado de sentido (Nasio, 1993). A voz humana, concebida como veículo da língua, foi considerada por Lacan um poderoso poder de sedução e o neologismo alíngua liga o desejo à língua, sendo definido como o saber que escapa ao controle (Roudinesco, 2011).

Faz necessário, antes de prosseguir, definir alguns termos que são utilizados nesse trabalho, os quais são: língua da mãe ouvinte, língua de sinais, língua materna e lalangue. A

língua da mãe ouvinte diz respeito à língua portuguesa de modalidade oral e auditiva. Já a língua de sinais, em especial, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), compreende a língua que possui origem na comunidade surda. Quanto à definição da Libras, em 24 de abril de 2002 foi sancionada uma lei que diz:

Reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. A Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (Lei n. 10.436, 2002).

Quando fala-se sobre a língua materna entende-se seu caráter linguístico com os padrões e regras que lhe conferem o estatuto de língua e, também, algo que lhe é inerente e diz respeito ao que é irrepresentável e não passível de significantização, ou seja, a lalangue.

Considerar a língua como um real calculável implica em acatá-la como causa de si, entendê-la como algo representável por meio do cálculo e passível de ser formalizável pelos signos, palavras, frases e sons. Nesta perspectiva, o ser falante seria considerado como sem nenhum desejo para além da enunciação e a comunicação efetiva se daria por dois pontos simétricos (emissão e recepção). Este cálculo do real apresentará falhas, já que algo não será redutível a ele, a isto que escapa pode-se chamar de lalangue ou alíngua, local de reduto do desejo e do gozo. A lalangue não é passível de ser domesticada, relaciona-se do Real da língua que está para além do que se diz (Milner, 2012).

Uma característica comumente atribuída à língua pela ciência é a arbitrariedade. Sobre isso, Milner (2012) esclarece,

Que tal som remeta a tal sentido, que tal signo remeta a tal coisa é pensado atualmente como puro encontro; sobre o porquê de ser desse jeito, e não de outro, o arbitrário diz que não se tem o que saber. Mais exatamente, o arbitrário do signo equivale a afirmar que ele não teria como ser pensado diferentemente daquilo que ele é, já que não há razão alguma para que seja assim. O arbitrário encobre com exímia precisão perguntas que não serão feitas: o que o signo é quando ele não é o signo? O que a língua é antes de ser a língua? - ou seja, ele encobre a questão que se expressa comumente em termos

de origem. Assim sendo, dizer que o signo é arbitrário é afirmar em tese primária: há língua (p. 60).

Ao realizar pontuações sobre porque uma língua pode ser considerada como tal perante às já existentes, por vezes tem-se a ideia que as línguas possuem elementos em comum que lhes definem e que estes elementos poderiam se unir e não se contradizerem. Contudo, não é isso que se mostra. Haverá ao menos um elemento que se mostrará incomensurável com relação aos outros. A língua materna não pode ser comparada às outras e tal singularidade de uma língua pode ser compreendida como um modo particular de fazer equívocos (Milner, 2012).

Quanto a isto, o termo locução também favorece a compreensão do que de cada língua não pode ser comparado. Locução é a expressão formada pela união de duas ou mais palavras. Em termos de locuções não é possível dizer que uma língua é idêntica a si mesma porque ao ser estabelecido relações entre elementos, aparecem os duplos sentidos e os equívocos. Dessa forma, não é possível uma proposição universal que diga sobre todas as línguas. Não há como dar uma única designação para os equívocos da língua e chega-se novamente à definição de alíngua. Esta possui maior relação com a língua materna, não pode ser acomodada a uma língua ou a um lote comum, não é possível estratificá-la e seu caráter não permite dizer o que lhe torna incomparável. Se existe algo da língua que não é representável, como compreender como é transmitido? A compreensão escapa à razão e pertence ao Real (Milner, 2012).

A lalangue não terá a função de transmitir um saber na comunicação e está além daquilo que pode ser enunciado. Ela comporta um saber enigmático que escapa ao saber do falante, “que eu falo sem saber. Falo com o meu corpo, e isto, sem saber. Digo, portanto, sempre mais do que sei” (Lacan, 1972-1973/1985, p.161).

O funcionamento da língua para um sujeito terá características particulares à sua rede de relações familiares e estabelecerá modos de estar na linguagem e na cultura. A mãe, a

princípio, ocupa a posição de plena, inequívoca e tesouro dos significantes, para depois ser substituída pela mãe simbólica, aquela que também responde às leis da língua e é sujeito de linguagem, por isso não é sem falhas e operará simbolicamente com o filho. O pai simbólico funcionará como interditor na relação alienante entre mãe e filho, para que a criança se desloque da relação com essa mãe onipotente, para uma relação com a língua materna. O contato com esta permitirá uma mudança na relação com a mãe, que agora compreendida como não toda, não responde a tudo e não pode atender a tudo que a criança quer (Formigoni *et al.*, 2005). Acrescenta-se que

A língua comporta um defeito de realização que dá lugar à sua riqueza, posto que esse defeito permite que o sistema da língua possa vergar cada um de seus termos em qualquer sentido, a depender das versões assumidas pela encarnação da interdição operada pelo pai simbólico (Formigoni *et al.*, 2005, p. 195).

Quanto à língua materna, Moraes (1999) aponta que

Nessa língua, o sujeito não fala como mestre, é falado por ela, o que não assegura ao sujeito sua identidade, só garante sua movimentação como sujeito embaracado, por não poder dizer tudo, isto é, articular plenamente seu desejo. A objetividade impossível dessa língua coloca o sujeito numa posição de desconhecimento de si próprio, que constitui, segundo Freud, sua atividade por excelência, pois a língua dita materna está sempre referida ao impossível da conjunção entre os sons das palavras da mãe e o corpo da criança, remetendo-a a um Outro lugar, de onde está separada do corpo pela linguagem (p. 79).

A linguagem possui relação com o simbólico e com o modo de inserção do sujeito no campo do discurso e na cadeia de significantes. Ela é anterior à chegada do sujeito, mostrando que este já é falado antes de nascer. Dessa forma, a inserção do sujeito na linguagem ocorre de maneira singular e a língua materna traz esse caráter único e incomparável do modo de constituição de cada um. Quando o simbólico é instaurado, há um resto dessa operação, uma falha daquilo que não é simbolizado, representado por um vazio. A língua materna permite envelopar o objeto voz e vem para silenciar o vazio ruidoso do Real.

Quando há uma solidificação do primeiro casal de significantes, este amálgama impede o deslizamento da cadeia, uma vez que um significante não pode designar o outro, não havendo espaço para a falha e para a falta onde aparece o desejo. Esta solidificação concerne ao processo de alienação, “a significação se iguala à mensagem enunciada, o sujeito já é dado na mensagem” (Vorcaro, 2005, p. 33).

3.3 Posição débil

Já foi exposta, em outros momentos do texto, a operação de causação que compreende dois tempos, a alienação e a separação. Tais conceitos são retomados aqui para compreensão de uma posição ocupada pelo sujeito em sua relação com o Outro, sendo esta a posição débil.

Na alienação, o Outro primordial é um significante completo, o tesouro dos significantes. Nela o sujeito está colado ao significante, ou seja, ao campo simbólico que antecede sua chegada ao mundo (Fragelli, 2005).

No segundo tempo, o sujeito precisa ultrapassar este primeiro momento para separa-se do Outro primordial e entrar em contato com a falta. O desejo do Outro passa a ser um enigma para o sujeito e o Outro torna-se não todo. O Nome-do-Pai está presente nessa operação da separação, comparecendo como o desejo e Lei. Se a criança permanecer como objeto do desejo materno sem a intervenção da metáfora paterna, estará na posição de alienação (Fragelli, 2005).

A falha da metáfora paterna e a não introdução do significante Nome-do-Pai no desejo materno dificultam a inclusão da criança no campo simbólico, podendo ocupar uma posição real de falo para a mãe. Isto impede a inscrição da criança na cadeia significante e sua constituição enquanto sujeito desejante e de linguagem (Pavone & Rafaeli, 2005).

O desejo direcionado à criança é fundamental no processo de constituição psíquica e não é um desejo anônimo.

É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é vetor de uma encarnação da Lei no desejo (Lacan, 1969/2003, p. 369).

Há algo de irredutível de uma transmissão a ser realizada pela família, que vai além de garantir as necessidades básicas de sobrevivência da criança, como a alimentação, e está relacionada com o surgimento de um sujeito. A função materna será um interesse particularizado direcionado à criança, no qual a mãe enxerga e ouve o filho de um modo único e o infans é reconhecido nesse traço, gerando uma marca. A função do pai marcará a introdução da Lei no desejo, colocará um limite na relação mãe e filho, intermediando esta relação para que a criança não permaneça capturada pela fantasmática da mãe. O sintoma apresentado pela criança poderá ser o reflexo da estrutura familiar. Assim, se há uma falha na função paterna, a criança poderá assumir o lugar de verdade para a mãe, um lugar de objeto que tampona sua falta e encobre o acesso da mãe à sua própria verdade (Lacan, 1969/2003).

Se o significante não assume uma cadeia de articulação, tendo a função de representação para outro significante, sua movimentação pode ficar tamponada e a criança fixada a um único lugar, no qual permanece impossibilitada de encontrar novos sentidos para aquilo que afeta seu corpo (Rafaeli, 2005).

Como já mencionado, o sujeito surge no intervalo entre os significantes, naquilo que escapa e faz o desejo aparecer. Se o saber do Outro se configurar de modo não barrado, não há espaço para surgimento do sujeito, pois não há uma falha no saber do Outro enquanto ser incompleto. A criança virá a ocupar uma posição débil, na qual não há interrogação do saber do Outro e a sua instalação no discurso não se dará de maneira sólida (Vorcaro, 2005).

Na psiquiatria, o retardamento mental está relacionado à medida da inteligência e como isto interfere na linguagem, na motricidade e em outras habilidades cognitivas e sociais. O conceito foi se transformando com o passar do tempo e a etiologia que, antes estava ligada a danos orgânicos e uma incompletude do desenvolvimento mental, passa a incluir outros fatores, como sociais e mesmo afetivos, visto que a maior parte dos diagnósticos de retardos mentais leves não possuía uma etiologia orgânica conhecida (Sanches & Berlinck, 2010).

Contudo,

A dúvida etiológica, que deveria acarretar um aprofundamento na investigação clínica do fenômeno é, ao contrário, subvertida e se torna um "jogo de empurra". Muitas vezes, o único denominador comum encontrado por médicos, psicólogos e psicanalistas nestes casos é o recuo clínico e o encaminhamento à Educação Especial. Neste destino, os pacientes tornam-se alunos eternos e ser educado passa a consistir em sua prescrição única de existência. Com esta prescrição exclusivamente pedagógica, a dimensão clínica do fenômeno é esquecida e o sofrimento psíquico destes pacientes deixa de ser escutado (Sanches e Berlinck, 2010, p. 265).

Para a psicanálise, a debilidade é uma posição psíquica, na qual, independentemente de um comprometimento orgânico, o sujeito está em posição de submissão ao desejo do Outro, de modo a não se guiar por seu próprio desejo. A linguagem, por vezes mecânica e caricatural, se assemelha à psicose e pode, assim, ser confundida com esta, o que influenciará drasticamente na direção do tratamento. Uma posição débil coloca velada a falta do Outro, este permanece não barrado. A fala do Outro se torna uma verdade absoluta sobre o sujeito sem questionamento (Sanches & Berlinck, 2010).

Pode-se pensar que um neurótico também poderia situar-se no discurso como alguém que responde somente ao desejo do Outro. A diferença, quanto à posição débil, é que o neurótico apresentará ao menos um instante de descuido que acarretará na apreensão de sua posição para dar lugar ao seu desejo. Já na posição débil esse “descuido” raramente acontece. Além disso, a debilidade aqui está sendo entendida como uma posição inconsciente do sujeito e não como estrutura, como é a neurose e a psicose (Sanches & Berlinck, 2010).

Lacan traz uma concepção de debilidade que está para além do patológico. Ao nascer, a criança apresenta uma insuficiência que permite uma aderência imaginária e a supor ali o advento de um sujeito. Quando o bebê nasce com uma doença congênita, a mãe poderá atribuir sua falta ao filho. Contudo, vale ressaltar que, mesmo que a criança não apresente um diagnóstico que indique uma limitação, a mãe poderá encarar que a criança nada lhe demanda e a esta ficar na posição de um sujeito que não deseja. Não é a doença orgânica que decidirá sobre a estruturação psíquica do sujeito, porém a doença pode tornar-se o traço pelo qual o sujeito será reconhecido (Vorcaro & Lucero, 2011).

Vorcaro e Lucero (2011) ponderam que a criança antes mesmo de nascer ocupa um lugar de objeto de desejo da mãe, um lugar desconhecido, para o qual a mãe irá atribuir sentidos. Na debilidade e na psicose a criança corresponderá exatamente a estes sentidos dados pela mãe. As autoras acrescentam que:

Podemos supor que no caso da debilidade haveria uma aposta da mãe na incapacidade da criança de forjar ideais próprios, cumprindo objetivos e alcançando determinadas metas. A mãe deve se assegurar de que a criança é ideal, perfeita, apoiada em um outro discurso, como veremos a seguir. Cabe destacar que na psicose a criança ideal da mãe não depende de qualquer outra referência (p. 818)

Na debilidade, os pais se submetem ao saber da ciência sobre o que o filho possui e o que há de tratamento, um saber que lhes é desconhecido. Este saber está ligado ao corpo e a criança encarnará o saber do Outro, do ponto de vista corporal, sem que haja nenhum equívoco deste saber. Não haverá nada que faça corte ou permita à criança separar-se (Vorcaro & Lucero, 2011). E ainda,

A criança em posição débil não faz a operação imaginária debilitante de produzir mais sentido entre dois significantes, supondo que assim compreenderia os outros dois, ordenando-os do jeito certo, porque já está tudo em boa ordem, encaixado. Os significantes estão na ordem em que a equivalência prevalece sobre diferença. A criança débil prescinde da operação imaginária porque o tecido significante com que ela lida já está suficientemente tomado pelo imaginário, já fixado sem a discretização que obriga o falante a buscar e escolher mais um sentido (Vorcaro & Lucero, 2011, p. 824).

O débil flutua entre dois discursos sem se instalar solidamente em nenhum deles, isto “implica não apenas um modo de gozo, mas também o dizer do Outro” (Rosa, 2008, p. 42). A debilidade não remete a algo naturalista, mas à transmissão simbólica exercida pelos pais e a como o sujeito se coloca na relação com o Outro, com o desejo do Outro. Outra concepção lacaniana sobre a debilidade diz respeito à holófrase, em que não há um intervalo entre o primeiro e segundo significantes, não havendo espaço para o objeto *a* (Rosa, 2008).

Genérica e superficialmente, na teoria lacaniana a noção de holófrase refere que o saber inconsciente do sujeito (o S2) está comprometido, está colado ao primeiro traço de identificação do sujeito (o S1). Como sabemos, o primeiro traço de identificação do sujeito advém do Outro. Esta hipótese foi uma das primeiras a oferecer um alicerce metapsicológico àquela constatação clínica, já apresentada aqui, de que o débil toma o saber do Outro como verdade íntima e literal de si mesmo (Sanches & Berlinck, 2010, p. 269- 270).

O lugar dado a holófrase é fundado no campo simbólico da oposição significante. Na holófrase o sujeito não se conta, ele está solidificado no significante holofrásico. Ele e o significante constituem um monólito, a pura articulação da frase é suficiente para constituir esse sujeito elementar. O sujeito não se anuncia, é a holófrase que lhe anuncia (Vorcaro, 2005).

Na holófrase o sujeito não aparece,

... são frases ou expressões independentemente de terem ou não estrutura sintática, já que são tomadas numa estrutura de linguagem. O que importa nelas é seu caráter não decomponível. Trata-se de alguma coisa em que isso que é do registro da composição simbólica é definido no limite, na periferia. A holófrase se ata a situações limites, em que o sujeito está suspenso a uma relação imaginária ao outro, num estado de interolhar, já tomado em um elemento de intersubjetividade (Vorcaro, 2005, p.32).

3.4 E se a surdez for tomada como uma debilidade?

Uma patologia orgânica pode resultar em sintomas na criança que não estão relacionados aos entraves físicos referidos pelo diagnóstico médico, mas ao lugar que esta criança se encontra no discurso parental influenciado pelo impacto que o diagnóstico teve nos registros simbólico e imaginário. Se a criança for tomada por seu corpo deficiente, não haverá lugar para seu aparecimento enquanto sujeito, estará no “limbo entre o ser vivo e o sujeito” (Pavone & Abrão, 2014, p. 275).

Ao nascer, a criança que depende de um outro para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, também depende de um Outro que lhe insira no discurso e que lhe direcione o desejo para que depois possa advir como sujeito de desejo. Um impasse orgânico pode se tornar uma marca significante, aquilo que inaugura a criança na linguagem e será a mola inicial para o deslizamento da cadeia significante (Pavone & Abrão, 2014).

Ter um filho é a realização do gozo fálico e ao mesmo tempo aponta para a uma falha, expõe uma falta, a castração. O filho pode permanecer no lugar de preenchimento desta falta e ter solidificado o primeiro casal de significantes. Em considerável número de casos, o pai está ausente na relação familiar, não comparecendo às sessões ou mesmo na fala das mães. Há uma falha na inserção do Nome-do-Pai e da necessária operação de separação. Não só o pai pode estar nesse lugar, mas outros terceiros, como profissionais da escola e mesmo o analista, supondo na criança o advento de um sujeito de desejo e outras significações (Pavone & Abrão, 2014).

A estruturação psíquica não depende do corpo, mas da simbolização que se opera sobre este por um Outro. Quando há um diagnóstico de surdez é como se este corpo se quebrasse e o Real emergisse como algo do inapreensível. Algo surge e não consegue ser simbolizado na cadeia significante, na relação mãe e filho que se estabelecia até então. No caso apresentado por Fomigoni *et al.* (2005), antes de saber da surdez havia uma implicação

na língua materna e quando se dá o diagnóstico surge um descompasso. É preciso que a mãe compreenda que o falar está para além da língua.

Ao compreender a debilidade como uma posição psíquica e não enquanto estrutura, pode-se hipotetizar que um sujeito com surdez poderá estar nesta posição quando, em sua inserção na linguagem, uma falha orgânica manifestada em seu corpo, coloca o Outro primordial diante de sua própria falta ou castração. A língua materna pode esvaziar-se de desejo e a criança ter o primeiro casal de significantes solidificados nesta marca de falha, de uma falha orgânica. Se a criança for “ouvida e olhada” por esta perspectiva, como o Outro poderá acreditar que ela pode vir a desejar, a ser outra coisa além do que se mostra? O infans permanecerá alienado ao Outro e este não acreditará que a criança será capaz de “forjar ideais” como apontou Vorcaro e Lucero (2011, p. 818).

Se diante do Outro primordial, encarnado na figura materna, o infans encontra um terreno simbólico rígido, sem espaço para a falta, não haverá lugar para o aparecimento de seu desejo. O saber totalizante, encontrado no discurso médico, por exemplo, impedirá o aparecimento de intervalos entre os significantes e não haverá lugar para a inventividade e para os equívocos.

Diante disso, para que ocorra a operação de separação, algo deverá fazer furos, fazer rasgos no saber e promover o movimento na cadeia significante. Estes furos podem ser ocasionados pela língua e uma libidinização do corpo do infans será possível. Assim, o Real poderá ser bordejado pelos objetos *a*, como já mencionado em outros momentos.

4. Construção dos casos clínicos

4.1 Caso clínico: Pedro

O meu contato com a família de Pedro se deu através de uma professora da educação infantil. Essa professora ministrou aulas para Pedro por um período e disse que percebia uma apatia na mãe da criança com relação à surdez do filho. Referente a isso, disse que a mãe não sabia se o filho era surdo ou quando a suposta surdez teve início, o que, na opinião da professora, atrasou o desenvolvimento e aprendizado de Pedro.

Afirmo que, enquanto pesquisadora, meu propósito não foi medir ou testar os níveis de desenvolvimento e aprendizado de Pedro. Contudo, é preciso considerar o que, desta fala da professora, reverberou na família. Um posicionamento que leve em consideração a reabilitação e comparações com um desenvolvimento dentro de normas e padrões pode ser encontrado em vários âmbitos sociais e terá consequências singulares para a família.

Mannoni (1995) aponta que existe uma preocupação com as questões de reabilitação do sujeito e ignora-se os afetos e a dinâmica familiar, lugar onde a deficiência imaginária pode causar danos irreversíveis. Rótulos iniciais podem ocasionar uma cristalização da angústia familiar. Tal angústia chega aos consultórios médicos camuflada por outros sintomas físicos e busca de tratamentos, que quando canalizadas podem revelar as fantasias familiares diante da deficiência e apartá-las das dificuldades reais, dando à criança potenciais chances de desenvolvimento e um lugar na família diferente do estranho e desviante.

Em minha caminhada profissional tive contato com várias mães, cujos filhos possuíam uma falha orgânica e o diagnóstico aparecia em suas falas em primeiro lugar, como se fosse o cartão de visitas da família. Para a mãe de Pedro era a falta de um diagnóstico ou de um saber sobre o filho que se fazia presente e repetido em seu discurso.

No contato com a mãe de Pedro, a fala da professora ou, poderia me arriscar a dizer, a fala institucional da escola, ressoava e era endossada por uma culpa já presente nesta mãe. A culpa por permanecer na posição de não querer saber de uma dificuldade apresentada pelo filho ainda bebê. Sobre esta dificuldade, a mãe não sabia nomeá-la e explicá-la, pois parecia quase impossível diante de uma trajetória com tantos julgamentos.

Pedro chegou para a análise em um momento que iniciava o aprendizado da Libras na escola e a sua mãe demonstrou que começar um processo analítico seria o primeiro ato de cuidado para com o filho. Nas primeiras sessões a mãe comportava-se de maneira anônima, seu lugar era de observadora de uma relação possível entre eu/analista e seu filho, por meio de uma língua.

4.1.1 A mãe anônima

No primeiro contato, a mãe de Pedro (chamarei de Sônia), ao ter conhecimento da pesquisa, interessou-se e antes que perguntas fossem realizadas, Sônia iniciou uma verdadeira prestação de contas sobre os motivos de buscar ajuda especializada para o filho somente na atualidade. Pedro, no início da pesquisa, possuía cinco anos e, até aquele momento, não havia recebido um diagnóstico de surdez. Sônia, preocupada em justificar-se, disse que quando Pedro nasceu não lhe sobrava tempo para perceber dificuldades ou deficiências no filho, pois trabalhava para sustentar sozinha todas as despesas da casa e seu filho permanecia durante todo o dia com uma babá.

Sônia relatou que, após um dia de trabalho exaustivo, apenas queria aproveitar o carinho dos filhos e pensar que não havia nada com que preocupar-se. O esforço deste pensamento não era sem razões, pois algo de estranho pulsava na relação com o filho e ela

não queria saber disso. Relatou que algo era estranho no filho, este algo era indizível e causava dúvidas sobre sua capacidade de ser uma “boa mãe”.

A mãe de Pedro disse que somente começou a buscar atendimento para o filho depois que seu filho mais novo nasceu com hidrocefalia. Este último demandava vários atendimentos especializados e Sônia, incentivada pela escola de Pedro, disse que percebeu que o que era estranho e sem nome no filho precisava ser investigado. Relatou que, ao buscar ajuda profissional e a deficiência auditiva se tornar quase uma certeza, outros familiares disseram que já percebiam que Pedro era estranho desde bebê, porém não tinham coragem de dizer. Este estranho difícil de nomear aparecia na fala dos parentes de Sônia e aumentava seu autojulgamento de ser uma “mãe ruim” e incapaz de suprir as necessidades do filho. Estar diante do estranho fazia-lhe não pensar e não agir.

Ao longo dos relatos dos atendimentos realizados com a família, percebi que não havia dado um nome à mãe de Pedro. Especialmente na escrita inicial, apresentei uma dificuldade em chamá-la por um nome e, ao final desta escrita, a necessidade de dar-lhe um nome me fez repensar todo o processo de análise. A mãe permaneceu anônima na relação transferencial e, a cada vez que percebia um modo de estar com o filho no espelho da analista, esta mãe foi surgindo e reconhecendo o que já lhe havia sido dado ao nascimento de Pedro, ou seja, o lugar de mãe com nome e jeito próprio.

Quando uso o termo espelho do analista, me refiro ao modo como Sônia olhava a relação da analista com seu filho. Digo espelho, porque ela olhava seu próprio lugar de mãe na relação com o filho, com outras possibilidades. A cada vez que Sônia surpreendia-se com o filho, na relação deste com o outro, abria-se espaço para o aparecimento de Pedro enquanto sujeito.

Sônia participou de todas as sessões e permanecia atenta a como eu me comunicava e brincava com Pedro. Surpreendeu-se várias vezes com o filho, como quando o mesmo

compreendia os jogos ou criava seus próprios modos de jogar e quando Pedro iniciava as sessões contando histórias de seu dia-a-dia ou inventando cenas que ainda não tinha vivenciado concretamente.

Na análise, Sônia encontrou espaço para dizer sobre seus medos e anseios, tais como: “Pedro poderá ouvir um dia?”, “Se eu tivesse percebido que ele tinha algo quando bebê, hoje ele poderia ser normal?”, “Como Pedro será quando for adolescente?”, “Pedro poderá fazer faculdade e trabalhar?”. Dessa forma, a capacidade de antecipar um futuro e de acreditar no vir a ser de Pedro foram sendo construídas por Sônia e ela deixou de ser anônima na relação transferencial e para o filho.

4.1.2 Eu, a mãe, Pedro e a Libras

Nos atendimentos iniciais à família, a língua de sinais era inserida por mim e a criança logo reconhecia esta língua como sendo sua e somente de seu conhecimento. Quando a mãe se aventurava em realizar sinais, a criança lhe corrigia e qualquer chance de um diálogo na língua ficava impedido.

O olhar de Pedro estava sempre buscando o da mãe antes de realizar qualquer ação. Ele se recusava a me olhar, mesmo quando eu gesticulava e chamava sua atenção. Enquanto eu dialogava com a mãe na língua oral, a criança permanecia atenta. Quando a língua de sinais era inserida para diálogo com ele, o olhar se desviava e o corpo parecia se esconder em si, com os braços para baixo, rentes ao tronco e postura encurvada. A mãe mandava a criança me olhar, porém isso acontecia apenas por um certo tempo.

Em seus relatos, Sônia apresentava um estranhamento quanto à língua de sinais. Ela imaginava que essa língua era a simples soletração das letras do português, formando as palavras uma a uma. Expliquei-lhe sobre os sinais e sobre suas articulações na formação de

sentidos. Ela questionava se era possível falar em sinais e se um dia ela poderia ter “um diálogo com o filho”, já que considerava que nunca conseguiu conversar com o mesmo e a comunicação baseava-se em pequenos comandos, como pedir para Pedro ir comer, sentar ou dormir.

A mãe apresentava-se como incapaz de envolver o filho em sua língua e colocava a língua de sinais como uma extensão do fracasso já alcançado na transmissão da própria língua. Tal posição levou à reflexão de como esta criança foi capturada pela língua materna e inserida no discurso.

No início da vida de Pedro não havia o diagnóstico de surdez e Sônia, apesar de perceber algo de estranho no filho, não sabia que o mesmo não lhe ouvia. Assim, a experimentação do fracasso da língua se deu quando Pedro tinha dois anos e a mãe revelou que a criança parecia não mais lhe compreender e escutar, além de não emitir palavras. A partir deste momento, houve um descrédito quanto à capacidade da língua de transmitir a herança familiar, os ensinamentos da mãe e, também, o desejo.

Sônia não descolava a imagem do signo. Ela, ao tentar compreender os sinais com uma forte impregnação imaginária, colava a imagem ao signo e os sinais não adquiriam o estatuto de significantes. Segundo Vorcaro (2005), sinais domésticos, criados dentro do âmbito familiar, podem não assumir a função de significante porque têm a função de representar algo para alguém específico, não sendo reconhecido pela comunidade surda ou pelos usuários da língua de sinais.

Em alguns casos há a resistência dos pais quanto ao aprendizado da língua de sinais, pois esta pode escancarar a surdez, além do temor de que a língua de sinais funcione como interceptadora da relação com o filho. A presença de um especialista na relação para ensinar uma nova língua que garanta a interlocução entre pais e filhos, que antes estava num âmbito particular, pode se tornar incômoda (Vorcaro, 2005).

Formigoni *et al.* (2005) dizem sobre o estranhamento dos pais ouvintes à língua de sinais. Para estes pais algumas questões podem ser comuns, tais como: Como um corpo, onde reina a oralidade, poderá se manter mudo e comunicar por meio de sinais, expressões e movimentos? Como desprender-se da imagem para entender que os sinais possuem articulação, produzem texto, criam discurso, mas em outro registro?

Se os pais não compreendem que a língua de sinais cria discursos e pode ser veículo de transmissão do enigma do desejo, a inserção da criança nesta língua encontrará impasses e o Outro como tesouro de significantes será encontrado em outro local.

Na sétima sessão a relação desencontrada de mãe e filho se fez mais evidente aos meus olhos. A mãe falava de Pedro como se realmente ele não pudesse entender nada do que ela dizia. Ele observava a mãe, como ela se comportava e como conversava comigo. Quando Sônia tentava sinalizar em Libras, Pedro reagia e lhe corrigia. Na maioria das vezes dizia que estava errado, mesmo que a sinalização estivesse correta, afinal a língua era dele. A mãe contou que um dia Pedro quase quebrou o seu dedo tentando fazer com que ela sinalizasse corretamente. Pedro começava a questionar o saber da mãe.

A mãe não se inseriu no aprendizado da língua de sinais, ao mesmo tempo em que se incomodava de não entender o que o filho falava. Mostrava-se tranquila pelo fato de que agora ele estava aprendendo a se comunicar e a língua era entendida apenas na função de comunicação.

Aprender uma língua na escola não terá a mesma função que é a transmissão da língua materna, no seu sentido de lalangue, da transmissão do enigma do desejo, o que ocasiona uma fala desimplicada. Sobre isso Jerusalinsky (2009) diz:

Daí os efeitos desastrosos para a constituição psíquica de técnicas tão comumente utilizadas para "ensinar" crianças a falar ou a fazer sinais – que, sob o argumento de elas terem patologias genéticas ou deficiências sensoriais – por meio de grupos classificatórios que colam um nome a uma coisa, nomeando e apontando em cartelas grupo de cores, de transportes, de animais etc. Nessa sede de "ensinar" deixa-se de considerar como a língua é transmitida, excluindo da cena o que a mãe ou o pai têm a

dizer ao filho, o que estes supõem que o filho entende ou não entende, os equívocos, os não ditos nessa transmissão (p. 61)

L. M. S. Ferreira (2015) aponta que a voz como um objeto mediador na relação com o outro, tomando em consideração sua musicalidade, sua prosódia e entonação, ainda que não incluam a significantização, deixará traços na criança em um tempo fundante de sua constituição. A voz manifesta o desejo e o gozo do Outro, que atrai o bebê e o leva a alienar-se para depois ser convocado em seu próprio desejo.

O mito de Eco diz respeito a uma mulher que foi condenada a não poder mais falar, ela definhou-se até virar rocha e restou apenas sua voz, podia apenas repetir as palavras que ouvia do Outro sem nada poder criar (L. M. S. Ferreira, 2015). O diagnóstico de surdez pode vir a colocar a criança no lugar de Eco, onde não pode mais falar por si e criar nenhuma fala. O sujeito fica desautorizado de ocupar uma posição simbólica. Pedro repetia a primeira palavra que conseguiu sonorizar, “mãe”. Porém, essa, como eco rebatia no território da mãe e não ganhava mais sentido.

A autora diz sobre a função de alteridade que a voz carrega em seus efeitos causados pelo Outro e, também nos efeitos que a criança quer causar neste. Se a criança não se faz escutar, o laço estabelecido com a mãe se torna frágil e esta pode desanimar diante da função de transmissão da língua. O conceito de espelho sonoro inclui o objeto olhar na operação de inserção na linguagem. Não apenas os efeitos do audível, mas, também o que o é visível, enlaçarão a criança ao desejo do Outro, realizando-se a operação de alienação e unificando as manifestações corporais da criança (L. M. S. Ferreira, 2015).

Na segunda sessão, Sônia disse que queria aprender Libras para falar com o filho. Perguntei-lhe como estava sendo este falar até então. Ela disse que eles possuíam alguns sinais familiares, porém eram pontuais e não conseguiam estabelecer uma conversa. Disse que achava estranho a criança ter sonorizado a palavra mãe, única palavra que sonorizava. Sônia se perguntava: “Como pode ele falar mãe se nunca ouviu mãe?”. Tal questionamento me

remeteu a outro: Pedro nunca ouviu a mãe? Parecia que era deste lugar que ela falava, uma posição diante de um filho que não fazia-se chamar por ela.

Incluir o objeto olhar nos foi fundamental para traçar caminhos de compreensão sobre a língua de sinais enquanto língua materna, tendo em vista que o mamanhês encontrado na musicalidade da fala da mãe deve ser considerado em um registro afônico e visual. O ritmo que embala e enlaça a criança no desejo materno deve estar presente nos movimentos e alternâncias das sinalizações, no balançar das mãos, no tempo entre um sinal e outro, capazes de gerar uma antecipação da próxima fala da mãe. O objeto voz encontrará novos contornos e seu silenciamento será tomado a partir do gestual-visual.

A Libras, como qualquer outra língua, não é resultado da soma aritmética de seus elementos, pois, assim como faz-se necessário ir além da letra para entender o que está escrito, é preciso descolar-se da imagem que está sendo vista. Muitos sinais possuem semelhança com o objeto da realidade, o que pode ocasionar o erro de considerar que haverá um sinal específico que corresponderá a cada palavra do português e, então, corre-se o risco de fazer português sinalizado, o qual não é compreendido por grande parte dos surdos. Dessa forma, um sinal só será entendido na relação com outros sinais, com suas expressões corporais e contexto (Formigoni *et al.*, 2005).

Sônia não apresentava incômodo quanto à presença de um terceiro que sabia a língua de sinais e que se comunicava com seu filho, sem que ela pudesse compreender o que estava sendo dito. Contudo, no início do processo analítico, Sônia tentava manter o discurso na língua oral e as tentativas de Pedro de dizer e contar histórias na língua de sinais eram subestimadas e entrecortadas pela mãe.

Nos primeiros encontros com a família, Pedro repetia uma história referente a um rato que o pai havia matado em casa. Contava com detalhes que o pai correra atrás do rato e o matara a pauladas. Sônia disse que a história não seria verdadeira, o que denotaria a

criatividade de Pedro e suas fantasias. Contudo, em seguida, a mãe desacreditava da posição criativa do filho e dizia que realmente existiu um rato que foi morto e afirmava : “ele (Pedro) não poderia mesmo ter criado essa história”, ou seja, estava colado naquilo que a palavra referencia na realidade. Quando eu oferecia minha atenção para a história contada por Pedro a mãe se incomodava e projetava em mim o que sentia, ela dizia “ pára Pedro, ele não pára de fazer isso, deixa a moça falar com a mamãe.” Em outro dia, ao falar com a professora de Pedro, ela me disse sobre a história do rato. Perguntei o que achou da história e ela disse que “ele aprendeu os sinais e agora está empolgado por isso ele fica repetindo só porque consegue agora expressar, mas acha que não é verdadeira”. E eu me perguntava, porque a verdade tanto importa para poder legitimar aquilo que ele traz enquanto pertencente ao simbólico? Se a história fosse uma invenção de Pedro estaria ligada às suas fantasias e possibilidade de realizar amarrações simbólicas.

A verdade da história não me importava e sim fazer o simbólico operar naquela fala. Perguntei a Pedro como era o rato, o que aconteceu depois, mas a história se repetia e mãe interceptava a fala.

Faz-se necessário aumentar a rede de significantes para que o sujeito apareça nos intervalos e quando o simbólico aparecer, agarrar a ponta de seu fio para puxá-lo. Isto pode favorecer a mudança de posição de objeto de desejo do Outro para sujeito que também deseja (Vorcaro, 2005; Fragelli, 2005). Pedro estava presente na fala enquanto sujeito de desejo, mas parecia uma presença frágil e não sustentada, seu o olhar sempre buscando o da mãe para poder seguir e a mãe dizendo que aquilo não passava de uma fala vazia.

A clínica fonoaudiológica se depara com casos de atraso de linguagem nos quais a intervenção favorece uma fala estruturada do ponto de vista sintático das frases enunciadas, porém se apresenta como uma fala esvaziada de um sujeito, uma fala que não possui amarrações e está desabitada, de modo que a criança está colada ao desejo materno (Santana

& Rubino, 2005). No atendimento do sujeito com surdez, observei que era difícil perceber estas considerações dos autores, não no sentido de realizar um diagnóstico diferencial entre uma psicose ou outra dificuldade na comunicação, mas de perceber quais amarranções são criadas na fala de uma criança que tenta se comunicar com o corpo e suas expressões e que ainda não possui uma língua.

Pedro permanecia olhando fixamente para a boca da mãe enquanto ela falava. Uma boca enorme e engolidora, representada por Pedro nos desenhos. Pedro estava sendo engolido e a língua de sinais começou a fazer furos nesta relação, já que, não por coincidência, a boca se fecha ao “dizer” em sinais e não domina o ato de falar como na língua oral. Na língua de sinais é todo o corpo e seus movimentos que roubavam a cena e Pedro, que no início encolhia o corpo quando a língua de sinais aparecia, começou a explorar cada vez mais seus movimentos corporais e contar histórias criativas.

O olhar fixo de Pedro na figura materna remete a operação de alienação, na qual o sujeito é tomado pelo desejo do Outro e este possui um suposto saber sobre ele. Sônia contou sobre a desconhecida figura paterna de Pedro, a qual morava em outra cidade e não tinha conhecimento do filho. Disse que Pedro havia visto uma foto do pai, mas mesmo esta foto se deteriorou com o tempo. O companheiro atual de Sônia, não assumia o papel paterno e não compareceu às sessões de análise. Quando os atendimentos ocorreram no domicílio da família, ele permaneceu distante e não envolveu-se. Pedro era filho apenas de mãe.

A inserção do Nome do Pai está presente na operação de separação e atua interditando o lugar ocupado pela mãe de plenitude, para dar lugar às lacunas do saber e introdução da falta. A mãe passa a não ser capaz de saber tudo e de atender a todas as demandas do filho. Esse papel simbólico de introdução da Lei começou a ser exercido no ambiente escolar de Pedro quando passou-se a ensiná-lo uma língua e depois, na análise, foi observado que a Libras causava furos na relação entre ele e a mãe, e a operação de separação ocorreu.

4.1.3 Libidinização corporal: um corpo falante

O bebê, ao nascer, é mergulhado em um campo simbólico, que já estava presente antes mesmo do seu nascimento. Este simbólico é apresentado pelo Outro, o qual vai nomeando e dando significados às demandas do bebê, que a princípio são instintivas. Há um corpo que pulsa em movimentos de prazer e desprazer.

Para que haja o investimento libidinal do infans, o Outro primordial deve ser capaz de surpreender-se com os sinais ou emissões do bebê, como os chistes iniciais, os grunhidos ou movimentos de pouco sentido; metaforizando-os e transformando-os em demanda. A metaforização é possível a partir do desejo materno, o qual configura-se por uma falta, falta a ser bordejada pelos objetos *a* (Fernandes, 2000).

A língua tomada como um lugar fechado só permite a liberdade ao sujeito por meio da trapaça. Trapacear com a língua é descolar-se do lugar absoluto do signo e produzir um movimento criativo, do qual o chiste é um exemplo.

É nesse sentido que entendemos a afirmação de Lacan de que o chiste recupera, reedita, a cada momento de sua enunciação, o advento humanizante da linguagem- seu destacamento em relação a necessidade. A cada criação linguística que, no chiste, se põe em cena, o que se destaca, na suspensão do sentido estabelecido, é a perda das coisas, a própria dimensão da linguagem e, junto com ela, seu maior efeito: o sujeito. A criação vindo a ser, portanto, menos a do próprio chiste que a do sujeito que neste ato se engendra (Fernandes, 2000, p. 139).

O chiste, ao ser pronunciado, aponta uma quebra com o código linguístico, aparece de súbito causando estranheza e mudando o rumo de uma fala que, supostamente, encadeava-se para a formação de uma ideia. O chiste, quando aparece, causa estupefação, mas também atrai o sujeito que o diz para saber o que se quis dizer. Para que ele promova seu efeito é preciso uma autentificação dada pelo Outro, que tramita entre a mensagem e o código e permite que aquela neoformação sem sentido cause um efeito de criação significante. A isto não se define

a criação de novos sentidos, mas sim ao esvaziamento do sentido, próprio da linguagem (Fernandes, 2000).

O simbólico irá causar furos no Real e desta operação restará os objetos da pulsão, os quais bordejam os buracos gerados pela libidinização do corpo pelo Outro. No caso em questão, a introdução da Libras na relação analítica e na relação mãe e filho promoveu os furos no Real e uma mudança na imagem especular. O corpo de Pedro, que antes mostrava-se encolhido e com movimentos que se limitavam a olhar a mãe, passou a arriscar-se nas brincadeiras e parecia todo envolvido nas histórias criativas.

4.1.4 Analista e/ou intérprete?

A passagem do português oral para Libras se dá por meio da interpretação. A palavra interpretar pode adquirir vários significados, tais como, dar sentido a algo, passar de uma língua a outra ou representar um personagem. É uma posição de quem sai de seu lugar original para falar e sempre há algo que se perde nessa passagem e, também, algo que se acrescenta.

O profissional que realiza a interpretação da língua de sinais em palestras públicas ou no ambiente escolar, por exemplo, é um intérprete. Ressalto que não possuo formação de intérprete da língua de sinais, apesar de possuir conhecimento sobre a língua. A questão é: eu assumi a posição de quem interpretava para a mãe o que o filho dizia e vice-versa? Acredito que para pensar sobre esta indagação é necessário analisar qual o lugar ocupado pela Libras na relação transferencial desta família na análise.

Percebi um risco de assumir, durante os atendimentos, o papel de quem trazia uma língua, que tentava suprir o que faltava na relação da criança com a mãe. E ainda, estar na função de dar conta do descompasso da língua, diminuir o desencontro, mas sem deixar de considerar

que nenhum encontro é perfeito. Havia um pedido de legitimação da língua de sinais pela mãe para que ela a aceitasse como possível e capaz de transmitir o que ela trazia de singular (lalangue) para o filho. Eu trazia um código capaz de dar algum contorno para o irrepresentável. A mãe disse que Pedro associava a minha presença com a Libras e quando chegava o dia do atendimento ela precisava dizer que “hoje é dia de Libras em casa”, para ele entender que eu iria. Quando os atendimentos passaram a acontecer na clínica, o significante utilizado pela família era “dia de Libras”.

A Libras esteve desde o início marcando esta relação e ocasionando movimentos e mudanças de posição. Pedro identificava o dia da análise como o dia de “Libras em casa” e a mãe dizia o quanto aprendia Libras a cada vez que nos encontrávamos. Ela demonstrou frustração com a possibilidade de encerramento das sessões, pois estas eram para ela momentos destinados a circulação/permissão da língua de sinais. A análise possibilitou um lugar para a língua de sinais naquela família. No princípio as perguntas quanto ao significado dos sinais eram frequentes: “o que esse sinal quer dizer?” ou “como dizer isso em Libras?”. E a analista interpretava. Esse movimento de interpretar não era uma mera transmissão de significados ou ensinamentos de vocabulários. Para além disso, percebi que o uso da língua de sinais na relação analítica causava furos e permitia que Pedro aparecesse enquanto sujeito de desejo.

A língua de sinais permitiu que o equívoco aparecesse na relação mãe e filho. Antes a mãe dizia poder prever o que filho queria e, Pedro, na verdade não podia desejar, apenas tinha suas necessidades básicas satisfeitas, como dormir e comer. A mãe não metaforizava as demandas do filho e não se enganava com o que ele queria. O uso da Libras por Pedro, na análise, permitiu que a mãe surpreendesse com cada falar ou atitude do filho e começou a se perguntar o que o filho poderia querer dela. Assim, por exemplo, percebeu que Pedro

trapaceava na hora de comer para escolher o que do prato comeria quando ela não estava olhando. Dessa forma, o saber da mãe foi questionado e o desejo de Pedro apareceu.

As perguntas sobre o significado dos sinais diminuíram até quase se extinguirem. Sônia, em algumas sessões, quase não falava e permanecia olhando Pedro contar histórias. Pedro foi deixando a necessidade de mostrar o quanto sabia sobre o vocabulário de Libras e apresentava para nós, eu e sua mãe, um novo corpo. Um corpo que dizia por si mesmo sem antes precisar da autorização do olhar da mãe e, enquanto dizia sobre suas aventuras, falava sobre sua fantasia e desejo.

Em uma sessão contei para Pedro que eu possuía um sinal/nome dado pela comunidade surda e que me identificava. Ele o repetiu diversas vezes e contou que os irmãos e o padrasto possuíam sinais. Então lhe perguntei se sua mãe também possuía um sinal e ele calou-se. Pedro olhou para a mãe, fazendo os sinais de “não sei” e “o que fazer agora?”. Sônia disse que Pedro não lhe deu um sinal e que ele, quando mais jovem, pronunciava a palavra mãe. Contudo, tal pronunciamento foi silenciando-se e hoje não diz “mãe”. Relatou que Pedro, para chamá-la, emite um som alto sem discriminação.

Fiz para Pedro o sinal genérico de mãe e ele reconheceu que a mãe poderia ser chamada assim. Porém, esta mãe não era anônima e genérica, ela precisava de um nome próprio. Sendo assim, começamos em conjunto a soletrar o nome da mãe em Libras. Pedro também pediu para escrevê-lo e tal ação repetiu-se diversas vezes.

Na sessão seguinte (décima segunda sessão), a demanda por um nome para a mãe surgiu novamente e nós (eu, Pedro e Sônia) começamos a soletrá-lo. O “S” do nome da mãe era o que mais Pedro repetia, esquecendo-se das demais letras. Logo, esse ‘S’ que insistia foi o início da construção de um nome para a mãe. Enquanto o “S” era dito por Pedro, Sônia sorria e demonstrava satisfação. Foi então que a covinha do sorriso da mãe foi apontada por

Pedro e o nome, enfim, se formou: a letra “S” junto à covinha da mãe. Sônia renasceu como mãe. Nesta operação, o objeto *a* caiu, enquanto objeto causa de desejo.

Objeto *a* como condição de aparecimento do desejo, vem no lugar do falo perdido da mãe, no momento da castração e divisão do sujeito que, como aponta Freud, é um momento de reconhecimento e negação. O sujeito desloca o valor fálico para outro objeto, como se deslocasse uma parte do Outro, e a isto se dará o nome de objeto *a*, uma condição de erupção do desejo. O Objeto *a*, enquanto pedaço do Outro, surge ali onde a falta aparece no Outro e cria-se uma ponta, como uma suplêncio à castração (Quinet, 2002).

A realidade de castração provoca, portanto, a divisão do sujeito entre o sintoma e este objeto altamente valorizado. Isto significa dizer que, diante da realidade da castração do Outro, o sujeito se divide entre significante e objeto *a*. Essa realidade da castração é a verdade do sujeito da qual só se pode aproximar indiretamente, pois só pode se semidita. Ora, sobre essa verdade, o sujeito nada quer saber, erigindo a tela da fantasia como um anteparo a ela (Quinet, 2002, p. 61).

A ausência de nome para a mãe esteve presente em meus relatos, embora eu não reconhecesse. Quando Pedro nomeia a mãe, a presença desta nas sessões toma espaço e força, e ela encontra um lugar após ter permanecido por um tempo observando minha relação com Pedro.

Quanto à indagação inicial deste tópico, digo que foi frequente e necessário, no início das sessões, o ato de traduzir e oferecer significados para Sônia do que Pedro dizia em Libras ou falar em Libras para Pedro o que sua mãe verbalizava na língua oral. Sônia observava o modo como o filho era capaz de simbolizar, dialogar e criar histórias em uma língua estrangeira, e a Libras deixou de circular apenas nas sessões de análise, para então ocupar a casa da família. Sônia revelou que em sua casa todos estavam falando em Libras “sem perceberem”. E disse, ainda, que mesmo não sabendo tudo o que o filho dizia, o diálogo se fazia presente e quando não entendia algo “demonstrava que está tudo bem para que o filho não ficasse perdido”.

Para que o objeto *a* caísse do corpo e a falta não fosse obliterada, dando um lugar possível para Pedro dentro do investimento libidinal da mãe, a Libras esteve presente na relação analítica e promoveu um encontro único para além de uma mera interpretação na comunicação.

4.1.5 Língua materna e surdez

Qual é a língua materna de um surdo com pais ouvintes? Se entendermos que é a Libras, haverá um descompasso entre os pais reais e a função simbólica parental. As funções simbólicas serão exercidas por terceiros, transmitindo a língua de outro lugar. A mãe é imigrante na língua de sinais e esta nunca será sua língua materna (Formigoni, 2005).

Os pais ouvintes, ainda que conheçam a Língua de Sinais, não podem, a partir dela, exercer a função constitutiva da veiculação de desejo que opera não no que se nomeia, mas no modo de fazer operar o sistema da língua, posto que para eles, a língua com a qual devem falar ao filho não é, para eles, a língua materna (Formigoni *et al.*, 2005, p. 196).

A Libras, quando inserida, não terá a função de interdição da linguagem maternante inequívoca, como é caso da língua materna. A Libras operará interditando a mãe em sua função de transmissão da língua, já que sua língua é regulada por outras leis. A língua materna do filho estará fora da herança geracional simbólica do sistema da língua parental. O que então permitirá a estruturação subjetiva do sujeito com surdez? (Formigoni *et al.*, 2005).

A Língua de Sinais é um sistema simbólico completamente distinto da língua da mãe ouvinte, então caberá a ela como imigrante aceitar esta língua que lhe é estrangeira e estranha, para que o filho seja inserido na Libras (Formigoni *et al.*, 2005). A realidade mostra que isso não acontece com frequência, não existe esta aceitação, tendo em vista que a maioria dos sujeitos com surdez que frequentam a associação aprenderam Libras na adolescência, quando podiam escolher.

A subjetividade do sujeito com surdez, entendida como a experiência de si próprio, criada nas relações iniciais parentais, fica prejudicada quando esta relação é marcada pelo estranhamento e abandono emocional dos pais ouvintes. Em pesquisa com sujeitos com surdez que possuíam pais ouvintes, grande parte relatou o sentimento de não pertencimento ao seio familiar, encontrando uma identificação com o Outro quando passaram a frequentar a comunidade surda e aprenderam a língua de sinais (Dalcin, 2006). Solé (1998) citada por Dalcin (2006) afirma que a comunidade surda assumirá o papel de pai ideal, ocorrendo a rejeição do pai, o qual viria a representar a comunidade ouvinte e a castração.

É um equívoco supor que a língua é somente um meio de comunicação. Se assim fosse, um registro ao encontrar-se prejudicado bastaria substitui-lo por outro, como substituir a oralidade pela escrita, não considerando a complexidade que envolve uma língua. Mesmo pertencendo à mesma língua, registros diferentes não podem ser considerados equivalentes, como por exemplo, considerar a escrita apenas como a representação da fala, ou que os sinais correspondam a cada palavra dita no português. Estes são sistemas simbólicos complexos e distintos, sendo errôneo considerar que o português sinalizado se equivale ao português falado (Formigoni *et al.*, 2005). Dessa forma, são línguas que se encontram em diferentes registros.

Foram expostos acima os possíveis impasses enfrentados por uma criança com surdez, filha de pais ouvintes, em sua inserção na linguagem. Na análise, Pedro mostrou possibilidades e reinvenções de um sujeito ainda em constituição. Diferente de outras crianças que recebem o diagnóstico de surdez logo no início de suas vidas, Pedro permaneceu imerso na dúvida da mãe por cinco anos. Talvez tenha sido a dúvida sua salvação, já que não houve uma cristalização ou uma marca de uma deficiência que lhe definisse. A mãe dizia sobre um estranho que ressoava e que lhe impedia de dar um nome e uma representação para o filho. Estar no limbo da incerteza poderia ter sido trágico para Pedro, mas não foi. Quando foi lhe apresentado uma língua, ele agarrou-se a ela e passou a querer dar nome para tudo a sua volta.

Sônia percebia que Pedro era diferente e que havia algo estranho e inexplicável. Ela não sabia dar nome ao que o filho possuía. Relatou que foi investigada uma síndrome, porém esta não tinha nome e não foi confirmada. Há um ano Pedro teve meningite e por um tempo perdeu a movimentação de um lado do corpo e foi diagnosticada “hidrocefalia leve”, porém quanto a este diagnóstico também não havia uma certeza. Tudo em torno de Pedro parecia difícil de nomear. Era um bebê estranho, mas o que de estranho não era possível significar? Nasceu surdo? Se não era surdo que nome dar? Possuía uma síndrome? Síndrome sem nome.

O significante que Sônia se utilizava para falar de Pedro apresentava um trânsito entre dois extremos. No quinto encontro a mãe falou sobre um buraco na cabeça de Pedro. Olhei para a cabeça da criança e não vi o buraco, vi uma massa no topo da cabeça em formato de bola. Perguntei se era um buraco e a mãe disse que era tipo um buraco, mas fechado. Disse que tinha medo que Pedro batesse com a cabeça no chão e acontecesse algo com o buraco. A criança nasceu com essa marca e, segundo Sônia, os médicos disseram que não prejudicaria em nada. Porém, Sônia acreditava que esse buraco talvez tivesse relação com a síndrome sem nome.

Essa marca de nascença dizia sobre um significante presente no inicio da constituição psíquica de Pedro. Um significante que se apresentava dual, um buraco fechado, que definia um indefinido e nomeava um inominável. Corria-se o risco da criança permanecer no limbo de dois extremos, mas a incerteza da mãe o enlaçou em seu campo simbólico.

4.1.6 Pedro estaria em uma posição débil?

Sônia, nas sessões de análise, mostrava um olhar sobre Pedro, que questionava a capacidade do filho de pensar, criar ou desejar. Na quarta sessão, diante da fala da mãe, que dizia que comunicava com filho apenas por comandos simples, lhe perguntei “Você já pensou

sobre os pensamentos de Pedro?” e ela respondeu “Nunca pensei se ele pensa”. Perguntei então “Nunca pensou se ele pensa?” e ela, assustou-se, e disse “Não, nunca pensei como ele pensa”.

Perguntei como são os pensamentos dela e ela disse que “pensa vozes, que fala consigo mesma”. “E o Pedro? Como ele pensa então?”, questionei. Ela respondeu que “não sabia dizer, nunca pensou sobre os pensamentos dele”. Disse a ela que o pensamento também era formado por imagens e não apenas de sons. Ela se surpreendeu e disse “É possível pensar apenas por imagens? Agora entendo quando Pedro fica quieto, parado, ele está pensando então”. A mãe surpreendeu-se com a descoberta de que o filho pensava e isto estendia a outros momentos de sessões subsequentes, onde o inesperado gerado por Pedro capturava a mãe em seu interesse. Pedro inventava histórias e brincadeiras, assumindo outra posição diante do olhar da mãe.

O lugar de não pensante e não desejante que Pedro ocupava para a mãe no início da análise, remete à posição débil. Tal posição subjetiva relaciona-se a outras falas da mãe. Sônia disse que “Pedro ia para escola apenas para passar o tempo, não aprendia nada” e a professora relatou que “antes de começar a introduzir a Libras, Pedro subia em uma estante bem alta e ficava sentado lá em cima, parecia retardado e ficava nervoso se alguém o tirasse de lá. Quando começou a mostrar o alfabeto em Libras viu que ele tinha interesse”.

Quando chegou para a análise, Pedro apresentava movimentos repetitivos, uma recusa aparente em estabelecer laços e um corpo afetado pelo discurso do Outro, fixado em uma posição. Nas primeiras sessões foi possível observar que Pedro balançava a cabeça, dizendo sim antes que um enunciado pudesse ser formado, impedindo que um sentido fosse produzido.

A psicanálise considera a debilidade uma posição psíquica, na qual o desejo do sujeito é guiado pelo Outro. A inserção na linguagem pelo Outro será marcada por uma solidificação

do primeiro casal de significantes, de modo a não haver intervalo na cadeia para aparecimento do desejo do sujeito. Este estará em posição de alienação ao Outro.

No caso de Pedro, o saber materno era titubeante e não havia espaço para a falta, visto que a mãe duvidava sobre capacidade inventiva do filho. O que proporcionou uma mudança na posição de Pedro, diante do Outro, foi a introdução da Libras e consequente abertura no saber da mãe.

Na décima sessão, Sônia chegou com um amontoado de papéis e disse que havia descoberto o diagnóstico de Pedro. Disse que estava triste, que não esperava que fosse isso. Ela disse “Nunca imaginei que seria isso, pensava na hidrocefalia... não sei explicar o que o médico disse, mas é como se um lado da cabeça não falasse com o outro lado... e aí tudo fica complicado. Pedro tem outros problemas por causa disso, desgaste ósseo, deve ser por isso que fica caindo também, mas nunca pensei que seria energético”. Perguntei: “Energético?” Ela disse, “é, energético, aquilo que passa de mãe para filho, eu devo ter um gene ruim. Ainda bem que fiz laqueadura, se não teria mais um filho com problema. Como será que passei isso para ele? Será que tenho uma má formação no meu cérebro? O médico disse que outro sinal é a marca branca no dente de Pedro, mas eu não tenho essa marca”.

Sônia, na busca de um lugar “energético” para as marcas de Pedro, retomou a questão do pai biológico, e que precisava reunir dinheiro para ir até a Bahia e encontrá-lo. Disse que um dia mostrou uma foto do pai para Pedro, mas esta foto foi apagada. Contudo, apesar de ser pequeno, Pedro lembrava desta foto do pai. Um pai que estava apenas na imagem.

Ainda nesta sessão, Sônia relatou que o filho iria fazer uma audiometria naquela semana e gostaria que ele permanecesse quieto para que o exame detectasse desta vez a surdez, já que estava sendo descoberto o diagnóstico, queria que tudo fosse avaliado para que Pedro fosse tratado. Pedro percebeu que a mãe fazia um sinal no ouvido e quis saber sobre. Disse para ele que sua mãe estava dizendo sobre um exame que ele iria fazer. Ele sentou-se na

cadeira e começou a simular o exame, o qual já tinha realizado outra vez. Eu entrei na simulação, fingindo que era o médico, e ele ficou gesticulando como responderia e como se comportaria. Pedro sabia que tinha que ficar quieto e Sônia achou interessante e surpreendeu-se novamente com a capacidade do filho em imaginar as histórias e desenvolvê-las. Pedro percebeu o interesse da mãe e fazia-se ser ouvido por ela, como no terceiro tempo da pulsão invocante. Eles sorriram entre si e abraçaram-se.

Sônia já havia relatado que o médico lhe disse que as dificuldades auditivas e motoras de Pedro poderiam ser genéticas. Contudo ela não utilizou esta palavra para defini-la. Ela disse que era “energético”, que passava dela para o filho. Então, observando o inesperado gerado por Pedro e o espaço aberto a ser preenchido no investimento libidinal da mãe, retomei o significante energético e disse para Sônia “É desta energia que Pedro precisa, essa você pode passar para ele. As genéticas não sabemos, essa outra sim”. A energia poderia ser definida como o desejo da mãe passado por meio de sua língua materna.

4.2 Caso clínico: Gabriel

4.2.1 Sobre a surdez

A mãe contou-me sobre a história de Gabriel. Disse que a criança não nasceu com problemas auditivos, contudo quando tinha seis meses teve meningite e perdeu a audição bilateral, adquirindo surdez profunda. Relatou que ele era um bebê agitado e que, quando completou 1 ano e 8 meses, foi colocado um implante coclear. Disse-me, também, que Gabriel rejeitou o implante por muitos anos, permanecendo com o aparelho desligado. Somente aos cinco anos, idade atual, ele aceitou utilizar com tranquilidade o aparelho.

A mãe relatou que, a princípio, começou a comunicar-se com a criança através da língua de sinais (que aprendeu assistindo vídeos na internet), porém quando Gabriel iniciou sessões de fonoaudiologia, ficou proibido de comunicar-se em Libras. Assim, houve primeiro a perda da audição e depois a perda da língua que estava compartilhando com os pais. Durante os atendimentos, percebi que Gabriel utilizava alguns sinais caseiros para comunicar com a mãe e comigo.

4.2.2 “Quero embora” versus “Não quero embora”- Amor e ódio

Gabriel era um menino de 5 anos que amava cavalos, peixes e brinquedos empilhados. Porém, tais amores não apareceram no início e, tampouco, o desejo de Gabriel para brincar com tais objetos se fez presente. Pelo contrário, as primeiras sessões de análise foram marcadas por um intenso desconforto. Primeiro, o desconforto de Gabriel que pedia insistente para ir embora, antes mesmo de entrar para sala de atendimento. Depois, meu desconforto diante da reação da criança de rejeitar qualquer aproximação minha. Era cansativo estar presente para Gabriel, mas me mantive e precisei reconhecer meu ódio, para perceber que Gabriel escancarava-me um não-lugar, uma posição de não pertencimento ou reconhecimento diante do olhar do Outro. Diante dessa constatação, o não desconforto da mãe, diante do filho e, de seus pedidos intermináveis para ir embora, não me surpreendia. Começava a aparecer uma posição não sustentada de um Outro diante de seu filho.

Reconhecer o ódio na contratransferência pode tornar-se difícil quando se toma o ódio no seu sentido moral ou de senso comum, como um sentimento ruim que deve ser evitado. Sentir ódio na relação analítica é um absurdo? Longe disso, Winnicott (1947/2000) diz que o ódio do analista, em alguns casos, será a própria condição para o estabelecimento da análise. O ódio, enquanto um fenômeno na contratransferência, deve se tornar consciente e discernível

pelo analista, daí a importância da análise pessoal e da supervisão de caso. Ainda sobre o ódio na contratransferência, Winnicott (1947/2000) aponta que,

O ódio do analista fica em geral latente, e pode continuar assim com muita facilidade. Na análise de psicóticos o analista encontra-se sob uma pressão muito maior para manter o seu ódio latente, e só poderá fazê-lo se estiver plenamente consciente do mesmo. Gostaria de acrescentar que em certos estágios de certas análises o ódio do analista é na verdade buscado pelo paciente, e nesses momentos é necessário expressar um ódio que seja objetivo. Quando o paciente está à procura de um ódio legítimo, objetivo, ele deve ter a possibilidade de encontrá-lo, caso contrário não se sentirá capaz de alcançar o amor objetivo (p. 283).

Winnicott (1947/200) traz o exemplo de crianças que ficaram órfãs e ou viveram em lares provisórios e são adotadas por uma família. Estas crianças podem testar o ódio dos adultos que lhe acolheram e, ao sentir que eles são capazes de lhe odiar objetivamente, poderão acreditar que são amadas.

O ódio sentido por mim, enquanto analista na relação com Gabriel, foi apontado na supervisão e se fez presente no modo como relatei as primeiras sessões. Eu não me referia a Gabriel pelo nome, mas como “criança”. Uma maneira que mostrava a distância do laço estabelecido e minha dificuldade de estar nesta relação. Contudo, reconhecer o ódio foi fundamental para o estabelecimento da relação analítica, na qual se faz presente a ambiguidade de amor e ódio e, por vezes, o paciente requer o reconhecimento da capacidade do analista de odiar para que o outro lado, o do amor, seja possível. Comecei a observar os momentos da análise que me eram mais incômodos e cansativos, dentre eles, aponto a recusa da criança em entrar para a sala, suas corridas para a parte externa da clínica, as palavras repetidas por ele incessantemente e, por fim, a postura tranquila da mãe de Gabriel diante de tais reações do filho.

Se Gabriel demandava um reconhecimento de minha capacidade de odiá-lo, isto não poderia ser feito por meio de uma intervenção analítica, na qual eu lhe contaria com palavras. Haveria de acontecer de outra forma e o lugar para este reconhecimento foi criado por Gabriel

em brincadeiras, nas quais a agressividade e o ódio se manifestavam em personagens de brinquedo. Exemplos: O menininho que ficava de castigo e não podia andar a cavalo, quando desobedecia apanhava até chorar. A cobra que não podia se mexer e quando o fazia levava pauladas até morrer e o assassinato dos fantoches. Gabriel divertia-se neste jogo de punição dos brinquedos e observava atentamente minha reação (enquanto aquela que animava os brinquedos odiados) e, vez ou outra, eu fazia com que os brinquedos também demonstrassem ódio. E assim eu fazia os brinquedos saírem da posição de vítimas para algozes, virando o jogo e fazendo Gabriel reinventar seu modo de brincar. E claro, quando os brinquedos demonstravam sua raiva, Gabriel ainda mais se envolvia e demonstrava entusiasmo.

Dessa forma, Gabriel testava meu ódio nas brincadeiras e dramatizações. Quando a sessão acabava, perguntava se poderia voltar no outro dia. Eu lhe explicava que poderia voltar na próxima semana e ele confirmava algumas vezes. Quando voltava para nova sessão, Gabriel queria saber se os objetos estavam no mesmo lugar e se a analista também estava, e o amor transferencial tornou-se possível. Assim, Gabriel não queria ir mais embora ao final da sessão, tentava driblar o tempo, inventava uma nova brincadeira quando aproximava-se o final da sessão e dizia que ia comprar para nós (eu e ele) os brinquedos que encontravam-se quebrados na clínica.

4.2.3 Gabriel diante da voz e do olhar

Meu contato com a família de Gabriel deu-se por intermédio de outra família, ambas partilhavam de um grupo virtual de pais de filhos surdos. Ao chegar à clínica de psicologia, Laura, mãe de Gabriel, permaneceu apenas respondendo aos meus questionamentos e não levantou nenhuma questão ou dúvida sobre a pesquisa. Demonstrava uma dificuldade na criação de narrativa sobre a história de Gabriel, apresentando uma ruptura e um marco nesta

relação, sendo este a perda auditiva da criança. Ela tinha pouco a dizer sobre o filho, apenas que o mesmo era agitado e que se aborrecia facilmente. Esta palavra, repetida por ela em outras sessões, às vezes soava como “aburrido”.

Este significante chamava minha atenção, despontava-se dos demais. A surdez parecia ter causado um lugar de “emburrecimento” dos pais e de seu lugar simbólico, e de Gabriel que nada sabia de seu desejo.

Gabriel, quando bebê, teve contato com duas línguas, a oral e a de sinais. Ambas sofreram uma ruptura abrupta. A primeira, a oral, perdeu-se em meio ao sofrimento físico e internação hospitalar. A voz, embalada pela língua materna, perdeu seu invólucro. E o olhar do Outro primordial tornou-se ora presença insuportável, ora ausência intolerável. Já a língua de sinais foi proibida porque impediria a aquisição da língua oral, segundo o profissional da fonoaudiologia que acompanhava Gabriel, conforme os relatos da mãe. A Libras deixou de possuir um lugar de código linguístico para a família, porém continuaram utilizando sinais caseiros. Estes implicavam em situações simples, como dizer sobre a necessidade de ir a lugares como, escola, médico e terapia. Porém não remetiam a uma língua. Dessa forma, Gabriel perdeu o que chegava pelo som e pelo visual da língua materna. Estava “emburrecido” aos olhos da mãe.

Quando se diz sobre o olhar enquanto objeto *a*, aponta-se para a relação deste com o sujeito. Não é uma relação direta, o olhar, enquanto objeto para sempre perdido, servirá de suplência à falta constituinte. Retomando-se Maliska (2015), a relação que o sujeito estabelece com o objeto *a* é de maior/menor. Se o sujeito se encontra maior que o objeto estará de frente ao Outro e, se estiver menor que o objeto, o sujeito estará na sombra deste e sua falta encontrará uma suplência, não sobrando espaço para o desejo do sujeito.

A radicalidade da presença ou ausência do objeto olhar será fonte de angústia e assim o era para Gabriel. Ele parecia oscilar entre um extremo e outro. Quando ficava frente ao

olhar do Outro sem anteparo, a angústia lhe invadia e o corpo retorcia-se. Nestas ocasiões, a fala tornava-se ecolática e o discurso parecia não encontrar um intervalo ou uma brecha que lhe fizesse parar e ir adiante. Quando Gabriel encontrava-se menor que o objeto *a*, qualquer situação externa que introduzisse a falta era motriz para uma busca constante para tamponá-la.

O olhar que invadia Gabriel vinha associado a uma voz, também não passível de significantização. Na segunda sessão, Gabriel repetia a palavra “embora” de modo insistente e apresentava desconforto diante de meu olhar. Ainda na sala de espera, Gabriel encontrou uma pedra que servia de enfeite e lembrou-se de seu peixe que havia morrido e, assim, as palavras que começaram a ser repetidas eram “peixe morreu”. A cada vez que Gabriel repetia “peixe morreu”, aumentava seu nível de tensão corporal, com batidas dos pés no chão, choro, braços se esticando e encolhendo, parecia que suas palavras entravam em uma órbita sem fim, não adquirindo sentido. Não por acaso, este discurso sem fim lembrava o canto das sereias, que enlaçava os navegantes por seu gozo ilimitado e mortífero, lugar de um saber completo e sem espaço para a falta.

Criava-se um ambiente tumultuoso e a mãe permanecia tranquila, falando pouco. Laura contou que o peixe vermelho da criança morreu e que Gabriel o encontrou morto no aquário. Ao ouvir a palavra vermelho, Gabriel começou a repeti-la, junto ao “peixe morreu”, de modo ininterrupto. Diante disso, eu produzi um ato analítico e perguntei a Gabriel: “Você gosta de comer peixe?”. Gabriel sorriu e disse que gostava. As palavras pararam de repetir. Fez-se um corte. Depois, Gabriel pediu para a mãe comprar um peixe vermelho novo para colocar no aquário. Em próxima sessão os efeitos do peixe morto ainda permaneciam, mas Gabriel conseguiu fazer um desenho de seu aquário e de seus peixes, dando outro sentido à história.

O ato analítico demarca um antes e depois, não sendo possível saber seus efeitos antes de proferi-lo. Ele relaciona-se ao simbólico, contudo seus efeitos estão no Real. O analista

promove um corte lógico-temporal, cria um ponto de basta ao sem fim da cadeia significante e conduz a uma descontinuidade (Vale & Castro, 2013). Ainda sobre o ato analítico,

O psicanalista faz semblante de objeto *a*, objeto que está no cerne do seu ato. Esse ato promove então a torção na fala do analisando. A fala se presta à manutenção de um gozo sem fim, gozo este ligado ao sentido sem fim da cadeia significante. O ato analítico é o que barra a associação livre sem fim, para que o sujeito não permaneça fixado no tempo de compreender e, assim, possa concluir o tratamento. O ato analítico se antecipa ao sujeito do significante, não é o sujeito que conduz o ato e, pelos seus efeitos, é possível extraír alguma certeza disso *a posteriori*. Certeza essa que permitirá ao sujeito fazer uma asserção, antecipada e formulada na pressa, sobre si mesmo (Vale & Castro, 2013, p. 445).

Deste modo, no ato analítico não há sujeito, este se apaga e algo se impõe e se precipita. A relação entre os significantes utilizados só foi percebida *a posteriori* na supervisão. Gabriel dizia “peixe morreu” e eu lhe perguntei se gostava de comer peixe. Há uma relação entre as sentenças, pois comemos peixe morto. Tal ato poderia ter ocasionado um efeito de devastação, caso Gabriel tivesse o enunciado de forma concreta e concluísse que comeu seu peixe morto no aquário. Se isto ocorresse poderia evidenciar uma posição psicótica. Contudo, a introdução do significante teve um efeito, um efeito de graça e sorrisos. Houve um contorno possível para o Real.

Aconteceu, também, uma mudança de registro, de uma posição ecolálica para uma posição em relação ao significante. Isto evidenciava o modo de funcionamento da cadeia significante e o modo de gozo. Havia um excesso que fazia as palavras caducarem e que necessitava de um corte, para que a cadeia significante deslizasse.

Já havia percebido, em outras sessões, que o som do ventilador trazia incômodo para Gabriel. Era um som grave e constante. Assim, quando entrava na sala de atendimento, Gabriel já percebia se o ventilador estava ligado e falava que era ruim o barulho e o desligava. Na décima quarta sessão, logo após desligar o ventilador, começou a fazer um barulho incessante com ferramentas de brinquedo da construção civil, batia tanto com os brinquedos

que meus ouvidos chegavam a doer. Perguntei para ele se aquele barulho era bom e ele disse que sim. Comecei a fazer batuques com a mão e ele se entusiasmava.

O barulho constante do ventilador, o qual possuía um tom grave, incomodava Gabriel. Porém, o barulho, feito por ele, agudo, forte e que tinha um fim, era prazeroso. A diferença estava na interrupção do som e no controle sobre quando cessar de ouvir. Faz-se pensar na relação do sujeito com a voz. O ouvido é uma zona erógena que não se fecha.

Diante da voz materna, o sujeito deverá encontrar um ponto surdo, no qual pode afastar-se da voz e advir enquanto sujeito de desejo. Gabriel apresentava uma relação singular com a sonoridade, de modo que, ao colocar o implante coclear (ouvido direito) antes dos dois anos de idade, possuía o controle quanto a ouvir ou não os sons. Quando não queria ter contato com o som, desligava o aparelho. Quando passou a ter contato com o som por meio do aparelho auditivo, isto não se deu de maneira natural, como um reencontro com algo já conhecido. O reencontro remetia ao abandono da voz e aceitá-la demandou tempo para que o som deixasse de lhe perturbar.

Gabriel havia sido inserido na linguagem pelo Outro simbólico, mas a surdez ocasionou em uma desertificação deste e os objetos voz e olhar pareciam lhe inundar com uma presença maciça e ilimitada. Em alguns momentos era o olhar que lhe invadia como puro objeto e, em outros, era a voz que permanecia como extensão infinita.

Gabriel, aos cinco anos de idade, colocou outro implante coclear (ouvido esquerdo). A mãe relatou que a adaptação foi rápida e que o filho desligava o aparelho poucas vezes. Disse que o médico explicou que o ouvido esquerdo de Gabriel seria como o de um bebê ao nascer. Este ouvido nada iria entender, nem mesmo o próprio nome e teria que aprender tudo do zero. Afinal, o que foi zerado, se Gabriel tivera contato com os sons antes de perder a audição e possuía aparelho auditivo no outro ouvido há alguns anos? O modo como a mãe tomou este significante “começar do zero” diz sobre um momento de descompasso da língua materna em

sua capacidade de transmissão simbólica e do desejo e sobre o contato com o Real do corpo fragmentado do filho. Naquele instante algo foi zerado, esvaziado. O Outro simbólico se desertificou.

A figura paterna não assumia o lugar de triangulação e introdução de uma lei. Laura reclamava da ausência do pai de Gabriel com relação aos cuidados e compromissos com o filho. Em uma única sessão, o pai de Gabriel foi, sozinho, levar a criança. Neste dia, Gabriel não queria entrar para a sala de atendimento e o pai viu-se em apuros. Convidei-o para entrar junto com a criança e ele disse que o filho entraria sozinho, ele apenas estava “aburrido”. O pai não queria ocupar um lugar ali. Então, ligou para a esposa via vídeo e comunicou que o filho não queria entrar para a sessão. A mãe conversou com Gabriel e se entenderam, o pai ficou de fora.

4.2.4 Os excessos de Gabriel

O modo de gozo, através dos excessos, evidenciava-se nas brincadeiras de empilhar os objetos em cima da mesa, literalmente todos que Gabriel encontrava na sala de atendimento, até que começavam a desmoronar. Quando despencavam, Gabriel sorria e demonstrava satisfação. Ao final das sessões parecia que havia passado um vendaval na clínica e todos os brinquedos estavam espalhados. Visualmente, era um excesso de informação reunida e não tinha espaço no chão para pisar. Gabriel não queria que a mãe entrasse ao final da sessão e visse toda a desordem, então corria para encontrá-la do lado de fora da clínica. As primeiras sessões eu me segurava para não ir guardando os objetos e organizando-os. Gabriel bagunçava, eu suportava e depois arrumava sozinha. Permaneci arrumando a bagunça feita por ele e lhe esperando na próxima sessão disposta a suportar a desorganização, por inumeráveis vezes. Até que, de forma espontânea, Gabriel começou a guardar alguns

brinquedos e a dar destaque para os que mais gostava dentre o emaranhado de objetos. Deste modo, começou a sentir falta de alguns brinquedos, o Um dentre todos, começou a ter importância.

A necessidade de escorar os objetos uns nos outros foi percebida também com relação ao corpo de Gabriel. Quando brincávamos no chão da sala, seu corpo tentava se escorar ao meu e, se eu afastasse, ele devagar voltava a se apoiar, com os braços ou com as costas. A presença necessitava ser corporal. A mãe de Gabriel também disse que o filho permanecia grudado em seu corpo durante o dia.

Pensar no início da constituição psíquica de Gabriel aponta para uma compreensão desta necessidade de sustentação concreta, tendo em vista que houve uma perda e abandono simbólico do Outro, resultado de um silenciamento dos sons e um olhar perdido quanto ao lugar a ser ocupado pelo infans a partir daquele momento. A sustentação de um lugar simbólico era obtida na sensação tático corporal. Assim, quando a falta aparecia, a sensação de desmoronamento igualmente aparecia no corpo.

Apesar de Gabriel não possuir uma aquisição da Libras, os sinais ocupavam um lugar de bordejamento do Real. Gabriel tivera contato com alguns sinais da Libras precocemente e possuía sinais caseiros, compartilhados com sua família. Quando iniciou a análise criou sinais para comunicar comigo e, nos momentos que sua angústia instalava-se com o descobrimento de algo que faltava no ambiente, Gabriel utilizava de sinais para expressar-se e se tranquilizava. Os sinais estavam na função de apaziguamento do insuportável.

Gabriel solicitava um lugar de pertença na análise. Ele sabia qual sala era atendido e o seu caminho. Tinha a direção exata da sala de brinquedos, do banheiro e do bebedouro. Durante a sessão, conferia se estes lugares permaneciam iguais. É óbvio que uma coisa ou outra, estaria faltando ou fora do lugar. Gabriel, diante disso, apontava o vazio deixado pelo objeto e tentava reestabelecer uma ordem. Por exemplo, Gabriel gostava de um cavalo de

brinquedo que dava coices no ar. Misteriosamente, o cavalo desapareceu da sala de atendimento onde Gabriel o guardava e não estava também na outra sala onde os brinquedos eram armazenados. O cavalo, chamado por ele de “cavalo bravo” sumiu e retornava a todas as sessões na lembrança de Gabriel. No início, este buscava o cavalo incessantemente, até que eu produzia um basta e ele acalmava-se. Na maioria das vezes, o basta era dizer que o cavalo sumiu, mas que estava tudo bem, utilizando uma mistura de sinais e língua oral para lhe dizer.

Na nona sessão, Gabriel queria encontrar o cavalo branco e não conseguia. Procurou em todas as caixas, dentro do armário, fez um terremoto dentro da sala e o cavalo não apareceu. Tinha mais de 20 cavalinhos na sala, mas o branco não tinha. Procurei o cavalo com ele por um tempo, até que o chamei, pedi que sentasse e disse “não tem cavalo branco, alguém levou ele”. Ele surpreendeu-se e quis saber mais. Lhe contei que outras crianças frequentavam a sala e brincavam com os cavalos. Ele quis saber se as outras crianças brincavam com a fazendinha e assim, a angústia pela perda do cavalo passou, pelo menos naquele dia. Contudo, a primeira a suportar que o cavalo branco não estava ali, fui eu. Ao final, Gabriel queria levar a fazendinha com ele, percebi um medo de perder a fazendinha e a necessidade de que naquela sessão ele precisava ter uma certeza de que ela estaria lá quando ele voltasse. A mãe entrou no atendimento ao final e ele disse para ela que queria levar a fazendinha para casa. A mãe disse que ele não poderia e que iria ganhar uma de presente. Porém ele queria aquela específica. A mãe insistiu que ele iria ganhar uma mais bonita e ele aceitou a ideia, mas não deixou de observar como e onde eu guardei a fazendinha na sala. Nesta sessão, ocorreu uma mudança, Gabriel começou a dizer que não queria ir embora. A angústia de ir embora se estendia aos objetos que deixaria na clínica. Havia um sentimento de pertencimento ao local e posse dos brinquedos e da analista. Em outras sessões chegava procurando a fazendinha e ela sempre estava lá lhe aguardando, até que pareceu esquecê-la e não a procurou mais.

Em outra sessão, Gabriel começou a procurar novamente pelo “cavalo bravo”. Pediu que fôssemos até a sala onde são guardados os brinquedos e procurou nas caixas e nos lugares mais escondidos, mas o cavalo não estava. As caixas azuis, que ficam no canto da sala, chamaram sua atenção. Estas caixas são utilizadas por alguns psicólogos para guardar os brinquedos da criança acompanhada até que ela receba alta. O restante dos profissionais e dos pacientes não poderiam pegar aqueles brinquedos. Advinha pelo o que Gabriel interessou-se? Pelo que estava proibido e escondido naquelas caixas. Mais do que encontrar o cavalo, ele queria agora saber o que as outras crianças guardavam naquelas caixas e vai que, de repente, seu cavalo estava lá. Por uns instantes eu não soube o que fazer. Poderia dizer sobre as regras da clínica ou permitir que ele desse uma espiadinha no proibido. Antes que eu posicionasse, Gabriel viu uma caixa que, de tão cheia, tinha brinquedos escapando pela tampa. Então, já que não podia abri-la, pegou o que estava caindo da caixa, que eram duas espadas. Brincou rapidamente e guardou. Olhou para mim, como se nós dois fôssemos cúmplices de um crime e saiu gritando pelos corredores. Em outras sessões, Gabriel sempre dava um jeito de passar pela sala de brinquedos para dar uma espiadinha naqueles que despontavam das caixas proibidas. Ele não tinha uma caixa com seus brinquedos próprios, mas percebi que a sala de atendimento foi tornando-se um lugar de pertencimento para ele.

O lugar de pertencimento que Gabriel solicitava, primeiro, passou pela permanência da sala e dos objetos. Até que começou a me questionar se eu estaria presente quando ele voltasse. Eu precisava garantir este lugar de constância. Depois, Gabriel começou a testar o quanto o Outro suportaria estar nesta posição garantidora de um lugar simbólico, tornando a sala de atendimento desorganizada, correndo pela clínica, gritando em altos decibéis e criando brincadeiras nas quais podia controlar o desejo dos bonecos, permitindo o desejo aparecer e depois punindo-os. Com estes últimos, Gabriel pôde experimentar o aparecimento de seu próprio desejo.

Na sétima sessão, Gabriel encontrou um boneco e o colocou junto aos cavalos. Perguntei quem era o boneco e Gabriel disse que era o “menininho”. O menininho subia no cavalo, mas não saía do lugar. Encontrei outro boneco e disse para Gabriel que iria brincar e fui correndo com o cavalo, pulando por entre os objetos empilhados. Ele foi atrás com seu cavalo e depois começou a brigar com o meu, dizendo para parar. Pegou o meu cavalo e o prendeu. Disse que o menininho, que andava no cavalo, estava chorando e me entregou. Começou a brigar com o boneco e parecia lhe dar uma “bronca”. Encenei com o boneco o choro e ele repetia: “chorou, chorou, chorou”. Em seguida, Gabriel disse “agora pode”. Peguei o menininho e o coloquei para andar com o cavalo. Gabriel disse, então, “chega!” “para”, “chorou, chorou, chorou” e, assim, repetiu-se a brincadeira algumas vezes.

A mãe disse que as brincadeiras de Gabriel em casa estavam mais criativas. Que antes ele reunia todos os cavalos e objetos em um espaço e depois desfazia. Agora, ele criava algumas histórias com os cavalos e lhes dava vida. Pode-se dizer que o desejo encontrou um espaço.

Outros jogos semelhantes ao do menininho que andava a cavalo foram criados por Gabriel. Na décima segunda sessão, Gabriel, cada vez mais livre para mostrar seu desejo, passou a explorar os objetos da sala para além das supostas funções concretas dos mesmos. Um brinquedo chamado “Cai, não cai”, composto de um cilindro, palitos para transpassar este cilindro e bolas, as quais apoiadas na rede criada pelos palitos não devem cair, se tornaram balas de um revólver. Primeiro, o revólver atirava dentro do cilindro. Depois, Gabriel começou a atirar nos fantoches que estavam na sala e pediu para que eu animasse os fantoches. Quando eu dava vida aos mesmos, Gabriel atirava emitindo sons altos e esperava os bonecos caírem. Depois esperava minha reação, se eu fizesse os fantoches levantarem, ele simulava um susto e atirava de novo. E assim, o fez várias vezes, brincando com significantes morto/vivo.

Nesta brincadeira eu tentava surpreender Gabriel, acordando os fantoches antes do esperado ou escondendo os mesmos, para que eles não recebessem as balas. Assim, Gabriel mostrava surpresa e passou a antecipar minhas ações, tentando prever como eu iria burlar o jogo, além de experimentar o papel de quem estava no controle, que decidia sobre a vida dos fantoches e o que eles poderiam fazer.

4.2.5 O pequeno outro

A mãe de Gabriel passou a trazer para a clínica a filha mais nova Maria, de 4 anos, por não ter com quem deixá-la no momento do atendimento. Gabriel, então, começou a solicitar que a irmã entrasse nos atendimentos e não aceitava o contrário, gritando e chorando na sala de espera. Percebi que Gabriel orgulhava-se em mostrar para a irmã “seus” brinquedos e como brincava. No princípio, não incluía a irmã em suas brincadeiras e parecia não se importar com os brinquedos que a ela escolhia. Até que a irmã começou a influenciar nas suas brincadeiras, mexendo nos objetos que ele estava utilizando. Maria, em algumas ocasiões, encarnava o papel de mamãe, aquela ditadora de ordens, que não gostava de bagunça e não permitia a Gabriel gritar. Maria permanecia pouco tempo neste lugar. O que ela mais fazia era quebrar regras e testar os limites e, nesta última posição, ela atraía os olhares e interesse de Gabriel. Deste modo, os dois uniram-se para tornar as brincadeiras nada convencionais e a “bagunça” em tamanho duplo.

A irmã estava na posição de pequeno outro para Gabriel, enquanto semelhante e parceira nas travessuras. Em uma sessão, foram oferecidas tintas para as crianças brincarem e papéis. Maria começou a fazer desenhos no papel e Gabriel foi à procura do fogãozinho de brinquedo, mas não bastava ser apenas um, precisava ser dois. Assim, correu até a sala de brinquedos e buscou outro. Gabriel montou os dois brinquedos em cima da mesa e por cima

dos desenhos da irmã. Isto irritava Maria, porém Gabriel insistia em derrubar o que a irmã estava tentando construir. Gabriel, então, resolveu transformar as tintas que a irmã utilizava em comidinhas para serem feitas no fogão. Criou algo novo e os dois brincaram juntos.

Na teoria lacaniana, o grande Outro (A) remete à linguagem e ao simbólico. Já o pequeno outro (a') está relacionado ao eu/imagem especular, formado no registro imaginário. Os outros imaginários serão entendidos como objetos, com os quais o sujeito se identifica. Diz sobre a alteridade presente na própria divisão do sujeito e naquilo que por ele é estranho e familiar, e que se encontra na identificação no laço social. O outro pode alternar entre a posição de parceria ou de rivalidade. Haverá três momentos no estádio do espelho que configuram o lugar do outro. Primeiro há uma indiferencião entre o eu e outro, para em segundo momento, haver um bordejamento entre os limites de um e outro. E ao final, o outro será conhecido em sua diferença (Ravasio, 2016).

Em termos constitutivos, temos até aqui o pequeno outro, que apresenta como marca o empréstimo identitário que concerne ao processo de subjetivação do sujeito, e que se coloca no cotidiano com os sujeitos que nos relacionamos, em sua possibilidade de descrição e controle (Ravasio, 2016, p.157)

Gabriel e Maria figuravam situações de amor e rivalidade. Gabriel não aceitava entrar para a sala sem a presença da irmã e solicitava que os brinquedos fossem em pares. Tinha que haver dois iguais, formando uma dupla, assim como ele e a irmã. Quando as brincadeiras iniciavam, a rivalidade aparecia e eles alternavam entre o passivo e o que comandava. O outro, em lugar identitário, acabava por evidenciar a imagem do próprio sujeito.

Em determinada sessão, Maria estava presente, mas de modo menos atuante. Estava brincando com outros materiais e não interagia com o irmão. Gabriel começou a brincar com a casa de madeira, colocando os cavalos dentro desta em diferentes papéis: dormindo, comendo, no banheiro e assistindo televisão. A irmã parecia irritada e emburrada em um canto até que produziu um ato. Ela pegou o restante dos cavalos na caixa (que eram muitos) e

despejou dentro da casa, de modo que os cavalos transbordaram na frente de Gabriel. Ele já havia produzido diversas vezes situações de transbordamentos, mas ver a irmã o fazer, teve outro efeito. A irmã repetia, “quer cavalo?”, então “toma todos”, “agora dá um jeito de colocar todos na casa”. Gabriel ficou paralisado e depois gritou com a irmã. Olhava para os cavalos e não sabia o que fazer. Perguntei para Gabriel o que ele poderia fazer com aqueles cavalos amontoados. Ele disse que tinha que achar um lugar para eles e, assim, foi alocando os cavalos pelos cômodos da casa. Não teve lugar para todos, alguns sobraram. Diante da angústia de Gabriel, propus que ele poderia deixar os cavalos do lado de fora da casa, correndo, brincando e fazendo outras atividades. Os cavalos que sobraram, por fim, estavam mais felizes que os outros.

4.2.6 Aprofundando no olhar

O olhar do Outro primordial diz sobre uma imagem a ser ratificada para o sujeito de modo simbólico. A imagem unificada no período de alienação ao Outro, sendo este tesouro dos significantes, promove uma ilusão quanto a um significante que defina o sujeito. O Outro assume este lugar de quem sabe para que o sujeito seja inserido na linguagem. Assim, no estádio do espelho, há um olhar que especularmente diz que o sujeito possui um corpo e é objeto de desejo do Outro.

Para que o sujeito possa sair da posição de ser olhado para fazer-se olhar, ou seja, desejar, o olhar deve cair enquanto objeto. O olhar deve ser perdido para que o sujeito apareça e inaugure-se o movimento da cadeia significante em busca de algo que faça suplência à falta originária. Se o olhar, enquanto objeto causa de desejo, atordoa o sujeito e lhe é insuportável, denota que algo do Real escapou e o anteparo frente ao vazio falhou.

Na posição psicótica, o olhar pode aparecer de maneira invasora. Ele aparece porque não foi barrado pelo simbólico. O sujeito se sentirá olhado por um olho anônimo e

onipresente. Não há lugar para proteger-se, este olho atravessa as paredes e persegue insistente o sujeito. No delírio de perseguição, o sujeito está em posição de objeto do Outro e sente-se injuriado, criticado ou vigiado o tempo todo (Quinet, 2002).

Gabriel não possui uma posição psicótica no laço com o Outro, mas havia algo do olhar que lhe incomodava, mais próximo de uma desconfiança do que de uma certeza da existência de um olhar invasor. A desconfiança estava na capacidade do Outro em sustentar uma posição simbólica, pois Gabriel já havia enfrentado perdas desta ordem.

Gabriel precisou enfrentar sua angústia diante da falta e criou parâmetros de pertença que serviam de âncora para que ele arriscasse em seu desejo. Assim, as brincadeiras, criadas por ele, transbordavam em excessos de sons, de acúmulos de objetos e correrias para além dos limites físicos da clínica. Gabriel se excedia e olhava para trás para confirmar se eu permanecia no lugar apesar dos excessos.

Alguns momentos, na análise, apontavam para o lugar de Outro simbólico que eu ocupava para Gabriel. Quando a fala de Gabriel tornava-se ininterrupta, eu introduzia um significante e fazia barreira ao ilimitado. Os cortes produziam efeitos em Gabriel, sejam risos ou outras produções de fala e brincadeiras, dizendo de uma ordem simbólica, na qual ele estava inserido.

Gabriel, durante o tempo da sessão, solicitava para ir ao banheiro e exigia minha presença. Eu lhe levava até a porta e dizia que ficaria do lado de fora lhe esperando. Ele angustiava-se e começava a gritar. Então eu ficava na porta, do lado de fora, olhando-o pelo espelho. Ele utilizava o toalhete, observando se meu olhar permaneceria, de modo especular, o olhando. Era na posição de Outro simbólico que ele me colocava, como nos esquemas ópticos lacanianos. Havia um ponto em comum no espelho e uma posição que deveríamos estar para que nosso olhar se cruzasse e produzisse um efeito simbólico. Olhar para um outro

é perder o olhar enquanto objeto de desejo. Onde a visão entra o objeto olhar já não está mais lá.

O objeto olhar não estava presente no espelho, enquanto um órgão da visão. Na posição de objeto, ele atua no momento em que caí e aponta para uma não obliteração da falta. Assim, houve um lugar para Gabriel em meu investimento libidinal e cada vez mais, havia espaço para o aparecimento de seu desejo.

No próximo capítulo irei retomar esta cena para desenvolver considerações sobre a pulsão escópica.

5. A língua de sinais e sua dupla posição

5.1 Língua de sinais: uma língua estrangeira?

A Língua Brasileira de Sinais tem sua origem ligada à Língua de Sinais Francesa. A primeira escola de surdos foi criada no estado do Rio de Janeiro no ano de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, o qual é denominado atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Naquela época o país recebeu um professor surdo francês, o qual apresentou o alfabeto manual francês e alguns sinais, por isso a influência de tal língua para a brasileira (Monteiro, 2006).

Por muitas décadas, a língua de sinais foi negada e proibida em âmbitos sociais, como nas escolas. Contudo, continuava a crescer de forma clandestina pelos corredores e locais de encontros dos surdos. Não era considerada como uma língua oficial no país.

É comum o estranhamento gerado por esta língua para aqueles que utilizam a língua oral. Mesmo nas aulas para aprendizado da Libras, os questionamentos quanto a estrutura da língua eram constantes e havia um modo peculiar como cada um lidava com as dificuldades de aprender uma língua que, apesar de brasileira, nos é estrangeira. Os erros referentes à tentativa de aproximá-la do português oralizado também aconteciam com frequência e acredito estarem relacionados ao banho sonoro que somos cobertos por nossa língua materna.

Aprender Libras exige um calar dos sons para utilizar uma língua que pertence a outra ordem. No entanto, acredito que não há como abandonar as marcas deixadas por nossa língua materna, como os rastros deixados pela musicalidade presente na nossa origem. Durante meu curso de aprendizado da Libras, o professor, que era surdo, me corrigiu diversas vezes quando apresentava algo em Libras, porque enquanto eu sinalizava emitia ao mesmo tempo as

palavras em português oral, o que acabava por atrapalhar todo o sentido do que eu queria dizer.

Sobre a língua estrangeira, a tese de Moraes (1999) traz uma reflexão fundamental. Afinal, o que é estrangeiro/estranho e o que é familiar? Não se pode perder de vista que o estranho presente na língua estrangeira, também está presente na língua materna. O elemento estranho não é o que as diferencia, mas o que mostra seu modo de organização. As duas línguas são elementos de linguagem, de modo que “se possa entender a Língua Estrangeira como uma leitura, que faz o sujeito, a partir da Língua Materna (p. 90)”.

Para Brazão (2010), a língua materna deixa rastros e marcas no psiquismo do sujeito, em momento de sua inscrição no simbólico e na linguagem. Esta língua servirá de base para a inscrição de qualquer outra língua estrangeira. O sujeito terá uma maneira própria de funcionar com o simbólico e o aprendizado da língua estrangeira operará dentro deste modo singular de funcionamento, o qual é relativo às inscrições deixadas pela língua materna. As línguas se tocam e se entrecruzam. Ser capaz de fluência em uma língua estrangeira não eliminará o que é sentido como estranho e não impedirá que se escapem os conteúdos do inconsciente.

Podemos dizer que a lalangue continuará agindo e a língua estrangeira não será capaz de tamponá-la. Sobre o lugar ocupado pela língua estrangeira, Moraes (1999) diz que a

(...) Língua Estrangeira pode vir a representar o Ideal-de-língua, enquanto causa do desejo, posto que se trata de desejo (enquanto ilusão) de desarticular desejo e lei. Se todo o sofrimento a que está submetido o ser de linguagem passa pela necessidade estrutural de articular essa contradição, o que leva o sujeito para a Língua Estrangeira (...), é o impossível de dizer na própria língua: Constituir seu impossível ao designá-lo como Estrangeiro, dá a ele ao mesmo tempo um semblante de razão (p. 84).

Quando o sujeito que utiliza a língua oral entra em contato com a língua de sinais e o estranho aparece, o que escapa nesse encontro? A definição de estranho apontada por Freud perpassa pelo desconhecido que nos é familiar. O termo versa sobre a ambiguidade ao estar

diante de algo que é familiar e estrangeiro. O familiar desconhecido retorna em um movimento disruptivo (Martini & Junior, 2010). Se o contato com a língua de sinais traz uma estranheza familiar, pode-se hipotetizar que na constituição do sujeito, em sua inserção na linguagem e na relação com o Outro, há algo da ordem dos gestos e expressões que são marcantes para o bebê e fundamentais para sua inserção no simbólico. Isto ocorre em um momento que as palavras ainda não adquiriram o valor de signo. O que não significa, em hipótese alguma, dizer que a língua de sinais é formada por sinais aleatórios e mímicas, mas nos alerta para a consideração de que o corpo da mãe, em suas expressões e movimentos capturados pelo olhar do bebê, também imprime marcas psíquicas.

Tais expressões e gestos, enquanto registro de um Real, não podem ser silenciados pelos sons no caso da criança com surdez. Interessante é, também, refletir que a língua de sinais não parece exercer o mesmo efeito quando é o surdo que entra em contato com a língua pela primeira vez. A experiência clínica mostrou que, para os surdos, aprender a língua de sinais apazigua o inominável e, então, nesse caso, a língua de sinais parece operar como uma elocubração de lalangue.

O termo elocubração de lalangue foi escrito por Lacan no seminário Mais, Ainda. A linguagem é uma tentativa de elaborar um saber sobre lalangue, como faz o discurso científico.

A linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua. É uma locubração de saber sobre alíngua. Mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com alíngua. E o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o de que podemos dar conta a título de linguagem (Lacan, 1972-1973/1985, p. 190).

Deste modo,

O inconsciente é testemunho de um saber, no que em grande parte ele escapa ao ser falante. Este ser dá oportunidade de perceber até onde vão os efeitos da alíngua, pelo seguinte, que ele apresenta toda sorte de afetos que restam enigmáticos. Estes afetos são o que resulta da presença de alíngua no que, de saber, ela articula coisas que vão muito mais longe do que aquilo que o ser falante suporta de saber enunciado (Lacan, 1972-1973/1985, p. 190).

Retomando as reflexões sobre a Libras, quando foi mencionado que esta língua pode ser considerada como estrangeira para um sujeito ouvinte que utiliza a língua oral foi por considerar que os registros nos quais estão localizadas são diferentes, uma gestual/visual e a outra oral/auditiva. Se, por outro ponto de vista, tomarmos o sentido de estrangeiro e estranho apontado por Freud, a língua de sinais será estrangeira para os ouvintes ou para os surdos, porque sempre haverá algo de inapreensível pelo código que, quando escapa no falar, gera incômodo e estranhamento.

Dessa forma, havia algo de estrangeiro da língua de sinais para Pedro, para sua mãe e para mim, enquanto analista. O estrangeiro referia-se ao que não era passível de significantização e escapava ao código linguístico da língua. Contudo, devido à característica gestual/visual da língua de sinais, os efeitos do estranho estavam no campo escópico ou naquilo que nossos olhos não conseguiam criar um sentido.

Sobre os efeitos ou resquícios do encontro com o estrangeiro, pode-se retomar as concepções de lalangue, pois é a isto que parecem estar correlacionados. Lembremos que tal termo foi escrito por Lacan para dizer do que da língua pertence ao registro do Real. Lalangue remeteria às lalações do bebê, que ocorrem em um momento pré-lingüístico e promovem uma captura do Outro, o qual confere aos sons um lugar simbólico e responde a eles de uma maneira única e completamente fora de regras gramaticais. Assim, as falas trocadas entre o bebê e sua figura materna, aos olhos de um espectador, parecem apenas sons desconexos e grunhidos. Contudo, tal diálogo vai de encontro ao enigma do desejo passado por meio da língua, sem que isto se torne consciente. O sujeito de desejo é dividido, uma divisão entre saber e verdade. A busca do sujeito por um significante que contemple sua verdade será o motriz inicial do movimento desejante.

O encontro do sujeito com o Outro primordial e com a língua materna resultará em um traço ou uma marca. Quando se considera a língua materna oral, a musicalidade, as

entonações e pausas da fala, aproximam-se do conceito de lalangue e pode-se perceber seus efeitos justamente nos momentos que a língua falha e destoa. Como exemplo disto, pode-se citar os soluços, engasgos ou chistes. Nestes últimos, as palavras são trocadas ou há uma neoformação sem sentido, ocasionando uma quebra no código linguístico.

Quanto à língua de sinais, como perceber estes tropeços na língua? Percebi que tais situações ocorreram em momentos que um sinal era feito com uma configuração de mão errada ou na posição errada no corpo, ou mesmo, no caso de Pedro, quando algo da língua oral era utilizado misturado à língua de sinais. Quanto a este último, em uma sessão, Pedro estava brincando com um jogo da memória e a cada vez que acertava, vibrava, fazendo o sinal de palmas em Libras. E eu vibrava junto com ele. De repente, comemorei batendo palmas e fazendo sons e Pedro logo desconcertou-se e sorriu, dizendo que eu estava “doida” e que ele era “surdo”. Outros momentos que observei a língua de sinais falhando foi no uso de um sinal, por Pedro, que designaria “peixe” ser utilizado para designar “pão” e, logo que era sinalizado, já causava surpresa e risos pela criança.

Conforme relatou a mãe de Pedro, este produzia lalações quando bebê e continuava a produzir sons na atualidade, mesmo não obtendo um contato com a sonoridade. Tais sons produzidos perderam a capacidade de surpreender e captar o desejo da mãe no momento em que esta descobriu que o filho não podia escutá-la. A relação entre mãe e filho ficava marcada pela impossibilidade de nomear o estranho e Pedro permanecia alienado ao desejo do Outro. Pedro possuía um olhar fixado à boca da mãe e qualquer intervenção que promovesse uma separação, fazia-o recuar e encasular-se. Havia ali um corpo desinvestido libidinalmente.

No início da análise, a mãe de Pedro percebia a língua de sinais como encantadora, porém incapaz de articular sentidos. Ela, com frequência, solicitava a mim que eu autenticasse a fala de Pedro. A língua materna de Sônia, assim como a minha, era inundada de sonoridade, esbarrava nos sinais e tentava lhe conferir um lugar a seu modo. A mãe, primeiro, tentou

relacionar os sons aos sinais de maneira equivalente, forçando um lugar para a Libras que não era possível e, Pedro, sinalizou que aquela forma de tratar a língua era “feia”, nas palavras dele, e insistia para a mãe rearticular seu modo de dizer.

Tomando o esquema óptico, eu/analista tive que permanecer em determinada posição (Libras carregada de desejo), diante do olhar da mãe, de forma especular. A mãe necessitava de um olhar que ratificasse o que já estava lá, ou seja, Pedro como um sujeito que possui um corpo e desejo. Eu estive neste lugar de quem ratifica uma imagem vista, até que não foi mais necessário, de modo que percebi que a mãe tomou para si os sinais como capazes de enlaçar o filho em seu desejo. Isto deu-se de forma singular para esta mãe e de acordo com o que era possível a partir de sua própria língua materna. Sônia continuou a utilizar de sons ao falar em Libras com o filho. Ela não abandonou os traços de sua própria língua materna, porém permitiu um entrecruzamento da língua oral e da língua de sinais, dando a esta última um espaço de legitimação e de equívocos. Quanto aos equívocos, Sônia já podia brincar com a língua de sinais e com os sentidos e sem sentidos promovidos por ela. Um exemplo foi o engano promovido quanto ao uso do sinal referente à expressão “cor laranja”. Este sinal, se realizado com mesma configuração de mão na região da testa significa “aprender” ou, em outros contextos, se realizado na região da boca, pode significar “chupar laranja” ou “sábado”. Estes equívocos eram fonte de desconcertos e denunciavam que uma parte da língua imprevisível e incontrolável. Assim, a língua falhava e abria espaço para a falta.

Existiu uma reivindicação da comunidade surda em legitimar a Libras enquanto pertencente ao conjunto do que pode ser considerado uma língua. Dentre as características levantadas aponta-se sua capacidade de formar ideias e o fato de que os enunciados só podem ser compreendidos na relação entre os sinais, considerando o contexto em que são empregados. Além disso, os sinais possuem variações regionais e existem parâmetros linguísticos (configuração de mão, ponto de articulação, direção, movimento e expressão

facial e corporal) que definem cada sinal ou sentença. Sobre os parâmetros, Felipe (2006) considera que,

(...) podem expressar morfemas através de algumas configurações de mão, de alguns movimentos direcionados, de algumas alterações na frequência do movimento, de alguns pontos de articulação na estrutura morfológica e de alguma expressão facial ou movimento de cabeça concomitante ao sinal, que, através de alterações em suas combinações, formam os itens lexicais das línguas de sinais (p. 202).

Assim, a Libras ganhou o estatuto de língua perante as línguas orais, conforme aquilo que é determinado pela gramática e linguística. Contudo, como nos aponta Milner (2012), há algo para além dessa estratificação, que não é representável pelas palavras ou passível de significantização, escapando ao código linguístico. A isto pode-se dar o nome de lalangue ou alíngua, a qual é única para cada sujeito. Esta é uma proposição levantada neste trabalho, ou seja, pensar a língua em seu caráter de lalangue, no que tange não às palavras, mas aos sinais.

As considerações realizadas no primeiro capítulo sobre o objeto voz e a pulsão invocante contribuem para a construção da preposição da língua de sinais em posição de lalangue. Isto porque a concepção de voz remete ao que está fora da sonoridade, correspondendo ao silêncio e afonia. A voz estaria fora do alcance do dizer e quando cai, enquanto objeto de desejo, é apreensível por seu efeito desconcertante. A voz não possui materialidade e os sons seriam uma forma de lhe silenciar e aplacar seu vazio. A língua materna estaria neste lugar de embalo da voz. Contudo, sempre haverá algo que escapa ao dizer e ao simbólico. A lalangue também refere-se ao que escapa ao sentido e seu poder de sedução e de invocação do infans está na musicalidade, como o canto das sereias.

L. M. S. Ferreira e Paravidini (2018) apontam que a voz é um objeto perdido quando o sujeito é inserido na linguagem. No entanto, ela permanece causando efeitos e a música pode funcionar como um retorno a este momento inaugural. Acrescentam que,

O sujeito retoma na música, desvinculada de sentido, sua própria voz enquanto objeto *a*, retornando a ele seu vazio constitutivo com a possibilidade de ser contornado. A pulsão invocante tenta alcançar a voz como objeto, mas nessa falha tentativa deixa um vazio no sujeito que pode ser bordejado pela música. O som que vem de um vazio se

remete ao objeto perdido. Tomar, então, o que há de fundamental na música como ferramenta de trabalho na clínica, de forma especial a da infância, pode tornar possível a modulação da pulsão invocante neste processo de estruturação do sujeito (p.48).

Ao falar de musicalidade inclui-se a sonoridade, porém o que importa aqui são as pausas, as cadências, o ritmo e as pulsações. Estes últimos se aproximam da língua materna e mostram que a língua de sinais pode estar neste lugar. Não somente os sons agem para criar ritmo. Afinal, se o corpo não acompanha, perde-se o compasso. O corpo é a chave nesta proposição que coloca a língua de sinais na posição de lalangue. Esta língua possui ritmo, pausas e musicalidade. Quanto a isto, me remeto a uma banda composta por surdos, chamada Ab'surdos, pertencente à cidade de Uberlândia. Nos vídeos, de fácil acesso no meio eletrônico, a musicalidade, para além do sonoro, escancara-se. Os sujeitos com surdez desta banda se deixam tocar pela vibração e tocam diversos instrumentos musicais, compondo músicas de gêneros variados. Assim, o sujeito com surdez também poderá sentir a musicalidade e ir de encontro com a voz fundamental, abrindo a possibilidade de contornos a ela. A isto, temos como exemplo o canto em Libras. Posso testemunhar, do lugar de ouvinte, o quanto é único cantar em língua de sinais. Percebi que, enquanto não há uma entrega do corpo ao ritmo e pulsação, a música não acontece. Isto não difere do canto oral e, tomando emprestada uma fala de um sujeito com surdez que tive contato na associação de surdos, se ficar preso aos significados das palavras, ao cantar, parecerá um robô. Isto cabe a qualquer língua e este canto, carregado de emoção e desejo, é encontrado na língua materna.

Dessa forma, afirma-se que a Libras possui seu caráter musical, o qual pode ser observado nos movimentos das mãos e nos intervalos entre uma sequência e outra de sinais, no balançar do corpo e nas expressões faciais e posições corporais. Como já mencionado em outro momento do trabalho, a Libras necessita de um olhar para produzir efeitos, diferente da sonoridade que se faz ouvida mesmo com os olhos fechados e quando eles se fecham os efeitos dos sons podem se intensificar.

Aqui outra questão é levantada, que é a língua de sinais utilizada por sujeitos surdos e cegos. Estes, para utilizar a língua, necessitam tocar as mãos do outro para entender os sinais. Dessa forma, acrescenta-se que a Libras necessita de um olhar, mas, antes disso, de um corpo, possível de ser imaginado, portanto olhado, tomando as concepções lacanianas sobre o olhar. É preciso que um corpo seja olhado para além do que a visão é capaz de ver. Não é olho que está em questão. O olhar, apontado por Lacan como objeto pulsional, aponta para uma falta, a falta da castração. Assim como a voz, o olhar é um objeto perdido no momento da inserção do infans no simbólico. Porém, há um início, em que faz-se necessário um olhar do Outro que, especularmente, transmita para o bebê uma imagem de um corpo unificado e alienado.

A língua materna, veículo de desejo do Outro primordial e portadora de uma parte pertencente ao registro do Real, imprimirá marcas psíquicas e tentará embalar objeto voz e olhar. Para considerar o bordejamento da voz pela língua de sinais tem-se que admitir o caráter escópico e corporal da musicalidade.

Deste modo, apontou-se, até aqui, que a língua de sinais porta um sem sentido, considerado como lalangue. E, também, ela aparece na posição de elocubração de lalangue. É sobre esta dupla posição que irei aprofundar, iniciando pela primeira, ou seja, pela língua de sinais em posição de S1. Sobre este Lacan aponta que o “Um encarnado na alíngua é algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento. É o de que se trata do que chamo de significante-mestre (1972-1973/1985, p.196)”.

5.2 Língua de sinais na posição de lalangue

Observei, durante minha trajetória de contato com a Libras, que a língua de sinais atrai olhares onde circula. Por vezes é um olhar de espreita que denota estranhamento e incômodo e, em outros momentos, parece capturar pelo encanto. Assim, pude perceber estes olhares na

associação de reabilitação oral que conheci, na qual a Libras estava impedida de circular e era considerada um entrave para o desenvolvimento da língua oral pelo sujeito com surdez, e na instituição na qual trabalho, onde a língua de sinais causava repulsa e fuga nos ouvintes ali presentes. Nesta última instituição, o estranhamento e mal-estar, relatados por alguns funcionários, eram ainda maiores quando a língua de sinais vinha acompanhada de barulhos indiscriminados produzidos pelo sujeito com surdez.

A proposta inicial da pesquisa era o contato com uma associação filantrópica de atendimento à criança com surdez para encontro com as famílias e convite para participação da pesquisa. Cheguei a tal associação e me deparei com muitas insatisfações por parte de quem coordenava o local. Reparei que as portas, móveis e outros objetos apresentavam uma placa com o nome os identificando, um modo de remeter o código ao objeto que ele representava. A coordenadora apresentou alguns atendidos, dizendo como evoluíram depois que foram inseridos nas atividades e pediu para que falassem palavras para que eu pudesse observar que eles podiam falar. Ela acrescentou que a Libras não era bem vinda ao local. O interessante é que um homem com surdez, que frequentava a instituição há anos, demonstrou não entender o que ela lhe solicitou e, também não entendeu o que eu lhe disse na língua oral. Gerou-se um desconforto e ela justificou que ele possuía outras deficiências. Perguntei a ela se aquele aluno aprendeu a língua de sinais e ela disse que às vezes ele insistia em utilizá-la, mas só lhe atrapalhava a falar. Então ficou proibido comunicar- se nesta língua.

Transitar em espaços de atendimento e convivência da comunidade surda é estar em meio a tensões referentes à oralização e aprendizado da língua de sinais. Há quem defende apenas o oralismo para os surdos, outros apenas a língua de sinais, e, ainda, quem considera importante um aprendizado bilíngue. Alguns discursos, com os quais tive contato, apresentavam justificativas de melhor adaptação social para a defesa do desenvolvimento da língua oral pelos surdos e, por outro lado, alguns sujeitos com surdez defendiam o uso apenas

da língua de sinais como forma de demarcar uma cultura e por considerar esta língua natural e sua primeira língua, mesmo que a tenha aprendido tardiamente. A língua de sinais estaria na posição de língua materna para estes sujeitos.

Ao circular em lugares públicos não será difícil encontrar a Libras em algum canto. O terminal central de ônibus de Uberlândia, por exemplo, é um local de encontro de sujeitos com surdez, os quais se aglomeram, não nos cantos, mas em locais de grande fluxo de pessoas que, ao passarem, esbarram literalmente nas mãos e na língua de sinais. Alguns se irritam, outros sorriem e ainda há aqueles que não desgrudam o olhar, como se ali houvesse algo siderante. Acredito que, não por acaso, estes sujeitos com surdez escolhem um lugar público para o encontro. A língua de sinais insiste em ser reconhecida e porta um caráter de transgressão.

O estranhamento gerado nos ouvintes diante da língua de sinais que inclui, em alguns casos, o impedimento desta língua de circular, remete a um caráter de insuportabilidade causado pela língua, o qual nos diz de lalangue. Neste ponto, encontra-se nossa proposição de que os sinais carregam o que da língua é irrepresentável e indizível. O objeto voz, que possui como invólucro o som, capaz de lhe apaziguar e silenciar, também encontra nos sinais algo que lhe reveste. Do mesmo modo, o contrário será verdadeiro, assim como, nos sons emitidos, haverá uma parte que escapa e denuncia o Real (como as pausas, a entonação, os engasgos e os chistes), a língua de sinais também portará seu caráter de lalangue e voz ora ou outra, se apresentará, mesmo que de forma fugaz.

Percebe-se que a Libras ocupa o lugar de lalangue em momentos que tenta transgredir uma barreira imposta, como a da proibição, ou diante de olhares inibidores em ambientes públicos. Assim, quando proibida de circular em uma instituição para sujeitos com surdez, ela continua aparecendo de modo transgressor e, ao aparecer, causa incômodo e é rechaçada. Em outras situações, como o estranhamento da mãe de Pedro diante da Libras, é o seu potencial

de código linguístico que era questionado. “É possível falar assim?”, dizia a mãe de Pedro; e ela, a cada vez que o filho utilizava a língua de sinais, a tamponava. Para ela, a língua de sinais era encantadora como as vozes das sereias, mas sem o registro simbólico, esta voz se tornava mortífera e escancarava o Real.

Sônia disse sobre um marco quando Pedro fez dois anos e pronunciou a palavra mãe, o que lhe deu esperança de que ele poderia lhe ouvir. Nenhuma palavra a mais, mas a dúvida permanecia. Os sons que a criança pronunciava constantemente, que configuravam em lalações de diferentes entonações, não eram indiferentes à mãe porque lhe incomodavam, posto que tais sons lhe eram insuportáveis. As lalações produzidas pareciam remeter ao Real, sem uma simbolização possível.

Os sons sem sentidos produzidos por Pedro remetem ao canto das sereias do conto de Ulisses. Neste caso, o som não era prazeroso e encantador, mas capturava a mãe pelo seu incômodo. Diante de uma mãe que tinha dúvida sobre a capacidade do filho de pensar e possuir desejos, Pedro não calou-se e, com seus sons disformes, convocava a mãe a lhe ouvir e a estar presente.

A tessitura de reflexões sobre a língua na constituição psíquica do sujeito com surdez estava presente nos objetivos iniciais deste trabalho. No entanto, a posição a ser ocupada pela língua de sinais na situação analítica e na constituição dos sujeitos acompanhados na pesquisa se fez *a posteriori*, com construções e desconstruções de um caminho. O pesquisador-analista participouativamente dessas transformações e os efeitos contratransferenciais apareceram na escrita. Sendo esta última uma tentativa de bordejar o Real, este escapava e os efeitos apontavam para o lugar que ocupei na análise, como ‘o lugar de Libras’, o qual será discutido mais a frente.

A construção do caso clínico de Pedro teve como um ponto de enodamento a língua de sinais. Nas primeiras sessões com a família, o uso da língua de sinais vinha acompanhado por

uma estranheza, ora minha, ora de Pedro ou de sua mãe. O estranho e seus efeitos eram percebidos no corpo de Pedro, que se retraía quando o falar se executava somente na língua de sinais, para mais tarde, mostrar um corpo libidinizado que utilizava-se da língua de sinais para transmitir seu desejo. O que poderá ter promovido esta mudança? O olhar materno para a língua de sinais com certeza esteve relacionado a esta mudança de posição da Libras em Pedro.

A mãe de Pedro, Sônia, apresentava uma incerteza sobre o diagnóstico do filho e uma fala repetitiva de um indefinido e inominável que impedia a criança de ser inserida em uma língua. Ao nascer, Pedro recebeu o significante ‘estranho’ e a mãe, diante deste estranho, criou a ilusão de que aquilo poderia mudar com o passar do tempo, mas, ao contrário, a não aquisição por Pedro de um código linguístico foi ficando cada vez mais notável. O estranho sem nomenclatura permaneceu encoberto, causando desconforto por cinco anos, quando, então, Pedro foi matriculado na escola e alguém disse para mãe que seu filho era surdo, mas poderia aprender uma língua.

Há deste modo um início frágil na inserção na linguagem e um Outro como tesouro dos significantes encarnado em uma figura materna que duvidava do vir a ser de Pedro, mas não o negava. A dúvida sobre a capacidade do filho de fazer-se ouvir, chamar ou mesmo ser olhado e desejado, fez com que este Outro estivesse presente, ainda que vacilante. A dúvida fez possível o equívoco e, assim, o nascimento do sujeito de desejo.

A dúvida da mãe permitiu que Pedro nascesse enquanto sujeito de linguagem. Contudo, quando Pedro tinha dois anos de idade, a mãe viu-se como incapaz de transmitir um código linguístico para o filho e a língua materna começou a falhar enquanto veículo de transmissão do enigma do desejo. Na relação transferencial da análise, Pedro parecia preso a um lugar sem nome e um olhar fixado à boca da mãe.

Prosseguindo na análise, pode-se apontar que o lugar ocupado por Pedro seria o da alienação em relação ao Outro. Este Outro, tesouro dos significantes, ao falhar na transmissão do código linguístico, não permite o aparecimento da falta e não deixa equívocos para que o infans se separe. Sônia falava com o filho por meio de comandos simples, não olhando o filho para além das necessidades básicas e não transformando estas necessidades em demandas. O registro simbólico que o infans inseriu-se era frágil, o que lhe fazia titubear diante do uso da língua de sinais, a qual não era reconhecida pela família.

Sônia disse que antes da minha chegada à residência (quando as sessões ocorriam no domicílio), Pedro ficava parado quase dormindo e, quando eu chegava, começava a se movimentar para todos os lados. A língua de sinais trazida pela analista gerou um efeito. Neste momento, a língua de sinais pareceu assumir a posição de S1.

O Um seria o significante mestre, aquele que inicia a cadeia de significantes. Ele está em relação com os outros, na diferença com os outros, um entre os outros. Este S1 será o elemento no qual todo restante da cadeia se envolverá (Lacan, 1972-1973/1985).

Nesta posição, a língua de sinais denunciava algo a ser rechaçado e impedido de circular na relação familiar. Seria esta uma verdade da qual não se quer saber? Aparece como um estranho que deveria ser banido, que atrapalhava o desenvolvimento da língua oral pelo surdo e, ao contrário de silenciar o objeto voz, parecia deixar exposto algo da ordem da lalangue.

Diante do descrédito demonstrado por Sônia quanto à língua de sinais, Pedro se encolhia quando era convidado a falar nesta língua. Contudo, minha presença, a qual era definida como “Língua de sinais em casa”, fazia com que o corpo de Pedro “acordasse” e movimentasse para longe dos olhos da mãe. Neste lugar de S1, a língua de sinais parecia fazer circular o desejo, dando um lugar possível para que o desejo de Pedro aparecesse. E eu, no lugar de Libras, emprestava meu desejo.

Minha presença permitiu à Libras um lugar na casa. Quando os atendimentos passaram a ser realizados na clínica de psicologia, o “dia de Libras” continuava sendo o dia da análise, contudo a língua permanecia circulando na residência e a mãe mudou seu olhar diante dela.

Pode-se extrair deste tópico que a Libras ocupa a posição de lalangue ao estar diante de uma barreira, social ou institucional, onde é impedida de circular. Esta barreira pode ser sutil, porém não menos incisiva, quando o olhar do Outro lhe impõe. Na prática clínica, era o olhar materno que questionava a capacidade da Libras em transmitir um sentido e, assim, a língua de sinais escancarava-se no que portava de sem sentido e estranho, como lalangue.

O ‘lugar de Libras’, ocupado por mim na relação transferencial, não foi sem consequências. Os efeitos contratransferências fizeram-se presentes em minha escrita e as supervisões foram fundamentais para que eu pudesse percebê-los e entender que possuíam relação com o encontro de minha língua materna oral com a língua de sinais, em seu caráter de lalangue.

O irrepresentável da língua trouxe efeitos em minha escrita. A escrita carrega as marcas de quem escreve e, mesmo que o pesquisador a enquadre em normas científicas, haverá uma parte não controlável e que foge às regras do código linguístico. Para a psicanálise, este ponto é fundamental e diz sobre a riqueza da pesquisa com o método psicanalítico, o qual não perde seu rigor por apontar o não escalonável ou generalizável. Ao contrário, sua instância criativa está na singularidade e imprevisibilidade de cada encontro entre pesquisador e o sujeito da pesquisa, que permite o aprofundamento teórico e possíveis reconstruções.

Um efeito se fez notável, não para mim por um período, em minha escrita. Quando se deu início à análise do primeiro caso, minha escrita configurou-se de modo similar à estrutura da Libras, com a perda dos conectores nas sentenças. A Libras é uma língua sintética, que por

vezes apresenta uma frase em um único sinal, não faz uso de artigos e não necessita utilizar pronomes em algumas ocasiões, bem como não se faz fundamental uma ordem sentencial do enunciado, como no português, para que a mensagem seja compreendida. Na Libras, o que determinará o sentido do que se expressa será a posição corporal, a direção do olhar ou outros marcadores que determinam a ocorrência de um fato no passado, por exemplo.

Em minha escrita, as frases começaram a ficar entrecortadas e os tempos verbais foram se esvaindo. Em meio aos parágrafos apareciam palavras soltas e sem aparente conexão ou formação de um sentido final. Tal efeito “librizador²” aumentava conforme a escrita fora mais solta e sem tempo para revisões e, quando apontado na supervisão pelo orientador e pelo grupo de estudos, me surpreendia e soava estranho.

O efeito da Libras na minha escrita era uma extensão da contratransferência do trabalho analítico e seu papel de fazer furos lá (nas sessões) e também aqui (no texto). Algo ficava despontado no meu texto e, ao observar estas pontas soltas e estranhas, percebi que elas denunciavam pontos a serem elaborados. Quanto a isto, remeto à própria posição da Libras na análise e os impasses surgidos ao estar diante de uma língua pertencente a um registro diferente de minha língua materna.

A Libras, apesar de sintética, não interfere na fluidez de uma mensagem, assim o efeito “librizador”, que parecia causar lacunas na minha escrita, não era um simples deslocamento do meu falar em Libras para o texto. A Libras, naquele momento, ocupava no meu texto o mesmo lugar que ocupava na análise do sujeito com surdez, sendo o lugar de confusão, de desentendimento e de desarticulação. Do mesmo modo, o efeito “librizador” permitiu que minha escrita caminhasse para novas formulações e, no trabalho analítico, permitiu uma reinvenção do sujeito.

² O termo librizador é um neologismo criado para dizer da relação contratransferencial da autora com a pesquisa e do lugar ocupado na análise, apontando para os efeitos da Libras na escrita.

As formatações e releituras constantes e atentas tiveram o intuito de minimizar este efeito e tornar a escrita comprehensível e coesa dentro da gramática portuguesa, contudo ele deixou rastros impossíveis de se apagar.

O encontro de minha língua materna com a língua de sinais ocasionou o surgimento de impasses na minha escrita e ser capaz de reconhecer isto foi importante para a compreensão do meu lugar na relação transferencial. O Real ou lalangue escapava pela escrita e esta podia funcionar como uma forma de bordejar o Real, assim como a língua materna.

É sobre a posição de bordejamento de lalangue, pela língua de sinais, que prosseguirei na discussão.

5.3 Língua de sinais em posição de elocubração de lalangue

Os objetos voz e olhar estão presentes na constituição psíquica do sujeito, momento no qual há a inauguração da cadeia significante e o primeiro significante marcará esta entrada na linguagem e o modo como este sujeito irá se organizará na relação com o Outro. O som é uma forma de elocubração da voz e silenciamento de lalangue. Contudo, as pausas e entonações denunciam o aparecimento desta, de modo que a musicalidade pode assumir um caráter de retorno aos primórdios da constituição psíquica. Assim como se faz necessário distanciar da voz materna para advir enquanto sujeito de desejo, o mesmo se faz necessário com relação ao olhar.

Pensando na língua de sinais, não é o som que apontaremos como elocubração da lalangue, pois o que encontramos na língua de sinais são expressões, movimentos, formas de configuração das mãos e posição do corpo. Expressar por meio do corpo e de sinais é algo presente desde a tenra idade e, quando não conseguimos nos expressar com palavras, utilizamos tal recurso. Assim, os sinais não são tão distantes dos ouvintes e podem revelar na

fala aquilo que não se quer saber. O corpo denuncia aquilo que não foi dito nas palavras e lalangue aparece.

No trabalho analítico com Pedro, as brincadeiras de adivinhação, as contações de histórias, as encenações realizadas pela criança de situações passadas e futuras (como vivências na escola e realização de exames pela primeira vez) e a invenção de jeitos de brincar, mesmo com jogos já conhecidos, fizeram com que sua mãe, Sônia, olhasse para Pedro e para a língua de sinais de outro modo. A Libras ali estava na posição de elocubração de lalangue, um saber sobre S1 (S2), com um efeito apaziguador.

No momento em que a Libras é reconhecida enquanto capaz de transmitir um sentido e portadora de um código linguístico, ela passa à posição de S2. Esta mudança não se dá de maneira definitiva, sendo apropriado formulá-la através de um trânsito da língua entre as duas posições, S1 e S2, em momentos diferentes do percurso da análise. O olhar materno também transitava entre o reconhecimento da língua de sinais, carregando-lhe de libido, e o seu esvaziamento.

Dessa forma, levantamos outra hipótese, a de que a língua de sinais poderá transmitir o enigma do desejo de uma mãe ouvinte para um filho com surdez se esta colocar tal língua em uma posição de reconhecimento e de equívoco. A mãe de Pedro surpreendia-se com o falar do filho e com seu modo de brincar e estar na relação analítica, de modo que o olhar diante da falta presente no filho, ocasionada por uma marca orgânica, transformou-se em um olhar capaz de ver adiante e, mais do que isto, um olhar que não sabia o que viria depois. A mãe surpreendia-se a cada novidade apresentada pela criança. Assim, o olhar não portava mais o conhecimento total sobre o infans e este pôde separar-se do Outro. Foi notável o quanto Pedro colocava-se no lugar de quem questionava o saber da mãe, apoiando-se na própria língua de sinais para dizer que a mãe não tinha toda a verdade sobre ele. Assim, Pedro descolou seu

olhar da boca da mãe e a operação de separação ocorreu quando o objeto *a* caiu do corpo materno, representado pelo S (barrado) e a covinha no rosto da mãe.

A língua de sinais, em posição de elocubração de lalangue, tem um efeito apaziguador do que aparecia até então como incômodo e estranho. Ela apazigua o inominável e silencia a voz. Tal efeito apareceu logo no início de minha trajetória de contato com o sujeito com surdez. A presença de uma mulher com surdez, em uma instituição pública, causava tumulto e evitação dos profissionais ali presentes e, quando começo a utilizar a Libras no atendimento, os profissionais não mais percebiam que a mulher havia passado pela instituição.

No caso clínico de Pedro, a língua também esteve nesta posição. Eu (analista), em determinados momentos, emprestava meu desejo (posição S1) conforme foi exposto anteriormente e, em outras ocasiões, estava no lugar de saber sobre S1, que bordejava o Real. A mãe de Pedro me convocava a estar neste lugar, questionando o valor simbólico da língua de sinais e observava o modo como eu me comunicava com o filho nesta língua para, depois, construir seu jeito próprio de falar com o filho.

A língua de sinais que, ao aparecer no início da análise fazia o corpo de Pedro encolher-se ou correr e pular, desviando-se dos efeitos da língua, adquiriu um outro lugar para ele. Assumiu a posição de bordejamento da pulsão ou dos objetos pulsionais, oferecendo contorno para o vazio. Isto foi observado na criação de um nome em Libras para mãe feita por Pedro, um momento de separação do sujeito do Outro primordial. Os efeitos desta separação foram percebidos nas histórias e fantasias de Pedro, cada vez mais ousadas e criativas. Em uma sessão, Pedro, ao entrar na sala de brinquedos, começou a lhe explorar sem solicitar a autorização de um olhar e se arriscou a vasculhar lugares em busca de um brinquedo especial. Neste dia ele encontrou um carrinho e teve prazer em fazê-lo circular pelos espaços da clínica e para além da sala de atendimento.

No caso clínico de Gabriel, os sinais caseiros, utilizados pela família, também apresentavam um efeito apaziguador para ele. Gabriel não possuía conhecimento sobre a Libras, mas sua fala oral vinha acompanhada dos sinais caseiros que criou em seu ambiente familiar. Na análise, Gabriel criou sinais para falar comigo, tais como a sinalização de barulhos que lhe incomodavam, sinais para ir ao banheiro ou beber água e outros para os brinquedos que mais tinha estima na clínica. Gabriel estava aprendendo a se comunicar oralmente por meio de sessões de fonoaudiologia, mas os sinais continuavam presentes. Deve-se apontar que, no início de sua constituição psíquica houve uma perda abrupta da capacidade de ouvir e o consequente silenciamento dos sons. Neste período, os pais utilizaram da Libras em casa para falar com o filho. Os sinais utilizados por Gabriel na análise, mesmo que não pertencendo ao código linguístico da Libras, apresentavam um efeito apaziguador e apareciam, com mais frequência, em situações que Gabriel angustiava-se, como quando perdia de vista um brinquedo que gostava.

Deste modo, os sinais ocupam a posição de elocubração de lalangue em momentos que são capazes de trazer um sentido, mesmo quando não são utilizados enquanto código linguístico, como o exemplo exposto de Gabriel. Outro ponto a ser destacado é a importância do reconhecimento pelo Outro. Se o Outro, enquanto figura materna ou os outros, enquanto os pares sociais, reconhecem a Libras como pertencente ao campo simbólico, ela permanece na posição de bordejamento do Real. E o contrário pode ser visto em situações nas quais seu uso é impedido ou seu potencial é desconhecido, aparecendo seu caráter de lalangue.

5.4 Um outro nome para lalangue?

Os sons da musicalidade da língua materna pertencem a uma lembrança acústica, em sua maioria inconsciente, principalmente no que se refere aos efeitos de lalangue. Já os sinais pertencem a uma lembrança visual e cinestésica.

Assim como os sons de uma música são capazes de lançar o sujeito para um período constitutivo de amarração entre o Real e o simbólico, no qual o mamanhês lhe embalava e suas demandas eram atendidas, os sinais também ocupavam este lugar para Gabriel, um lugar para o qual ele retornava quando estava em apuros e encontrava, ali, um apaziguamento.

Já vimos que pode-se observar os efeitos de lalangue no que se refere aos sinais e a dupla posição ocupada pela Libras quanto à lalangue. Se lalangue remete às lalações produzidas pelo bebê e ao retorno sonoro da figura materna, com uma fala prosódica e musical, caberia designar outro termo para o lugar dos sinais na constituição psíquica? Poderia eu brincar com os efeitos das palavras, criando um neologismo para abranger o que desenvolvemos quanto à língua materna de um filho surdo, no que refere ao caráter gestual/visual da Libras. Poderia defini-la como *gestuellangue*, palavra derivada do francês *gestuell*, traduzida por gesto em português, que remeteria aos movimentos e gestos do Outro apreendidos pelo olhar do infans, em um momento no qual os gestos ainda não adquiriram o valor de signo de um sinal da Libras.

A voz/som estaria para lalangue, assim como o olhar/sinais estaria para *gestuellangue*. Contudo, seria como separar a pulsão invocante e escópica e deixar de considerar os atravessamentos da voz também na constituição do sujeito com surdez. Acredito que, continuando a brincar com os neologismos, quero mostrar que existe *gestuellangue* em *lalangue*, ou seja, que esta é composta, também, pelo embalo e balançar do corpo em seus gestos e expressões. Os sujeitos com surdez mostram mais claramente este efeito da voz (vibração) que atinge o corpo sem precisar da audição. E tal efeito da voz se faz presente para

ouvintes ou surdos. Criar uma nova palavra que remetesse a um indizível e imaterial seria apenas inventar mais um neologismo sobre o Real.

Este trabalho buscou compreender a voz e lalangue sem o sonoro como forma de embalo e de bordejamento do Real. E, ainda, a inclusão do olhar na compreensão dos efeitos de lalangue para um sujeito com surdez, bem como as proposições referentes ao lugar ocupado pelos sinais no que refere-se a este neologismo lacaniano. Quanto à articulação entre pulsão invocante e pulsão escópica, segue-se o próximo tópico de discussão.

5.5 Pulsão invocante e pulsão escópica: os compassos e descompassos

A análise do sujeito com surdez fez aparecer um ponto de inquietação, sendo ele a relação entre pulsão invocante e pulsão escópica. Já vimos que voz e olhar estão presentes nos primórdios da entrada do sujeito na linguagem e ligados ao desejo do Outro. Na operação de divisão do sujeito, o saber e a verdade não se coincidem. Nesta separação haverá um resto que marcará a falta constituinte do sujeito, o qual não terá acesso a toda a verdade e não haverá um significante que lhe defina. Enquanto objetos *a*, voz e olhar são o que restam desta operação, sendo inapreensíveis e imateriais. Este trabalho buscou bordejar estes conceitos, justamente, em suas definições de objetos que evocam a falta.

A voz mostrou seus efeitos na clínica com os sujeitos com surdez, reafirmando sua não relação com o audível. Esta voz, que já me inquietava em minha passagem pela associação de surdos e na instituição de reabilitação oral que visitei, dizia sobre uma posição subjetiva e de uma entrada no mundo simbólico singular destes sujeitos. A voz, por vezes, denunciava um não lugar do sujeito e uma reivindicação de uma posição desejante. Os sujeitos com surdez, na associação de surdos, diziam sobre uma sensação de não pertencimento à suas famílias de origem e sobre um lugar de escuta encontrado na associação, na qual aprenderam e utilizavam

um código linguístico em comum. A frase “nós temos voz”, repetida por eles, referenciava a uma posição psíquica, na qual a voz, enquanto objeto, não obliterava falta e não apoiava-se em um saber sobre eles. Mas, ao contrário, permitia um lugar para o desejo, para ser outra coisa, do que apenas “surdos”.

Nas sessões de análise, a voz e seus caprichos causavam efeitos transferenciais. No caso de Pedro, o incômodo de sua mãe diante dos sons desarticulados, emitidos por ele, denotavam uma posição de Pedro e da sua mãe. Pedro demandava um lugar de desejo para esta mãe e esta colocava-se em uma posição de quem não poderia atender as demandas do seu filho. A surdez lançou Pedro em um terreno desconhecido para a mãe e ela não conseguia supor o que o filho lhe demandava. Sônia sentia-se frustrada e passou a utilizar sua língua apenas para uma comunicação simples. Pedro reagia a isto, realizando lalações e solicitando um lugar de investimento para a mãe. Estas lalações, sem um contorno simbólico possível, fazia aparecer a voz em seus efeitos de estranheza.

Na pulsão invocante, o sujeito assume uma posição de fazer-se chamar pelo Outro. Contudo, para isso, faz-se necessário que no Outro haja uma falta que o leve a investir libidinalmente no infans. A mãe de Pedro não encontrava no filho equívocos ou surpresas capazes de enlaçar seu desejo. A utilização da Libras, na análise, propiciou uma mudança de posição, visto que, ela potencializou o inesperado no encontro entre mãe e filho. Sônia não sabia mais qual seria a nova invenção de Pedro na análise. A Libras causou furos na relação. Os furos permitiram que houvesse uma libidinização do corpo de Pedro, sendo possível o contorno do vazio dos objetos *a*. Na figura materna, os furos colocaram fim às certezas absolutas e olhar materno interessou-se pelo vir a ser de Pedro, para além da imagem construída e apreendida pela visão. A Libras promoveu uma torção no olhar e a voz silenciou-se, cessando seus efeitos ruidosos e incômodos.

No segundo caso clínico, os efeitos do aparecimento da voz eram percebidos em situações de tumulto e intenso barulho de sons sem sentido. Era fácil notar a chegada de Gabriel na clínica porque ele quebrava todo o silêncio do local. A sua chegada quebrava uma ordem estabelecida e tiravam as pessoas, ali presentes, de seu lugar de conforto. Era preciso olhar para saber o que estava acontecendo e Gabriel fazia questão de conferir se estava atraindo a atenção de todos. Se alguém estivesse dentro de uma sala com a porta aberta, ele parava e fazia barulhos, esperando um aceno de retorno. Algumas portas fechadas lhe causavam a tentação de abri-las para descobrir o que estava por detrás. Haveria um olho por detrás da porta? Gabriel mostrava um modo peculiar de estar diante do olhar. Seus barulhos insistentes e intensos apreendiam a atenção de todos de forma indiferenciada, porém quando alguém lhe direcionava um olhar particular, demandando-lhe um lugar, Gabriel esquivava-se.

Gabriel teve uma perda abrupta da audição nos primeiros meses de vida e um abandono simbólico parental, manifestado no próprio modo destes pais de estarem na análise, como um lugar ausente, de quem trás o filho e não quer saber o que se passa no processo. A mãe apresentava poucas palavras para dizer sobre filho e uma dificuldade em criar narrativas sobre a vida dele. Antes da perda auditiva, havia uma bela história de uma família feliz e uma criança saudável que demandava dos pais carinho e atenção, até que um corte se realizou e a mãe disse que o filho, com a perda auditiva, não sabia mais dizer o que queria. Assim, Gabriel deixou de desejar, aos olhos da mãe, e a imagem do filho foi desestruturada por ela. No registro imaginário, Gabriel passou a ser denominado pelo significante “emburrecido” e tornou-se previsível para a mãe. Dessa forma, não havia espaço para a falta.

Nas primeiras sessões de análise, Gabriel pedia insistente para ir embora e não suportava que eu o olhasse. Começou a me testar quanto à possibilidade de brincar e escolher seus brinquedos. Contudo, uma sessão ocasionou uma mudança na relação transferencial. Gabriel estava repetindo, ininterruptamente, que seu peixe havia morrido, sem criar um

discurso com a fala. Eu produzi um ato analítico e promovi um corte no que parecia sem fim. Perguntei a ele se gostava de comer peixe morto e ele começou a rir. Houve um efeito na introdução deste significante, o qual fez toda a cadeia movimentar-se. Deste fato em diante, Gabriel começava a buscar meu olhar e decidiu que a mãe lhe aguardaria na recepção. Ele passou a entrar sozinho para a análise. Meu olhar pôde tornar-se uma âncora ao simbólico em momentos que a angústia fazia-se presente. Gabriel, por exemplo, ficava incomodado quando tentava dizer algo na língua oral e não conseguia pronunciar. Era necessário realizar cortes por meio de um significante para que a angústia e o sem sentido cessasse de repetir indefinidamente. Dessa forma, foi necessário o uso de um significante capaz de causar furo. Assim como a Libras causava efeito semelhante no primeiro caso.

Em algumas ocasiões, realmente não era possível compreender a fala de Gabriel, porém seu olhar buscava o meu, servindo de suporte e bordejamento para o insuportável. Meu olhar apaziguava o sem sentido da voz, o qual não estava presente apenas na fala, mas era sentido no corpo por Gabriel. Quando os brinquedos desapareciam da sala de atendimento e eu ajudava Gabriel a procurá-los, a angústia dele aumentava a cada vez que olhávamos um espaço e eles não estavam presentes. Diante desta falta sentida no corpo, o incômodo de Gabriel passava quando eu parava de procurar e sustentava um lugar de permanência para ele, lhe convocando a escolher outro brinquedo. Algumas vezes, ele me puxava pelas mãos para escolhermos juntos e, às vezes, o fazia sozinho. Outra saída de Gabriel era dizer que iria comprar o brinquedo que estava faltando e trazer para a clínica.

A lacuna deixada por um brinquedo no campo visual desencadeava uma fala repetitiva em Gabriel que aproximava-se dos efeitos do inominável da voz. Do ponto de vista da dinâmica pulsional, a fala sem fim, empreendida por ele, tamponava a falta constituinte e Gabriel parecia preso neste circuito. O uso de significantes ou palavras que possuíam uma

relação fonética com a palavra que ele repetia produzia o efeito de corte e possibilitava os intervalos na cadeia de significantes.

Meu olhar, enquanto ratificação de um lugar simbólico para Gabriel, não estava relacionado ao visível ou imaginarizado, mas ao contrário, produzia efeitos enquanto sua queda e falta. Somente assim, quando a falta não estava suprimida, Gabriel tornava-se atraente e dentro de meu investimento libidinal na contratransferência. Pois, antes disso, a falta era obliterada pelas concepções imaginárias. Estas estavam ligadas, por exemplo, à falta do acesso aos sons e ao possível sofrimento psíquico a ela atrelado.

Prosseguindo com a articulação entre pulsão invocante e escópica, o material teórico levantado aponta que voz e olhar estão lado a lado na constituição psíquica do sujeito. Estes objetos caminham juntos, mas não de forma harmônica. Em alguns momentos, o objeto voz parece exercer um contraponto para o olhar, lhe ludibriando quando aparece. O mananhês, como uma forma da voz, carregada de desejo pela língua materna, pode ofuscar o olhar. O contrário, também, se faz verdadeiro, algo de tão fascinante diante do olhar pode ensurdecer a voz. Assim, o gozo de um parece deturpar o gozo do outro.

A clínica com os sujeitos com surdez trouxe um outro modo de operar destes objetos, não como oposição, mas, sim, como articulados e produzindo efeitos em conjunto. Dito de outro modo, as posições subjetivas singulares dos sujeitos analisados na pesquisa mostraram situações nas quais voz e olhar exerciam juntos seus efeitos de estabelecimento da falta ou apontavam para o tamponamento desta. Além disso, observou-se, nos casos analisados, que a pulsão invocante se fazia possível em articulação com a pulsão escópica.

Quando fala-se sobre o olhar, a tentação de circunscrevê-lo por meio da visão é tentadora. A evitação desta armadilha foi trabalhada no segundo capítulo. Retomando as concepções sobre o olhar, para um melhor direcionamento desta discussão, ele é um objeto que não define-se por uma imagem formada de modo especular, apesar de atuar no registro

imaginário para formação do eu-ideal. O olhar não está no espelho e na imagem real. Ele encontra-se fora da realidade e não é possível de ser nomeado. Assim, como a voz, o olhar denuncia uma posição faltante e elucida a experiência subjetiva do sujeito.

Um bebê, com surdez congênita, deverá ter suas manifestações corporais simbolizadas por um Outro e ele não terá um retorno sonoro, mas uma imagem obtida especularmente. A voz e o olhar do Outro primordial serão apreendidos nos movimentos embalantes, na textura do toque no corpo, no ritmo e nas vibrações. A pulsão invocante terá nos sinais e expressões corporais seu meio de enlaçar o sujeito no desejo. Assim, estará em articulação com a pulsão escópica para formação do eu-ideal no registro imaginário. A voz encontrará nos sinais o silenciamento necessário para que o sujeito se afaste da voz materna para advir. Assim, a voz, em efeitos encontrados no registro gestual/visual transmitida pelo sem sentido da língua de sinais, estará, necessariamente, mais próxima do objeto olhar. Digo, então, que voz e olhar se comportaram de um modo singular na dinâmica pulsional de um sujeito com surdez.

Já apontou-se, em tópicos anteriores, que os sinais carregam uma característica de musicalidade, apresentando ritmo e pausas. Deste modo, a língua materna poderá ser composta dos sinais para a transmissão do desejo e invocação do sujeito a tornar-se desejante. Isto é válido para uma mãe ouvinte que possua como sua língua materna a língua oral. Poderá haver descompassos entre sua língua materna com a língua de sinais, contudo estas línguas se atravessarão e encontrarão um ponto de articulação. Na transmissão do desejo estarão presentes os traços das duas línguas. Deste modo, lalangue comportará o que está para além da fala e da visão, estará entrecruzado o que escapa ao sentido da oralidade e ao perceptível do campo da visão.

Assim, na surdez severa não há o sonoro para embalar o objeto voz e, tampouco, para servir de contraponto para o olhar do Outro primordial, para confundi-lo ou deturpá-lo. A prática clínica mostrou que o sujeito com surdez poderá ocupar um lugar no qual parece

capturado pela pulsão escópica, não conseguindo dela escapar. O olhar do Outro para estes sujeitos é maciço e rígido, uma presença constante e, por vezes, paranoica. O olhar invasivo não encontra a mediação do simbólico e, assim, produz efeitos no Real.

A falha na articulação entre o registro simbólico e o Real remete à língua materna oral, que, enquanto sonoridade, não consegue envolver o sujeito com surdez em seu desejo. É preciso que algo da ordem do olhar entre em cena para que o infans seja capturado. A língua de sinais necessita do olhar e de uma imagem visual para produzir seus efeitos no registro imaginário e, também, no simbólico. Já que a imagem, ratificada pelo olhar do Outro, carrega as marcas de uma cultura e sociedade.

Percebi que, na dinâmica pulsional do sujeito com surdez, o olhar poderá assumir uma posição rígida e de obliterador da falta constituinte, impedindo o aparecimento das lacunas no saber do Outro. Quando está nesta posição, o sujeito parece siderado, capturado e impedido de olhar adiante. Qualquer intervenção que remeta à inclusão da falta e a uma separação deste olhar primordial traz efeitos de angústia. Estes efeitos puderam ser observados em Pedro, no encapsulamento do seu corpo e na recusa em olhar para além da figura materna, bem como nas tentativas de escapar desta separação, seja correndo, dispersando-se ou retraindo-se.

No caso de Gabriel, a posição desertificada do Outro simbólico fez com que a falta fosse tamponada diante de uma perda no imaginário materno. Tal perda refere-se à imagem idealizada do filho ouvinte. Além disso, a mãe dizia sobre uma dificuldade em falar com o filho na língua oral quando foi instaurada a surdez. Em seguida houve a proibição de utilizar a língua de sinais. Dessa forma, havia uma impossibilidade de criar um invólucro para a voz e olhar. Estes objetos tornaram-se presentes com seus efeitos percebidos na ecolalia desconfortante e na evitação do olhar do Outro. Os dois objetos mostravam sinais de uma exposição insuportável e a presença de defesas maciças.

Decerto que tais características aproximam-se da posição psicótica, mas não foi isso que encontrei nos casos acompanhados. O que foi observado foram sujeitos que possuíam uma relação singular com o objeto olhar. De modo específico, estes sujeitos no momento de inserção na linguagem, tiveram um contato com um Outro simbólico titubeante que os colocaram mais próximo do olhar enquanto objeto.

Desta forma, na análise do sujeito com surdez, o objeto olhar transitava entre uma captura siderante e uma presença insuportável. Os casos clínicos acompanhados mostraram como o olhar do Outro pode ser imperioso e insuportavelmente presente quando não é perdido. Para estes sujeitos, em alguns momentos, o olhar era ameaçador e insuportável de notar, devendo eu/analista não olhá-los. Se eu os olhasse, a angústia aparecia. Estas ocasiões denotavam que algo que deveria servir de anteparo ao Real falhava. Acredito que esta falha no anteparo está relacionada ao descrédito da língua materna. Se o outro materno desacredita na função da língua em sua transmissão simbólica e do desejo, o sujeito encontrará um terreno desertificado, do ponto de vista simbólico. A relação com os objetos voz e olhar poderá ficar marcada por um desamparo.

Na experiência clínica com os sujeitos com surdez percebi que, com o avanço da análise, eles requisitavam um lugar de suporte no meu olhar. Uma cena importante foi meu olhar diante do espelho, na posição de Outro simbólico para Gabriel. Este, quando entrava no toalhete, sentia uma forte angústia e desamparo, e começava a emitir sons altos e desarticulados de sentido, sons que remetiam à voz e lalangue. Assim, ele pedia para que eu não desvisasse o olhar dele e, também, ele não podia perder de vista meu olhar. De modo que, enquanto utilizava o toalhete, olhava para o espelho que estava atrás dele, em um ponto que podia encontrar o meu olhar.

O objeto olhar não estava nas imagens reais vistas pelo olho no espelho. Naquele encontro havia uma imagem especular pertencente ao registro imaginário, na qual eu/analista

supunha um sujeito em desamparo e solicitando meu olhar. O objeto olhar estava para além do espelho, no modo como Gabriel, naquele momento de enroscos e equívocos, fazia com que o olhar caísse e se instaurasse a falta. A posição faltante tomava parte de meu investimento libidinal e permitia uma amarração entre o Real e o simbólico.

Tal cena remeteu aos esquemas ópticos desenvolvidos por Lacan. O olhar, ali definido como olhar do Outro simbólico, era suportável pelo infans por uma via indireta. Ali, no espelho, ele requisitava minha presença e só esta lhe tranquilizava, mantendo-lhe seguro em um momento de intimidade e de eliminação de excreções.

O excremento configura um objeto perdido e demandado pelo Outro. Esta perda se dá por esta demanda endereçada e torna-se uma forma de satisfazer o Outro. Isto dá-se por uma via escópica, na qual há um regimento de uma lei simbólica, tendo em vista que os excrementos devem ser eliminados em lugares corretos e privativos para os parâmetros culturais (Costa-Moura & Costa-Moura, 2011).

Havia, naquela cena, um Outro que sustentava para o infans uma imagem corporal unificada, que antes havia sido fragilizada por uma marca orgânica. Naquele encontro, pelo espelho, havia o entrecruzamento de nossas línguas maternas e o resultado deste encontro foi algo completamente fora de sentido, uma mistura de sinais e sons. Não foi silencioso, a voz ruidosa estava lá e atraiu os olhares de quem passava pelo corredor da clínica.

O Outro simbólico está em um lugar de afianciamento para um sujeito, lugar de ratificação da imagem e da linguagem. Com Gabriel, houve um encontro de línguas maternas e, estas, não eram a oral ou a língua de sinais, em caráter linguístico e gramatical. Não estavam ao alcance dos ouvidos ou da visão. Era a *lalangue*, propriamente falando. Houve uma troca entre nós, entre nossas línguas maternas, independente do registro que pertenciam e meu olhar, enquanto suporte simbólico, serviu como apaziguador do estranho. Naquele momento, Gabriel experimentou uma outra posição diante do olhar do Outro e, não por acaso,

este encontro tornou-se mais tranquilo a partir de então, porque foi possível permitir a queda deste objeto. Dessa forma, houve, também, uma mudança de meu olhar, que não mais obliterava a falta. Percebi uma busca maior de Gabriel pelo meu olhar, seguida de um puxar pela mão, me arrastando em busca de brinquedos, como quem diz “venha comigo para ver o que já posso desejar”.

Desta forma, na análise do sujeito com surdez, a dinâmica pulsional entre voz e olhar, teve dois pontos principais de intervenções. A relação de tais sujeitos com o olhar denotava cuidado quanto ao lugar ocupado por mim na transferência. Foi preciso encontrar modos singulares de fazer laço e perceber em quais ocasiões eu poderia marcar uma presença simbólica e apaziguadora dos efeitos do Real. Para isso, foi preciso promover uma queda do objeto olhar e instaurar a falta.

No primeiro caso, a língua de sinais foi a causadora de furos e responsável por descolar o olhar de Pedro do outro materno, dando um contorno possível para os efeitos do inominável de lalangue. A Libras trazia equívocos para a relação e abria lacunas no saber do outro. Os furos causados por esta língua permitiram uma libidinização do corpo de Pedro e um lugar para ele dentro do desejo da mãe, o qual não estaria tamponado por um significante último ou vacilante entre um extremo e outro.

No segundo caso, o que fazia furos e enlaçava Gabriel no registro simbólico era a introdução de significantes para promoção de cortes quando a fala entrava em uma órbita sem fim. Minha presença, em conjunto com o uso de uma palavra, fazia uma barreira para a voz e introduzia a falta. De modo paralelo, o ato de olhar para Gabriel foi perdendo seus efeitos de angústia e estranheza.

O lugar da voz, na dinâmica da pulsão invocante, promoveu uma torção na análise. Diante da surdez, havia uma fragilização da língua materna em seu caráter de lalangue e, também, do lugar da voz enquanto invocação do sujeito. O outro materno iniciou um caminho

de reconhecimento do potencial de lalangue, a qual mostrou seus efeitos, independente de qual registro estava sendo utilizado pela língua. Foi preciso permitir um atravessamento dos sons e dos sinais na língua materna, para que um modo singular de transmissão do desejo fosse possível.

No sujeito com surdez, olhar e voz encontravam seus bordejamentos no registro gestual/visual. Aquilo da língua de sinais que escapava ao sentido, ou seja, lalangue, causava equívocos no falar apoiado na posição faltante destes objetos *a*. Havia um tamponamento da falta pelas construções imaginárias e a utilização da Libras causou um furo na ordem estabelecida e uma possibilidade de movimentação da cadeia de significantes, bem como o aparecimento do sujeito de desejo nos intervalos desta.

Considerações finais

A análise dos sujeitos com surdez severa trouxe a singularidade das reverberações da ausência da sonoridade no laço com o Outro simbólico e na dinâmica pulsional. Os sons, enquanto forma da voz, compõem a musicalidade da língua materna em sua função de transmissão do enigma do desejo e silenciamento da voz primordial. Quando o acesso aos sons é barrado desde o nascimento ou perdido de forma precoce, outro recurso para recobrimento do Real e para o contorno dos objetos pulsionais deve assumir este lugar na língua materna.

Os efeitos produzidos pela língua de sinais demonstraram que, na constituição psíquica de um sujeito, há algo da ordem gestual e visual que é transmitido pela língua materna. Independentemente da capacidade de audição, os sinais portam o que da língua pertence ao significante e, também, ao sem sentido de lalangue. A Libras ocupou uma dupla posição em relação à lalangue e isto se deu não apenas para os sujeitos com surdez, mas, também, para os ouvintes.

Em alguns momentos, a língua de sinais funcionava como elocubração de lalangue, trazendo um saber e bordejando os objetos pulsionais. O apaziguamento da angústia fazia-se notável, demonstrando que a introdução da Libras ocasionava um retorno a um momento constitutivo em que as demandas do infans eram atendidas pelo Outro, tornando possível uma articulação entre o simbólico e o Real. Neste caso, o que estava em questão era o olhar do Outro primordial diante do bebê, e seus gestos e movimentos que eram capazes de demarcar um lugar de invocação. A musicalidade que embalava o infans estava diante do olhar. Ousei brincar com o neologismo gestuellangue para dizer que os sinais produzem os efeitos de lalangue, de modo que é possível que haja uma repetição visual de gestos e movimentos do Outro materno que funcionam tais como as lalações sonoras do mamanhês.

Quando a Libras não era reconhecida pelo Outro enquanto código linguístico, ela assumia a posição de lalangue, trazendo incômodo e estranhamento. O estranho familiar de lalangue era negado e proibido.

Na relação contratransferencial eu estive no lugar da Libras, também, em uma dupla posição. Transitava entre emprestar meu desejo para fazê-lo circular por meio da língua e, na introdução do simbólico, dando um contorno possível aos objetos pulsionais por meio da língua de sinais.

O objeto olhar foi um efeito secundário do trabalho, porém essencial para a compreensão da dinâmica pulsional do sujeito com surdez, tomando em consideração que a língua de sinais nos lança para o plano escópico. A perda da sonoridade como bordejamento da voz colocou as figuras maternas em uma posição frágil e inconstante diante de seus filhos, e houve um descrédito quanto à capacidade da língua materna na transmissão do desejo. Diante disso, o olhar apresentava uma posição singular para os sujeitos com surdez, ora a falta estava tamponada e o olhar era siderante, ora o objeto era percebido como insuportável e invasivo.

O uso da Libras proporcionou um encontro singular na relação analítica, principalmente, no primeiro caso acompanhado. A Libras permitiu a evocação de um lugar não obliterado e onde a falta constituinte dos objetos *a* poderia fazer mover o desejo. A interpretação solicitada pela mãe quanto à fala do filho foi permanecendo em um plano de fundo e ela encontrou um meio de atravessar sua língua materna com a língua de sinais, resultando em modo singular de operar com lalangue.

Ainda sobre os efeitos da língua de sinais, em uma ocasião, estive em contato com uma associação de crianças com autismo e uma fala me inquietou. A responsável pela associação disse que a Libras era utilizada no tratamento das crianças, a fim de melhorar a comunicação e interação social das mesmas e, ainda acrescentou, que o olhar psicanalítico

sobre o autismo não era capaz de melhorar estas habilidades. Diante dos efeitos produzidos pela Libras neste trabalho, acredito que abre-se um novo campo para estudo no que diz respeito ao uso da língua de sinais no trabalho clínico com o autismo. Diferente de um olhar que visa o manejo de uma língua apenas para fim de comunicação, na psicanálise o que se faz ressaltar são os efeitos produzidos pelo que escapa ao sentido da língua e como o uso dos sinais seria capaz de remeter ao tempo de inserção na linguagem, com possibilidade de um novo enlaçamento dos registros imaginário, simbólico e Real.

Por fim, nesta e nas outras instituições mencionadas no trabalho, assumir uma posição psicanalítica remete-se a um lugar de não-saber e de desconstrução dos discursos homogeneizantes. O psicanalista deve se incomodar diante do que está posto e colocado em padrões preestabelecidos, para privilegiar o que é fonte de criatividade e equívocos no encontro singular com o sujeito de desejo (França, 2014).

Referências

- Andrade, M.L.A. & Soléra, M.O. (2006). A deficiência como um “espelho perturbador”: uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 14(1), 85-93. doi: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v14n1p85-93>.
- Arantes, L., Andrade, L. & Lier-De Vitto, M. F. (2005). A clínica de linguagem com crianças que não falam: diagnóstico e direção do tratamento. In S. Pavone, Y. M. Rafaeli (Orgs), *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp. 141-150). São Paulo: Cortez.
- Assoun, P.L. (1999). *O olhar e a voz*. (C. P. de Almeida, trad.). Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Bastos, A. (2014). A voz na experiência psicanalítica. *Ágora*, 17(1), 59-70. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000100004>.
- Brazão, M.L. (2010). *Os rastros da língua materna* (Dissertação de mestrado). Uberlândia, Brasil: Universidade Federal de Uberlândia. Recuperado 30 março, 2018, de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15387>.
- Buzar, E.A.S. (2015). *Da Libras ao silêncio: implicações do olhar winnicottiano aos sujeitos surdos em sofrimento psíquico grave* (Tese de doutorado). Brasília, Brasil: Universidade de Brasília. doi: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.12.T.19809>
- Charmoille, J. (2015). De onde vem a voz?. In M.E. Maliska (Org.). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (M. E. Maliska, trad., pp. 119-124). Curitiba: Juruá.
- Costa, T. (2010) *Psicanálise com crianças* (3^a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Costa-Moura, F. & Costa-Moura, R. (2011). Objeto a: ética e estrutura. *Ágora*, 14(2), 225-242. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982011000200005>
- Dalcin, G. (2004). *Enlace histórico entre os surdos e a psicologia* (Apresentação de Trabalho/Outra). Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado 14 fevereiro, 2017, de <http://docplayer.com.br/16386894-Enlace-historico-entre-os-surdos-e-a-psicologia-gladir-dalcin-universidade-federal-de-santa-catarina.html>.
- Dalcin, G. (2006). Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. In R. M. de Quadros (Org.), *Estudos Surdos* (pp. 186-215). Petrópolis: Arara Azul.
- Felipe, T.A. (2006). Os processos de formação de palavra na Libras. *Educação Temática Digital*, 7(2), 200-217. Recuperado em 3 fevereiro, 2019, de <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101710>.
- Fernandes, L. R. (2000). *O Olhar do Engano. Autismo e o Outro primordial*. São Paulo: Escuta.

- Ferreira, L.M.S. (2015). *A música e o espelho sonoro na clínica do autismo* (Dissertação de mestrado). Uberlândia, Brasil: Universidade Federal de Uberlândia.
- Ferreira, S.S. (2015). Voz e sonoridade: uma aliança. In M.E. Maliska (Org.). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (pp. 125-139). Curitiba: Juruá.
- Ferreira, L.M.S., & Paravidini, J.L.L (2018). A música na clínica da infância: bordejamento da voz. *Psicanálise & Barroco em revista*, 16(2), 45-60. doi: <http://dx.doi.org/10.9789/1679-9887.2018.v16i2.%25p>.
- Figueiredo, A.C. (2004). A construção do caso clínico, uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-47142004001006>.
- Formigoni, M.C. et al. (2005). Não é a língua que falta... Reflexões sobre o bilinguismo na educação dos surdos. In S. Pavone, & Y. M. Rafaeli (Orgs). *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp. 190-198). São Paulo: Cortez.
- Fragelli, I.K. (2005). Tratamento do sujeito e tratamento do Outro na clínica da psicose infantil. In S. Pavone, & Y. M. Rafaeli (Orgs). *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp. 165-182). São Paulo: Cortez.
- França, W. (2014). Ato analítico e instituição: uma interlocução possível? *Opção lacaniana online*, 5(13), 1-10. Recuperado em 14 junho, 2018, de http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_13/Ato_analitico_e_instituicao.pdf.
- Freud, S. (1996). Romances Familiares. In S. Freud. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 219-224). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1909 [1908]).
- Gillie, C. (2015). Voz “flagelada”, voz “transfigurada”: a perpétua “clandestinidade vocal”. In M. E. Maliska (Org.). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (M. M. Furlanetto, trad., pp. 97-117). Curitiba: Juruá.
- Iribarry, I.N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. *Ágora*, 6(1), 115- 138. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>
- Jerusalinsky, J. (2009). *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo* (Tese de doutorado). São Paulo, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado em 25 agosto, 2017, de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15847>.
- Quinet, A. (2002). *Um Olhar a Mais. Ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In J. Lacan. *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 369-370). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1969).

- Lacan, J. (1985). *Seminário: Livro 20: mais ainda* (2^a ed.). Texto estabelecido por J.-A. Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1972-1973).
- Laznik, M.C. (2004) *A voz da sereia: O autismo e os impasses na constituição do sujeito.* (C. F. Rohenkol et al., trad.) Salvador: Álgama.
- Lei n. 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 20 abril, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.
- Maliska, M.E. (2015). A voz no fantasma: da constituição ao atravessamento. In M. E. Maliska (Org). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (pp. 63-79). Curitiba: Juruá.
- Mannoni, M. (1995). *A criança retardada e a mãe.* (M. R. G. Duarte, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Mari, R. (2014). O trompe-l'oeil do ver e do olhar. *Revista Ciclos*, 1(2). Recuperado em 3 julho, 2017, de <http://revistas.udesc.br/index.php/ciclos/article/viewFile/3625/3009>.
- Martini, A. & Junior, N.E.C. (2010). Novas notas sobre “O estranho”. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 371- 402. Recuperado em 25 março, 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200006&lng=pt&tlang=pt.
- Miller, J.A. (2013). Jacques Lacan e a voz. *Opção Lacaniana online nova série*, 4(11), 1-13. Recuperado em 5 maio, 2017, de http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_11/voz.pdf.
- Milner, J.-C. (2012). *O amor da língua.* (P. S. de S. Júnior, trad.). São Paulo: Editora da Unicamp.
- Moraes, M.R.S. (1999). *Materna/Estrangeira: o que Freud fez da língua* (Tese de doutorado). Campinas, Brasil: Universidade Estadual de Campinas. Recuperado 18 maio, 2017, de <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271090>
- Monteiro, M.S. (2006). História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. *Educação Temática Digital*, 7(2), 292-302.doi: <https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.810>
- Moura, A. & Nikos, I. (2000). Estudo de caso, construção do caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 69-76.
- Nasio, J. D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan.* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pavone, S. & Abrão, L.V. (2014). Quando um déficit ou doença orgânica bate à porta do imaginário parental. Os efeitos na constituição subjetiva da criança. *Distúrbios da Comunicação*, 26(2), 373-385. Recuperado em 21 abril, 2017, de file:///C:/Users/online/Downloads/15598-49971-1-PB.pdf

- Pavone, S. & Rafaeli, Y.M. (2005). A fala nas psicoses infantis: interfaces fonoaudiologia e psicanálise. In S. Pavone & Y.M. Rafaeli (Orgs). *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp. 62-69). São Paulo: Cortez.
- Porge, E. (2014). *Voz do eco*. (V. Veras, trad.). Campinas: Mercado das Letras.
- Porge, E. (2015). As vozes, a voz. In M. E. Maliska (Org.), *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (M. E. Maliska, M. M. Furlanetto, trad., pp. 21-45). Curitiba: Juruá.
- Remor, C.A.M. (2015). Intervenção e voz. In M.E. Maliska (Org.). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (pp.167-175). Curitiba: Juruá.
- Rafaeli, Y.M. (2005). Do diagnóstico diferencial à direção do tratamento. In S. Pavone & Y.M. Rafaeli (Orgs). *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp.130-140). São Paulo: Cortez.
- Ravasio, M.H. (2016). Alteridade e psicanálise: as modalidades de outro em Lacan. *Barbarói*, 46(1)153-165. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i46.8670>.
- Riguini, R.D. & Ferrari, I.F. (2018). O olhar da História do Olho: notas sobre um objeto lacaniano. *Scripta*, 22(44), 129-140. doi: 10.5752/P.2358-3428.2018v22n44p141.
- Rivera, T. (2008). Ensaio sobre o espaço e o sujeito. Lygia Clark e a Psicanálise. *Ágora*, 11(2), 219-233. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982008000200004>.
- Rodríguez, I. (2015). Pontualizações da voz em Psicanálise. In M.E. Maliska (Org). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (R. Tapado, M. E. Maliska, trad., pp. 177-181). Curitiba: Juruá.
- Roudinesco, E. (2011). *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Rosa, M. (2008). Lacan e a debilidade mental de Platão e Ernest Jones. *Psicología en Revista*, 4(2), 37-46. Recuperado em 10 janeiro, 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200003. ISSN 1677-1168.
- Sanches, D.R. & Berlinck. M.T. (2010). Debilidade Mental: O patinho feio da clínica psicanalítica. *Ágora*, 13(2), 259-274. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982010000200008>.
- Santana, C. & Rubino, R. (2005). Como o diagnóstico diferencial entre neurose e psicose pode afetar a clínica fonoaudiológica? Início de uma discussão sobre a direção do tratamento. In S. Pavone & Y. M. Rafaeli (Orgs). *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp. 183-189). São Paulo: Cortez.
- Sieiro, A.A. (2013) *Impasses na constituição subjetiva de crianças com deficiência visual Congênita* (Dissertação de mestrado). Uberlândia, Brasil: Universidade Federal de Uberlândia. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/node/331>.

- Silva, T.E.F. (2007). A Torre de Babel e o Silêncio. Transgeracionalidade e semiótica numa família surda-muda de um surdo deficiente. *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 1, 85-93. Recuperado 17 abril, 2018, de <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo68.pdf>
- Solé, M.C.P. (2005). *O sujeito surdo e a psicanálise – uma outra via de escuta*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Teixeira, M.R. (2016). O objeto da pulsão. Corpo, Pulsão, Gozo - Curso Campo Psicanalítico de Salvador. Recuperado em 16 setembro, 2018, de <http://www.campopsicanalitico.com.br/media/1300/o-objeto.pdf>.
- Teixeira, M.R. (2016). O objeto da pulsão – Parte II. Corpo, Pulsão, Gozo - Curso Campo Psicanalítico de Salvador. Recuperado em 16 setembro, 2018, de <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Mais-de-gozar-1.pdf>.
- Vale, S.C. & Castro, J.E. (2013). O tempo e o ato psicanalítico na direção do tratamento. *Tempo psicanalítico*, 45(2), 439- 451. Recuperado em 15 novembro, 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200012&lng=pt&tlang=pt. ISSN 0101-4838.
- Vinot, F. (2015). De uma dimensão vociferante da transferência. In M.E. Maliska (Org). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (M. E. Maliska, trad., pp. 183-195). Curitiba: Juruá.
- Vivès, J.-M. (2009). A pulsão invocante e os destinos da voz. (F. R. de Farias, trad.). *Psicanálise & Barroco em revista*, 7(1), 186-202. Recuperado em 12 junho, 2017, de <http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/article/viewFile/8812/7507>
- Vivès, J.- M. (2013). A voz na psicanálise. (P. R. Ceccalli, trad.) *Reverso*, 35(66), 19-24. ISSN 0102-7395.
- Vivès, J.-M. (2015). A Melo-mania ou a voz objetos de paixões. In M.E. Maliska (Org). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (M. E. Maliska, trad., pp. 83-95). Curitiba: Juruá.
- Vivès, J.-M. (2016). *A improvisação materna*. (C. M. da Silva, trad.). São Paulo: Instituto Vox. Recuperado em 13 agosto, 2017, de https://www.voxinstituto.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/j-m-vives-a-improvisacao-materna_10.pdf.
- Vorcaro, A. (2005). A clínica psicanalítica e a fonoaudiológica com crianças que não falam. In S. Pavone & Y.M. Rafaeli (Orgs). *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito* (pp. 80-99). São Paulo: Cortez.
- Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: F. Kyrillos Neto & J.O. Moreira (Orgs). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade* (pp. 11-23). Barbacena: EdUEMG. ISBN 978-85-62578-05-2
- Vorcaro, A. & Catão, I. (2015). Invocação e endereçamento: sobre a sustentação teórica de uma práxis com o infans. In M.E. Maliska (Org). *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura* (pp. 47-62). Curitiba: Juruá.

- Vorcaro, A. & Lucero, A. (2011). A criança e a debilidade mental: uma abordagem lacaniana. *Psicologia USP*, 22(4), 813-832. Recuperado em 10 setembro, 2018, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642011000400007. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642011005000034>
- Winnicott, D.W. (2000). O ódio na Contratransferência. In D.W. Winnicott. *Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas* (pp. 277- 287). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1947).

Apêndice A

Descrição das sessões

1. Caso clínico: Pedro

1^a Sessão

No primeiro encontro com a família de Pedro, a mãe, Sônia, relatou que não sabia informar sobre o início da surdez. Disse que, quando Pedro era bebê, ela trabalhava e não tinha tempo para dar atenção aos filhos. De modo que, em casa, queria permanecer na companhia dos filhos e não pensar que podia haver algo errado com Pedro. Pedro, durante o atendimento, permaneceu olhando para a boca da mãe, enquanto esta falava. E, em alguns momentos, Pedro levantava-se e se mexia, como quem estivesse dançando, para depois ser capturado pela boca da mãe novamente.

Sônia percebia que Pedro era diferente e que havia algo estranho e inexplicável. Sônia não sabia dar nome ao que o filho possuía e possui. Ela relatou que foi investigada uma síndrome, porém esta não tinha nome e não foi confirmada. Há um ano Pedro teve meningite e por um tempo perdeu a movimentação de um lado do corpo e foi diagnosticada “hidrocefalia leve”, porém quanto a este diagnóstico também não havia uma certeza. A mãe de Pedro relatou que iria requisitar o Benefício de Prestação Continuada -BPC para pessoa com deficiência, o qual é um benefício social de um salário mínimo para família em vulnerabilidade socioeconômica. Disse que caso este seja liberado ela terá mais tempo para dedicar ao filho, pois não precisará mais trabalhar.

Tudo em torno de Pedro parecia difícil de nomear. Era um bebê estranho, mas o que de estranho não era possível significar? Nasceu surdo? Se não era surdo que nome dar? Possui uma síndrome? Síndrome sem nome.

Sônia disse que, diferente de Pedro, seu filho caçula possui o diagnóstico confirmado de hidrocefalia e desde o nascimento era acompanhado por especialistas. Quando a genitora falava deste filho, a sua fala vinha carregada de uma tranquilidade de saber o que fazer e como cuidar do filho e de possuir um conhecimento sobre ele. Conhecimento que advinha da medicina.

Pedro repetia, na língua de sinais, insistentemente a mesma história sobre um rato que o pai matou e a criança chorou. Sua mãe, a princípio, disse que a história não era real, que seria algo qualquer que a criança viu na televisão, não acolhendo e ressignificando o que a criança dizia. A mãe relatou que o companheiro voltara a morar com a família naquela semana, mas não percebia o lugar de forte e protetor que a criança o colocava na história e, logo depois, lembrou que a história do rato era verdadeira.

Sônia disse que existiu um rato que foi morto e afirmou: “ele (Pedro) não poderia mesmo ter criado essa história”, ou seja, estaria colado naquilo que a palavra referencia na realidade. Quando ofereci minha atenção para a história contada pela criança a mãe se incomodou e projetou em mim o que sentia, disse “para Pedro, ele não para de fazer isso, deixa a moça falar com a mamãe.”

Tive a oportunidade de falar com a professora de Pedro na mesma semana e ela me disse sobre a história do rato. Perguntei o que achou da história e ela disse que a criança aprendeu os sinais e estava empolgado, por isso repetia o assunto, mas achava que não era verdadeira.

2^a sessão

O segundo encontro com a família permaneceu apagado para mim durante um tempo. Quando relatei o terceiro encontro o nomeei de segundo e este, nas minhas leituras, passava despercebido. Por coincidência, nesse encontro por várias vezes me senti despercebida por Pedro. Os atendimentos que se seguem foram realizados no domicílio porque a mãe de Pedro realizou uma cirurgia e não podia se locomover até a clínica.

Quando cheguei à residência Pedro estava dormindo no sofá. A mãe relatou que estava me esperando, porém a criança dormiu. Sentei-me próximo a Pedro, ele acordou e não trocou olhares. Pedro sentou no colo da mãe e permaneceu com o olhar vago, parecia que não percebia minha presença.

Pedro trocou olhares com a mãe e sorriu algumas vezes. A criança fazia sinal de que bebeu leite e que estava chovendo. Correu para fora da casa e voltou para dizer que estava chovendo e que o ônibus ia andar na chuva. Pedro ainda me ignorava e eu não suportei e chamei sua atenção. A mãe pediu que ele me olhasse e ele disse “oi” e voltou a correr, se jogava no chão, parecia dançar e o olhar sempre buscando o da mãe. Ofereci-lhe um lápis e uma folha. Ele buscou o olhar da mãe para aceitar. Eu lhe pedi que sentasse ao meu lado para fazer desenhos e ele não entendeu o sinal de “desenho”. Sentou-se ao meu lado e fez os sinais das sentenças “meu nome”, “posso escrever”? Dessa vez olhou para mim. Fez o sinal de cada letra de seu nome e a escreveu na folha sucessivamente. Sorria e esperava minha confirmação. Sua escrita era espelhada e de cabeça para baixo de modo que ficava “correta” para quem olhava de frente. A mãe surpreendeu-se e disse que não sabia que o filho era capaz de dizer e escrever o próprio nome.

Pedro continuava a escrever o próprio nome e me pedia ajuda quanto aos sinais de cada letra. Em um momento pediu que eu lhe esperasse, correu até o quarto e trouxe seu lápis. Mostrou o lápis e disse que não precisava do meu, continuando a escrever seu nome com seu próprio lápis. Mostrava sua escrita para a mãe, para o padrasto e para a irmã.

A importância do nome se fez latente nesse encontro. Um nome que podia ser dito e inscrito. Pedro apresentava sinais de que poderia escrever sua própria história com seu próprio lápis.

A mãe aprendeu o sinal de nome e queria que o filho aprendesse seu nome. Mostrei para Pedro os sinais do nome da mãe e ele reproduziu o dele mesmo. A mãe se decepcionou e pediu que eu dissesse o sinal de irmão. Sônia chamou a irmã de Pedro e reproduziu o sinal para dizer que ela era a irmã de Pedro, como se ele não soubesse até então.

Sônia disse que queria aprender Libras para falar com o filho. Perguntei-lhe como estava sendo este falar até então. Ela disse que eles possuíam alguns sinais familiares, porém eram pontuais e não conseguiam estabelecer uma conversa. Ela disse que achava estranho a criança sonorizar a palavra mãe, única palavra que sonorizava. Sônia se perguntava: “Como pode ele falar mãe se nunca ouviu mãe (nunca ouviu a mãe?)”. Me perguntou se um dia ele poderia falar se fizesse sessões de fonoaudiologia. Ela achava que não.

Durante a conversa, Pedro repetiu inúmeras vezes a mesma história, parecida com a história contada no primeiro encontro, mas dessa vez a mãe confirmou o ocorrido. Ele contou que “o pai matou o rato a pauladas, o bebê chorou, o rato correu, se escondeu, o pai não desistiu, bateu, bateu e bateu, o rato morreu”. A história foi contada diversas vezes e ele despediu contando novamente. Outra história se amarrava a esta, era a de que o irmão havia engessado as duas pernas, mas Pedro fazia o sinal que o irmão teve as duas pernas amputadas.

Pedro me acompanhou até a parte externa da residência, contanto a história do rato. Ao ver meu carro, fez o sinal de dirigir e do limpador do para-brisa. Perguntei se ele gostava de carro e ele disse que sim. Disse que andou de carro e estava chovendo. A mãe surpreendeu-se: “Nossa! Ele se lembrou do dia que pegou uma carona com o professor de Libras e estava chovendo”. E eu falei: “Nossa, que lembrança legal essa!”

3^a sessão

No terceiro encontro, ainda na casa da família, Pedro sentou-se ao meu lado e permaneceu olhando o material do atendimento. Eu fiz olhar permissivo de que ele poderia tocar. Ele escolheu livros infantis e começou a folheá-los. Não se interessou pela história que ali se contava nos desenhos, apesar de eu tentar relatá-las. Ao invés disso, começou a mostrar os sinais que sabia e que estavam desenhados no livro, como porco, pato, flor, navio e cinto, bem como as expressões faciais e emocionais, de raiva e tristeza, que os personagens dos livros demonstravam.

Mostrei para ele o patinho e sua mãe (fazendo o sinal de que a pata era a mãe do patinho). Nesse momento Pedro remeteu a uma lembrança, não de sua mãe, mas do pai, cuja referência é o sinal de moto, e disse que o pai estava dormindo e que iria sair de moto depois. O pai não aparecia no discurso da mãe, mesmo quando a criança o trazia para a cena. O pai permaneceu dormindo no quarto ao lado.

A mãe perguntou se o que ele estava sinalizando era o português e se Pedro sinalizava cada letra formando uma palavra e estas uma frase. Lhe expliquei que Libras é uma língua independente do português e que poucos sinais possuem uma referência na língua portuguesa. Além disso, disse-lhe que o surdo não fala por meio da soletração de palavras, isso seria impossível na comunicação. Em uma breve comparação, os sinais corresponderiam às palavras e um sinal poderia vir a expressar toda uma ideia. Ela disse que achava difícil, mas já aprendeu alguns sinais, outros ela inventava em casa. Disse que achava linda a língua de sinais e vê-la lhe dava emoção. O professor de Pedro lhe disse que tinha o sonho de ter um filho surdo só por causa da Libras e ela complementou “Libras é bonito mesmo, mas ele só fala que quer ter um filho surdo porque não teve”.

A mãe disse que parecia que o filho ouvia, pois quando tinha dois anos Pedro disse a palavra mãe e ela achou que ele ia falar, mas não aprendeu mais nada. Agora ele falava a palavra “não”. O professor disse que ela não poderia aceitar ninguém chamá-lo de “mudinho”, pois ele não era mudo e emitia sons o dia inteiro. Nesse momento Sônia questionou-se “é normal um surdo fazer isso, todo surdo fica fazendo esses sons?”. Relatou que não suportava mais, não aguentava mais ouvir isso.

Esses sons emitidos por Pedro remetiam a lalações e a criança utilizava diferentes entonações dependendo do que queira expressar. Assim, os sons eram diferentes quando ficava surpreso, feliz, bravo ou quando queria chamar a atenção para algo. Pedro não ouvia o que reproduzia, contudo ficava evidente que a emissão de sons causava efeitos em seu corpo e ele conseguia notar que tais sons também produziam efeitos no outro.

4^a sessão

Diante da fala da mãe, que dizia que comunicava com filho apenas por comandos simples, no quarto encontro, lhe perguntei “Você já pensou sobre os pensamentos de Pedro?” e ela respondeu “Nunca pensei se ele pensa”. Perguntei então “Nunca pensou se ele pensa?” e ela, assustou-se, e disse “Não, nunca pensei como ele pensa”.

Perguntei como são os pensamentos dela e ela disse que “pensa vozes, que fala consigo mesma”. Questionei: “E o Pedro? Como ele pensa então?” Ela respondeu que “não sabe dizer, nunca pensou sobre os pensamentos dele”. Disse a ela que o pensamento também era de imagens e não apenas de sons. Ela se surpreendeu e disse “É possível pensar apenas por imagens? Agora entendo quando Pedro fica quieto, parado, ele está pensando então”.

Entreguei uma folha e lápis de cores para Pedro. Ele fez um desenho de um menino com dentes faltando e olhos bem grandes. Mostrou que seus dentes estavam moles e caindo.

Pedro fez, também, um espelho, seguido do sinal de espelho. Disse que o menino do papel era ele. A mãe disse que ele cortou o cabelo no dia anterior e por isso ficava desenhando espelho. Falei para a mãe que ele estava dizendo sobre a própria imagem. Pedro observou o desenho bem de perto, fez o sinal de feio e apagou o rosto do menino. Refez o desenho com outra boca vazia, grande e aberta. Apagou de novo e fez dois olhos enormes no rosto inteiro, não tinha mais boca. Parecia não ser possível olhos e boca no mesmo rosto.

A mãe disse que Pedro chegou da escola com moedas e ela fez ele devolver. Disse: “Não gosto que ele carregue moedas porque pode querer engolir”. Perguntei se já aconteceu e ela disse que não, que, na verdade, a criança tinha nojo das coisas e não colocava nada na boca. Acrescentou que Pedro era chato para comer, pois não comia qualquer coisa.

A mãe falou novamente que até hoje não possuía um exame sobre a surdez do filho, que Pedro fez duas audiometrias, porém nenhuma deu certo. Na primeira ele estava gripado e na outra mexeu-se muito. Disse que na escola foram colocados fones em seu ouvido e ele não teve nenhuma reação. Já percebeu que ele “escuta” quando treme e tem um desenho que o som é alto e ele dança, mas sabe que ele “não escuta”. Sônia achava “engraçado” o fato de Pedro não escutar, mas saber a função de um fone de ouvido, porque toda vez que a mãe colocava os fones de ouvido, ele fazia o sinal do fone e começa a dançar.

5^a sessão

No quinto encontro a mãe falou sobre um buraco na cabeça de Pedro. Olhei para a cabeça da criança e não vi o buraco, vi uma massa no topo da cabeça em formato de bola. Perguntei se era um buraco e a mãe disse que era tipo um buraco, mas fechado. Disse que tem medo que Pedro bata a cabeça no chão e aconteça alguma coisa. A criança nasceu com essa

marca e, segundo Sônia, os médicos disseram que não prejudicaria em nada. Porém, Sônia acreditava que esse buraco causava algo e talvez tivesse relação com a síndrome sem nome.

Pedro disse que iria desenhar o próprio rosto e o desenho da boca bem grande e aberta apareceu novamente. Disse que ficou feio, apagou a boca e fez outra ainda maior. Desenhou o órgão sexual, me mostrou e disse que era fedido. Lhe apagou e a marca permaneceu, ele rabiscou e coloriu até ficar encoberta. A marca fica encoberta, mas não sem consequências, assim como as marcas iniciais da inserção no simbólico.

Pedro encontrou nos materiais um pandeiro e uma flauta. Primeiro soprou a flauta de forma sutil e fez o sinal de silêncio e que o pai estava dormindo no quarto ao lado, não podendo fazer barulho. Soprou o instrumento e colocou a mão na outra extremidade para sentir o ar saindo. Fechou os olhos ao tocar o pandeiro e possuía a noção que quanto mais forte batia mais alto era som. Batia bem devagar e nos olhava para ver nossa reação, depois batia bem forte e permanecia com os olhos fechados, sorria e divertia-se com a cena.

Pedro encontrou um balão de festa junina feito em dobraduras. Peguei uma folha e disse que iria lhe ensinar a fazer um, ele concordou. Comecei a ensinar e a criança não conseguia fazer algumas partes, lhe ajudei até que ele abandonou a atividade. A mãe não aceitou o trabalho inacabado do filho e começou a fazer um balão também. Pedro se mostrou incomodado, pegou seu balão ainda por fazer, fez uma bola e lhe descartou. Sempre movimentando o corpo, dando voltas ao redor da casa, rolando pelo chão, dançando e seguindo os rastros do irmão mais jovem.

6^a sessão

No sexto encontro tentei permanecer mais em silêncio e utilizar a Libras para me comunicar com a criança. Pedro não reagiu bem, se afastou e não queria ver os materiais que

eu trouxera. Para que ele me olhasse era necessário um desdobrar do corpo com gesticulações para chamar sua atenção. Porém, a sensação era de que eu estava forçando algo. Falar apenas em Libras não permitia as interferências da mãe, mas o olhar dele continuava buscando o dela a todo o momento.

Em determinado instante, o irmão mais novo de Pedro se arrastou até a porta onde o pai estava dormindo e lhe abriu. Pedro deu um grito assustado e pareceu dar uma bronca no irmão. Correu e fechou a porta. Eu perguntei quem estava lá dentro e mãe de Pedro disse que era seu companheiro. Perguntei se era o pai de Pedro e ela disse que não. Onde estava o pai?

Ela relatou que na única noite que ficou com o genitor de Pedro, ela engravidou e nunca mais o viu. Disse que morava em outro estado e quando mudou-se para Uberlândia descobriu que estava grávida. Já estava no quarto mês de gestação. O pai nunca soubera da existência de Pedro. Disse que tem vontade de procurá-lo para dizer que ele possui um filho e para saber se em sua família há algum surdo. Ela gostaria de descobrir a origem da surdez do Pedro.

Perguntei se a referência que Pedro tem de pai é o seu companheiro. Ela disse que não porque o casal briga e já se separaram várias vezes. A presença de um terceiro na relação mãe e filho era frágil e não sustentada.

7^a sessão

Neste encontro a relação desencontrada de mãe e filho se fez mais evidente aos meus olhos. A mãe falava de Pedro como se realmente ele não pudesse entender nada do que ela dizia. Ele observava tudo, como ela se comportava e como conversava comigo. Quando proponho uma brincadeira que incluía a Língua de Sinais, a mãe e a irmã tentaram por meio de adivinhações descobrirem como se jogava. Pedro tentava se aproximar, mas era atropelado por elas. Quando elas tentavam sinalizar em Libras, ele também reagia, corrigia e avaliava como estavam fazendo. Na maioria das vezes dizia que estava errado (mesmo que estivesse

certo), afinal a língua era dele. A mãe disse que um dia ele quase quebrou o dedo dela tentando fazer com que ela sinalizasse corretamente. Era ele que estava transmitindo para a mãe uma língua? Pedro começava a questionar o saber da mãe.

A mãe não se inseriu no aprendizado da língua de sinais, ao mesmo tempo em que se incomodava ao não entender o que o filho falava. Mostrava-se tranquila pelo fato de que agora ele estava aprendendo a se comunicar e a língua ficava no lugar de algo que serve só para comunicação.

A mãe de Pedro relatou que o filho definia o dia da análise como “Libras em casa”. E no dia anterior ela já lhe avisava que eu iria por meio destes sinais: “Amanhã tem Libras em casa”. Disse, também, que era muito bom eu (analista) saber Libras e poder ensinar um pouco para ela. Ela percebia que podia dizer outras coisas para o filho para além de ordens simples. Como contar para o filho que iria ao supermercado e iria trazer coisas gostosas para ele comer.

8^a sessão

A partir deste momento, as sessões de análise ocorreram na Clínica de Psicologia da UFU.

Pedro chegou à sessão e permaneceu sentado ao lado da mãe. Pedi que se sentasse-se à mesa, próximo a mim, onde se localizavam alguns brinquedos. Ele olhou para a mãe para que ela autorizasse e ela disse que sim. Ele sentou-se e permaneceu sem tocar nos objetos. Lhe mostrei alguns brinquedos e ele, então, iniciou a nomeação, em Libras, de cada objeto ou figura que via. Sempre interrogando a mãe se ela sabia dizer em Libras o nome do objeto e a mãe ora comemorava porque conhecia o sinal, ora me olhava pedindo ajuda.

Antes que eu pudesse dizer algo, Pedro auxiliava a mãe quando esta não sabia, lhe corrigia e lhe dava os parabéns. Perguntei para a mãe o que ela achava que Pedro estava fazendo e ela disse que a criança possuía o hábito de ficar nomeando todos os objetos e ensinando todos da família, porém queria saber se um dia ele poderia formar frases e entender um assunto “maior”. Perguntei o que seria para ela um assunto assim e ela disse que gostaria de contar para o filho que a avó chegaria de viagem naquela semana. Disse para ela tentar. Ela tentou dizer, mas não conseguiu. Pedro me olhou e pediu ajuda. Digo que sua mãe queria lhe dizer sobre a avó e que esta chegaria para lhe ver. A criança entende os sinais, porém não o sentido, porque o sinal de vovó ainda não parece remeter à sua avó. Então perguntei para a mãe como Pedro sinalizava quando falava da avó. A mãe mostrou o sinal e juntas contamos para Pedro que sua avó chegaria para visitá-lo.

Neste dia, a mãe relatou seu cansaço quanto às consultas médicas que Pedro estava realizando e o quanto sentia-se sozinha. Repetiu a justificativa de não ter procurado por médicos anteriormente, alegando que não tinha tempo e informação. Ela imaginava que Pedro poderia estar melhor hoje se tivesse ido ao médico. O melhor inclui a possibilidade de ouvir. Pedro realizou uma ressonância magnética e Sônia acreditava que esse exame seria revelador do que a criança possuía. Disse que os médicos lhe falaram que Pedro possui traços no rosto que indicavam uma síndrome, como os olhos puxados, as orelhas pontiagudas e o céu da boca aberto.

Pedro continuou durante a sessão nomeando os objetos e conferindo se a mãe sabia. Eu disse para Sônia, “Como é importante para Pedro que você saiba os sinais, tem hora que até mesmo mais do que ele mesmo saber”. Ela disse, “ele me olha toda hora você viu?”.

Quando Pedro apontava um objeto, como a borracha, comecei a lhe perguntar coisas sobre o objeto. Como: “Você possui borracha?”, “Usou ela na escola?”, “Como foi a escola hoje?”. E os assuntos “maiores”, como dizia a mãe, começaram a aparecer.

9^a sessão

Pedro começou a explorar a sala quando chegou para a sessão. Escolheu uma flauta e começou a soprá-la. Sônia perguntou: “Como pode um surdo tocar uma flauta?”. Falei para ela sobre as outras características da musicalidade, como ritmo, vibração e que não necessitaria de ouvir os sons da flauta para senti-los e produzi-los de maneira harmônica. Lhe contei sobre uma banda de surdos de Uberlândia, na qual os jovens surdos tocam diferentes instrumentos musicais. Ela surpreendeu-se com este fato e começou a realizar diversos questionamentos, que eram dúvidas íntimas, como: “Será que um dia Pedro vai poder ouvir? Será que ele vai ser como quando for adolescente? Vai conseguir trabalhar?”. Disse para ela que as dúvidas eram naturais de uma mãe frente ao futuro do filho e que, o mais importante, era ela vislumbrar este futuro, no qual Pedro estudava, trabalhava, namorava, ou seja, vivia.

Neste dia, peguei o quadro negro e gizes e começamos uma brincadeira de adivinhação. Eu iniciei. Desenhei um campo de futebol com jogadores e uma bola, de forma que Pedro não conseguia ver a imagem. Comecei a fazer sinais para que Pedro adivinhasse o que eu havia desenhado. Em pouco tempo descobriu. Ao ver o desenho, Pedro começou a contar uma história de um jogo de futebol que jogou na escola. Disse que chutava a bola com força e fazia gols.

Depois foi a vez de Pedro fazer o desenho para que eu adivinhasse. Começou a desenhar e pediu a ajuda da mãe. Os dois começaram a fazer sinais. Conseguí descobrir que se tratava de uma sala de aula. Então, Pedro começou a contar outra história. Disse que na sua sala ele ficava sentado, copiando a matéria e a professora falando em pé na frente dos alunos. Pedro fazia a boca da professora mexendo sem parar. Disse que algumas vezes a professora

brigava porque ele estava brincando com o colega. Pedro começou a dramatizar a cena, ora ele era professora que chamava a atenção, ora era o colega e ele brincando.

A mãe dizia, “Pedro está esperto, está conseguindo se lembrar de tanta coisa”.

10^a sessão

Nesta sessão, Sônia chegou com um amontoado de papéis e disse que havia descoberto o diagnóstico de Pedro. Disse que estava triste, que não esperava que fosse isso. Ela disse: “Nunca imaginei que seria isso, pensava na hidrocefalia... não sei explicar o que médico disse, mas é como se um lado da cabeça não falasse com o outro lado... e aí tudo fica complicado. Pedro tem outros problemas por causa disso, desgaste ósseo, deve ser por isso que fica caindo também, mas nunca pensei que seria energético”. Perguntei: “Energético?”.

Ela disse: “Isso, energético, aquilo que passa de mãe para filho, eu devo ter um gene ruim. Ainda bem que fiz laqueadura, se não teria mais um filho com problema. Como será que passei isso para ele? Será que tenho uma má formação no meu cérebro? O médico disse que outro sinal é a marca branca no dente de Pedro, mas eu não tenho essa marca”.

Sônia, na busca de um lugar “energético” para as marcas de Pedro, retomou a questão do pai biológico e que precisava reunir dinheiro para ir até a Bahia para encontrá-lo. Disse que um dia mostrou uma foto do pai para Pedro, mas esta foto foi apagada. Contudo, apesar de ser pequeno, Pedro lembrava-se da foto do pai. Um pai que estava apenas na imagem apagada.

Relatou que Pedro iria fazer uma audiometria naquela semana e que queria que o filho ficasse quieto para que o exame detectasse desta vez a surdez. Já que estava sendo descoberto o diagnóstico, que tudo fosse avaliado para que Pedro fosse tratado. Pedro percebeu que a mãe fazia um sinal no ouvido e quis saber sobre assunto. Disse para ele que sua mãe estava

dizendo sobre um exame que ele iria fazer. Ele sentou-se na cadeira e começou a simular o exame, o qual já tinha realizado outra vez. Eu entrei na simulação, fingindo que era o médico. E ele ficou gesticulando como responderia e como se comportaria. Ele sabia que tinha que ficar quieto. Sônia achou interessante e surpreendeu-se novamente com a capacidade do filho em imaginar as histórias e desenvolvê-las. Começou a sorrir e Pedro, percebendo o sorriso da mãe, começou a sorrir também. Então, aproveitei a ocasião, retomando o significante energético, e disse para a mãe: “É desta energia que Pedro precisa, essa você pode passar para ele. As genéticas não sabemos, essa outra sim”.

11^a sessão

Nesta sessão, Pedro chegou à clínica chamando o recepcionista por um nome em Libras. Ao entrarmos na sala de atendimento, contei para Pedro que eu possuía um sinal/nome dado pela comunidade surda e que me identificava. Ele o repetiu diversas vezes e contou que os irmãos e o padrasto possuíam sinais. Então lhe perguntei se sua mãe também possuía um sinal e ele calou-se. Pedro olhou para a mãe, fazendo os sinais de “não sei” e “o que fazer agora?”. Sônia disse que Pedro não lhe deu um sinal e que ele, quando mais jovem, pronunciava a palavra mãe. Contudo, tal pronunciamento foi silenciando-se e hoje não diz mais “mãe”. Relatou que Pedro, para chamá-la, emite um som alto sem discriminação.

Fiz para Pedro o sinal genérico de mãe e ele reconheceu que a mãe poderia ser chamada assim. Porém, esta mãe não era anônima e genérica, ela precisava de um nome próprio. Sendo assim, começamos em conjunto a soletrar o nome da mãe em Libras. Pedro também pediu para escrevê-lo e tal ação repetiu-se diversas vezes.

Depois, Pedro começou a explorar a sala em busca de brinquedos que lhe agradassem. Achou peças de um jogo de montar, peteca, bola, um ônibus e vários outros. Brincava um

pouco com cada um, sem necessitar de um olhar que lhe autorizasse a isso. Convidei-lhe para conhecer a clínica de psicologia e a sala de brinquedos. Ele animou-se e saiu pelos corredores olhando tudo ao seu redor. A mãe precisou ir ao hospital buscar um exame, enquanto Pedro terminasse a sessão. Foi embora e Pedro ficou sozinho comigo.

O levei para a sala de brinquedos e ele começou a explorá-la. Cada canto e cada caixa foram vasculhados. Ele parecia estar descobrindo o mundo, sem medo. Neste dia, encontrou um carrinho e teve prazer em fazê-lo circular pelos espaços da clínica, fora da sala de atendimento.

12^a sessão

Nesta sessão, Pedro começou a contar sobre o irmão caçula, que este tinha amputado as pernas. Pedi que ele me explicasse e ele disse que o irmão tinha ido para o hospital e voltado com as pernas amputadas. Sônia interrompeu o assunto, dizendo que já se passou muito tempo deste fato e que o filho caçula operou e engessou as duas pernas, e Pedro falava que o irmão tinha cortado as duas pernas. Deixei de lado esta explicação e continuei explorando aquela fantasia de Pedro. Perguntei para ele como que o irmão fez sem as pernas e ele disse que o irmão ficava se arrastando, feito uma cobra, e que depois o médico colocou as duas pernas de novo no lugar. Mas as pernas não funcionam mais.

A demanda por um nome para a mãe surgiu novamente. Ele começou a fazer o sinal dos irmãos, do padastro e o meu. Olhava para a mãe e ela ainda não tinha um nome. Nós (eu, Pedro e Sônia) começamos a soletrar as letras do nome da mãe. Eu fazia primeiro e Pedro ficava olhando. Depois tentava soletrar e só lembrava do “S”, e começava a rir. Pedro pegou uma folha e começou a escrever o nome da mãe, pedia para que eu fizesse o sinal e ele fazia a

letra no papel e depois a soletrava. Contudo, parecia lembrar apenas do “S” e se divertia com isso. O “S” do nome da mãe era o que mais Pedro repetia, esquecendo-se das demais letras.

Logo, esse ‘‘S’’, que insistia em permanecer provocando risos, foi o início da construção de um nome para a mãe. Enquanto o “S” era dito por Pedro, Sônia sorria e demonstrava satisfação. Foi então que a covinha do sorriso da mãe foi apontada por Pedro e o nome, enfim, se formou: a letra “S” junto à covinha da mãe. A mãe ficou tão satisfeita, que não se continha corporalmente, sorria e queria chorar. E ela disse: “Então meu nome é esse”.

13^a sessão

Pedro na sala de espera começou a me contar que estava utilizando botas novas e que sua roupa era bonita. Lhe digo que são bonitas mesmo e ele mostra para o recepcionista da clínica de psicologia, chamando o mesmo pelo seu sinal (Pedro lhe deu um sinal/nome).

Pedro entrou na sala de atendimento e começou a brincar com diversos materiais. Encontrou um ônibus de brinquedo e começou a andar com ele pela sala. Depois achou uma peteca e começou a jogá-la para mim e para sua mãe, tentando tornar o jogo difícil para nós, colocando força e impedindo que eu e mãe conseguíssemos pegar a peteca. Pedro divertia-se ao ver a mãe se atrapalhando nos movimentos.

A mãe contou que Pedro parou de comer com a boca aberta depois que começou a fazer análise. Neste momento, Pedro começou a contar que comia com a boca aberta, mas era feio, e agora come com a boca fechada e devagar. Perguntei para ele: “E se for uma comida gostosa?”. Ele riu e disse que a boca abre um pouco.

Pedro encontrou um jogo da memória e começamos a brincar. A cada vez que ele acertava, ele vibrava, fazendo o sinal de palmas em Libras. E eu vibrava junto com ele. De repente, comemorei batendo palmas e fazendo sons e Pedro logo desconcertou-se e sorriu,

dizendo que eu estava “doida” e que ele era “surdo”. Dentre as peças do jogo da memória havia uma com a figura de um pão. Pedro encontrou seu par e comemorou e disse “achei o outro peixe” (fez o sinal de peixe para designar o pão). Logo que sinalizou, demonstrou surpresas e gargalhou. A língua estava tropeçando.

14^a sessão

Nesta sessão, Sônia disse que o resultado do exame de audiometria de Pedro apontou para a surdez profunda. Porém, não era possível afirmar as causas. Disse que o médico do filho acreditava na possibilidade de Pedro utilizar aparelho auditivo e se isto viesse a ocorrer queria que eu estivesse presente. Sônia disse que encheu-se de esperança com a possibilidade do filho ouvir e ficava imaginando como Pedro iria reagir quando ouvisse o som da voz da mãe.

Disse de novo sobre seu desejo de encontrar o pai de Pedro, mas não possuía dinheiro para viajar a sua procura.

Pedro iniciou um jogo que possuía um tabuleiro com diversas imagens e precisava achar as fichas correspondentes a elas. Como, por exemplo, ligar a imagem do leite à figura da vaca. Sônia observava o modo como filho fazia as associações e depois arriscou-se a brincar com o filho. Em determinado momento promoveu um engano quanto ao uso do sinal referente à expressão “cor laranja”. Este sinal, se realizado com mesma configuração de mão na região da testa significa “aprender” ou, em outros contextos, se realizado na região da boca, pode significar “chupar laranja” ou “sábado”. Sônia queria dizer fruta laranja e disse aprender. Pedro não lhe corrigiu, mas achou estranho e engraçado o que a mãe disse e modo como esta reagiu. A cada vez que Sônia tentava refazer o sinal, mas se atrapalhava. Assim, a língua falhava e abria espaço para a falta.

2. Caso Gabriel

1^a sessão

Na primeira sessão, a mãe chegou acompanhada da criança e o encontro foi marcado por um intenso desconforto. Gabriel já na sala de recepção começou a dizer que queria ir embora, pronunciava “embora” e fazia o sinal de ir embora, todo o seu corpo se retorcia e se escondia atrás da mãe. Perguntei se ele queria conhecer a sala de brinquedos da clínica e ele continuava a repetir que queria ir embora. A mãe insistiu que ele deveria entrar e assim entramos com a criança repetindo “embora”. Entramos na sala de brinquedos e esta parecia não lhe agradar e, ainda pedindo para ir embora, Gabriel viu um fantoche de cavalo e assim começou a repetir a palavra cavalo. A mãe disse que ele adorava cavalo.

Gabriel pegou o fantoche e caminhamos para a sala de atendimento com ele ainda repetindo que queria ir embora, acrescentando a palavra cavalo à sua fala, de modo que isso perdurou durante a entrevista. A mãe permanecia estranhamente calma, digo que era estranho porque parecia ignorar que filho apresentava um desconforto. Expliquei-lhe sobre a pesquisa e a proposta da realização das sessões de análise e ela disse que era isso que seu filho precisava, porque na escola era julgado pelo “comportamento hiperativo” e “agitado”.

2^a sessão

Na segunda sessão, Gabriel continuava a repetir a palavra “embora” de modo insistente e ainda apresentava um desconforto que transparecia em seu corpo. Ainda na sala de espera encontrou uma pedra que servia de enfeite e lembrou-se de seu peixe que havia

morrido e, assim, as palavras que começaram a ser repetidas eram “peixe morreu”. A cada vez que repetia “peixe morreu”, aumentava seu nível de tensão corporal, com batidas dos pés no chão, choro, braços se esticando e encolhendo, parecia que suas palavras entravam em uma órbita sem fim, não adquirindo sentido. Criava-se um ambiente tumultuoso e a mãe permanecia tranquila e falava pouco. Contou que o peixe vermelho da criança morreu e que Gabriel o encontrou morto no aquário. Ao ouvir a palavra vermelho, Gabriel começou a repeti-la, de modo ininterrupto. Perguntei para ele: “*Você gosta de comer peixe?*”. A criança parou de repetir as palavras, fez-se um corte e ele disse que gostava e sorriu. Depois pediu para a mãe comprar um peixe vermelho novo para colocar no aquário. A maioria das palavras que Gabriel pronunciava precisava ser traduzida pela mãe porque eu não as compreendia.

A mãe contou sobre a história de Gabriel, disse que a criança não nasceu com problemas auditivos, contudo quando tinha 6 meses teve meningite e perdeu a audição bilateral, adquirindo surdez profunda. Relatou que era um bebê agitado e que quando completou 1 ano e 8 meses foi colocado um implante coclear. Disse que Gabriel rejeitou o implante por muitos anos, permanecendo com o aparelho desligado. Somente aos cinco anos, idade atual, ele aceitou utilizar com tranquilidade o aparelho. A mãe relatou que a princípio começou a comunicar-se com a criança através da língua de sinais (que aprendeu assistindo vídeos na internet), porém quando Gabriel iniciou sessões de fonoaudiologia, ficou proibido comunicar-se na língua de sinais. Assim, há primeiro a perda da audição e depois a perda da língua que estava compartilhando com os pais. Durante o atendimento, percebi que Gabriel utilizava alguns sinais caseiros para comunicar-se.

3^a sessão

Nesta sessão, a história sobre o peixe vermelho morto permaneceu, contudo, o desconforto apresentado por Gabriel diminuiu. Ofereci uma folha com lápis de cores para ele e a criança fez um desenho de seu aquário com peixes. Percebi que o “olhar” causava desconforto na criança, lhe fazia encolher e pedir para ir embora. Quando não o olhava, ele apresentava-se mais espontâneo, começando a explorar a sala de atendimento. Gabriel olhava os brinquedos e pedia para que eu os pegasse e os colocasse encima da mesa. Disse que ele podia pegar e ele permanecia esperando que eu fizesse por ele.

A mãe relatou que em casa a criança apresentava o mesmo comportamento de repetir as mesmas palavras o dia todo, que, em alguns momentos, ela pensava que iria “enlouquecer” diante destas repetições. Disse que percebeu que se uma palavra diferente é utilizada no meio da frase que ele está repetindo, como observou na outra sessão, a criança para de repetir e consegue prosseguir com seu discurso.

Relatou que se sente cansada e sozinha no cuidado da criança, que seu marido não faz-se presente e, também, ela contribuiu para este afastamento, porque não permitia que ninguém lhe ajudasse com os cuidados por medo de acontecer algo de ruim com a criança. Considerava que Gabriel era frágil e não sabia defender-se. Agora, disse que percebe o quanto tal atitude influenciou na relação dos dois, pois Gabriel quer permanecer “grudado” a seu corpo o dia todo.

4^a sessão

Na quarta sessão, Gabriel disse que queria entrar sozinho para a sala de atendimento. Demonstrou confiança e passos firmes, se direcionou para a sala sem olhar para traz, entrou e começou a procurar por cavalos. A criança procurou por todos os cavalos disponíveis na sala, os reuniu junto aos caminhões e outros objetos, de modo a empilhá-los e amarrou os cavalos

aos outros. Ao final formou-se uma pilha de objetos, sem mais espaço e tudo prestes a desmoronar. E os cavalos presos.

Quando tentei brincar com os cavalos, fazendo-os movimentar, Gabriel me impediu e disse que os cavalos não poderiam sair dali. A sala de atendimento tonou-se um amontoado de brinquedos.

Ao final da sessão, a mãe da criança entrou na sala de atendimento e informou que ele começou a fazer sessões de equoterapia. Disse, também, que o filho não estava querendo ir para a escola. Que nestes últimos dias o filho estava “aburrido”.

5^a e 6^a sessões

Nestas sessões, Gabriel permaneceu com o mesmo brincar. Primeiro encontrava todos os cavalos na sala, os reunia e amontoava os cavalos com outros objetos (pedaços de madeira, caminhões, bonecos) encima da mesa, até não ser mais possível e os brinquedos começavam a desmoronar. Até mesmo a casa de brinquedo foi parar encima da mesa. Perguntei o que os cavalos iriam fazer e ele repetia a palavra cavalo.

Na quinta sessão improvisei cocheiras e disse que os cavalos estavam com fome e sede. Ele levou os cavalos para comer e beber água e encontrou outros objetos para servir de comida. Os cavalos finalmente foram libertados por um momento.

Na sexta sessão, como mencionei, os cavalos e demais objetos foram reunidos encima da mesa. Gabriel lembrou que os cavalos podiam comer e beber água e dramatizava estas ações. Introduzi uma nova maneira dos cavalos estarem ali. Disse que os cavalos podiam brincar e Gabriel deixava os cavalos brincarem por alguns segundos e os prendiam novamente.

Na sexta sessão, a mãe informou que Gabriel iria fazer cirurgia para colocação do implante coclear no outro ouvido. Disse que não queria que o filho fizesse a cirurgia, mas, nos últimos meses, Gabriel pedia com frequência para colocar o aparelho na outra orelha.

7^a sessão

Na sétima sessão, Gabriel encontrou um boneco e o colocou junto aos cavalos. Perguntei quem era o boneco e Gabriel disse que era o “menininho”. O menininho subia no cavalo, mas não saía do lugar. Encontrei outro boneco e comecei a brincar com os cavalos. Disse para Gabriel que iria andar a cavalo e corri com o cavalo, pulando por entre os objetos empilhados. Ele foi atrás com seu cavalo e depois começou a brigar com o meu, dizendo para parar. Pegou o meu cavalo e o prendeu. Disse que o menininho estava chorando e me entregou. Começou a brigar com o boneco e pareceu lhe dar uma “bronca”, encenei com o boneco o choro e ele repetia: “chorou, chorou, chorou”. Gabriel disse “agora pode”. Peguei o menininho e o coloquei para andar com o cavalo. Gabriel então disse “chega!” “para”, “chorou, chorou, chorou” e assim repetiu-se a brincadeira algumas vezes.

A mãe disse que as brincadeiras de Gabriel em casa estavam mais criativas. Que antes ele reunia todos os cavalos e objetos em um espaço e depois desfazia. Agora cria algumas histórias com os cavalos, estava dando vida aos cavalos.

A mãe relatou que Gabriel tomava um medicamento semelhante à Ritalina, mas não soube informar o nome. Disse que a médica suspendeu temporariamente a medicação para substitui-la por outra e percebeu que o remédio não fazia grandes diferenças para Gabriel, pois ele continuava dormindo bem e as “outras partes” faziam parte dele mesmo. Perguntei o que seriam essas partes e ela disse que eram a teimosia e o ritmo acelerado. Disse que hoje consegue aceitar o jeito do filho. Contudo a escola estava lhe recriminando por ter suspendido

a medicação e qualquer comportamento que o filho apresentava, a escola alegava que era a falta do remédio. Por exemplo, em um dia Gabriel estava chorando e pedindo para ir embora. A diretora logo chamou os pais e disse que ele estava em crise. Ao conversar com Gabriel, a mãe percebeu que a criança estava ansiosa com o aniversário da irmã, que aconteceria naquele dia.

A mãe relatou que Gabriel adaptou ao novo implante coclear e desligava o aparelho poucas vezes. Disse que o médico explicou que o ouvido esquerdo de Gabriel será como o de um bebê, que este ouvido nada vai entender, nem mesmo o próprio nome e terá que aprender tudo do zero.

8^a sessão

Na oitava sessão, Gabriel, ainda na sala de espera, disse que não queria entrar e que queria ir embora. Tinha em mãos uma maquete feita na escola, que representava a natureza, com um lago, peixes, árvores, pássaros e felinos. Perguntei se podia vê-la e ele disse que não e a retirou de perto de mim. Sentei ao seu lado na sala de espera e ele se retirou para fora da clínica. Ele fazia o gesto de que iria me agredir e expressões de raiva. Falou para a mãe que eu era brava. Eu permaneci lhe olhando. A mãe disse que ele deveria entrar para a sala de atendimento e, então, Gabriel se direcionou para a sala andando na minha frente e olhando para traz para ameaçar-me com gestos de tapas e expressões de fúria. Entrou na sala e sentou-se. Eu sentei ao seu lado. Gabriel não permitiu que a porta fosse fechada. Ele começou a olhar as figuras de um jogo de memória, as quais eram animais e encontrou uma arara azul. A criança disse para eu ficar sentada e lhe esperar. Ele correu até a sala de espera e trouxe a sua maquete de animais. Gabriel mostrou que ele também havia feito uma arara azul igual a do desenho. Encontramos outros desenhos que também tinham representantes na maquete. Eu

parei de lhe olhar e ele se acalmou. Mostrei-lhe uma cobra de brinquedo que se parecia com a sua cobra da maquete. Ele pegou um objeto de madeira e bateu na cobra de brinquedo, quanto mais eu fazia a cobra movimentar-se, mais ele batia nela e gritava bem alto. No fim, Gabriel pegou a cobra e jogou-a no lixo.

Gabriel pegou sua maquete e dirigiu-se à sala de espera, a mãe veio ao seu encontro para entrar na sala de atendimento. A mãe disse que não havia motivos para o filho estar “nervoso”. Relatou que em casa a criança estava tranquila e observou que desde que iniciou os atendimentos na clínica, Gabriel parou de repetir as mesmas palavras de modo insistente.

Gabriel, quando chegava à clínica já solicitava para a mãe o aguardar na sala de espera. Lhe dava uma ordem e lhe mostrava onde deveria permanecer. Assim, entrava na clínica “dono de si e do espaço” e caminhava em direção à sala de atendimento (que foi sempre a mesma desde o início).

9^a sessão

Na nona sessão, Gabriel queria encontrar o cavalo branco e não conseguia. Procurou em todas as caixas, dentro do armário, fez um terremoto dentro da sala e o cavalo não apareceu. Tinha mais de 20 cavalinhos na sala, mas o branco não tinha. Procurei o cavalo com ele por um tempo, até que o chamei, pedi que se sentasse e lhe disse “não tem cavalo branco, alguém levou ele”. Ele surpreendeu-se e quis saber mais. Lhe contei que outras crianças frequentavam a sala e brincavam com os cavalos, mas que estava tudo bem. Ele quis saber se as outras crianças brincavam com a fazendinha e assim, a angústia pela perda do cavalo passou, pelo menos naquele dia. Contudo, a primeira a suportar que o cavalo branco não estava ali, fui eu.

Ao final da sessão, Gabriel queria levar a fazendinha com ele, percebi um medo de perder a fazendinha e a necessidade de que, naquele dia, ele precisava ter uma certeza de que ela estaria lá quando ele voltasse.

A mãe entrou no atendimento ao final da sessão e ele disse para ela que queria levar a fazendinha embora. A mãe disse que ele não podia e que ele iria ganhar uma de presente. Porém ele queria aquela. A mãe insistiu que ele iria ganhar uma mais bonita e ele aceitou a ideia. Porém, não deixou de observar como e onde eu guardei a fazendinha na sala.

Nesta sessão ocorreu uma mudança, Gabriel começou a dizer que não queria ir embora. E a angústia de ir embora se estendia aos objetos que deixaria na clínica. Havia um sentimento de pertencimento ao local e posse dos brinquedos e da analista.

10^a sessão

Na décima sessão, Gabriel pediu para ir à sala de brinquedos e antes que eu dissesse sim ou não, saiu correndo pelo corredor e se direcionou para a referida sala. Ele queria escolher um brinquedo de seu gosto. Interessou-se por um fogão (que vinha acompanhado por panelas, pratos e talheres). Levou-o para a sala de atendimento e começou a montá-lo. Depois iniciou uma brincadeira de fazer café, macarrão e outras comidas, e pedia que eu as comesse. Se divertia com a cena e a repetia.

A mãe de Gabriel passou a trazer para a clínica a filha mais nova devido a não ter com quem deixá-la no momento do atendimento. Gabriel então começou a solicitar que a irmã entrasse nos atendimentos e não aceitava o contrário, gritando e chorando na sala de atendimento. Percebi que Gabriel orgulhava-se em mostrar para a irmã os brinquedos na sala de atendimento e como brincava. No princípio ele não incluía a irmã em suas brincadeiras e parecia não se importar com os brinquedos que a irmã escolhia brincar. Até que esta começou

a influenciar nas suas brincadeiras, mexendo nos brinquedos que ele estava utilizando. A irmã, em algumas ocasiões parecia fazer o papel de “mãe”, que dá ordens, que não gosta de bagunça e que não deixa Gabriel gritar. Ora queria quebrar regras e testar os limites, e nesta última posição ela atraía os olhares de Gabriel, que então queria entrar na mesma brincadeira que ela. Deste modo, os dois uniram-se para tornar as brincadeiras nada convencionais.

Gabriel, durante o tempo das sessões, solicitava para ir ao banheiro e exigia minha presença. Eu lhe levava até a porta e dizia que ficaria do lado de fora lhe esperando. Neste dia, ele começou a gritar dentro do toalhete e insistia para que eu permanecesse. Então eu fiquei na porta, do lado de fora, olhando-o pelo espelho. Ele utilizou o toalhete e em alguns momentos conferia se meu olhar permanecia, de modo especular, o olhando. Assim, ele acalmou-se.

11^a sessão

O fogão de brinquedo se tornou o objeto a ser buscado por Gabriel na sessão. Quando estava faltando alguma peça no brinquedo, ele pedia para ir à sala de brinquedo para pegar outro exemplar.

Nesta sessão, foram oferecidas tintas para as crianças brincarem e papéis. Maria, a irmã de Gabriel, começou a fazer desenhos no papel e Gabriel foi à procura do fogãozinho, mas não bastava ser apenas um, precisava ser dois. Assim, correu até a sala de brinquedos e buscou outro. Gabriel montou os dois brinquedos em cima da mesa e por cima dos desenhos da irmã. Isto irritava Maria, porém Gabriel insistia em derrubar o que a irmã estava tentando construir. Gabriel, então, resolveu transformar as tintas em comidinhas para serem feitas no fogão. Criou algo novo.

12^a sessão

Na décima segunda sessão, Gabriel, cada vez mais livre para mostrar seu desejo, passou a explorar os objetos da sala para além das supostas funções concretas dos mesmos. Um brinquedo chamado “Cai, não cai”, composto de um cilindro, palitos para transpassar este cilindro e bolas, que apoiadas na rede criada pelos palitos não devem cair, se tornaram balas de um revólver. Primeiro, o revólver atirava dentro do cilindro. Depois, Gabriel começou a atirar nos fantoches que estavam na sala. Pediu para que eu animasse os fantoches. Quando eu dava vida aos mesmos, Gabriel atirava emitindo sons altos e esperava os bonecos caírem. Depois esperava minha reação, se eu fizesse os fantoches levantarem, ele simulava um susto e atirava de novo. E assim o fez várias vezes.

Gabriel brincava com os significantes morto/vivo e matar/ressuscitar. Nesta brincadeira eu tentava surpreender Gabriel, acordando os fantoches antes do esperado ou escondendo para que eles não recebessem as balas. E Gabriel passou a antecipar minhas ações, tentando prever como eu iria burlar o jogo, além de experimentar o papel de quem está no controle, que decide sobre a vida dos fantoches e o que eles podem fazer.

13^a sessão

Na décima terceira sessão, Gabriel começou a procurar algo cuja pronúncia eu não conseguia entender. Gabriel estava tenso e procurava por toda a sala de atendimento, revirou o armário e encontrou o que procurava. Me implorou que eu encontrasse o objeto e fez uma mímica do que seria, era um cavalo que dava coices. Lembrei de qual brinquedo ele dizia e ele sentiu-se mais aliviado. Conseguí entender o que ele dizia, ele queria o “cavalo bravo”.

Pedi que fôssemos até a sala onde são guardados os brinquedos, procurou nas caixas e nos lugares mais escondidos, mas o cavalo não estava.

As caixas azuis que ficam no canto da sala chamaram sua atenção. Estas caixas são utilizadas por alguns psicólogos para guardar os brinquedos da criança acompanhada até que ela receba alta, o restante dos profissionais e dos pacientes não podem utilizar aqueles brinquedos. Advinha pelo o que Gabriel interessou-se? Pelo que estava proibido e escondido naquelas caixas. Mas do que encontrar o cavalo, ele queria agora saber o que as outras crianças guardavam naquelas caixas e vai que, de repente, seu cavalo estava lá. Por uns instantes não soube o que fazer, ou dizia para ele sobre as regras da clínica ou permitia que ele desse uma espiadinha no proibido. Antes que me posicionasse, Gabriel viu uma caixa, que de tão cheia, tinha brinquedos escapando pela tampa. Então, já que não podia abri-la, pegou duas espadas que estavam caindo da caixas. Brincou rapidamente e guardou. Olhou para mim, como se nós dois fôssemos cúmplices de um crime e saiu gritando pelos corredores. Gabriel não tinha uma caixa com seus brinquedos próprios, mas percebi que a sala de atendimento foi tornando-se um lugar de pertencimento para ele.

14ª sessão

Gabriel demonstrou querer retomar todas as brincadeiras e brinquedos que tem apresso na análise: o cavalo bravo, o curralzinho, os menininhos brincando na casa de madeira, os caminhões e jogo de ferramentas. Alguns brinquedos já não estavam mais no local e não foram encontrados. Gabriel mostrou-se angustiado com a ausência deles, mas não mais por muito tempo. Logo encontrou outros brinquedos ou reinventou os que estavam disponíveis. Ir à sala de brinquedos antes de começar a análise se tornou um hábito para ele.

Gabriel queria poder escolher o que iria brincar no dia, mesmo que os brinquedos fossem repetidos.

Então, ele chegou à clínica e já puxou-me pelo braço em direção à sala de brinquedos, falando em um tom alto que chamava a atenção de todos que estavam no local. Já havia percebido, em outras sessões, que o som do ventilador lhe causa incomodo. Assim, quando entrou na sala de atendimento, Gabriel percebeu que o ventilador estava ligado e falou que era ruim o barulho e o desligou.

Nesta sessão, logo após desligar o ventilador começou a fazer um barulho incessante com ferramentas de brinquedo da construção civil, batia tanto com os brinquedos que meus ouvidos chegavam a estralar. Perguntei para ele se aquele barulho era bom e ele disse que sim. Comecei a fazer batuques com a mão e ele se entusiasmava. O barulho constante do ventilador, que possuía um tom grave, lhe incomodava, mas o barulho feito por ele, o qual era agudo, forte e terminava rápido, lhe era prazeroso.

Depois de brincar de consertar e estragar o brinquedo com ferramentas diversas (chave de fenda, cerrote, martelo), ele disse que estava cansado e iria dormir. Me levantei e apaguei a luz para que ele pudesse dormir. Ele começou a dar gargalhadas e fingia estar dormindo. Pedia para que eu ascendesse a luz e acordava. Eu apagava novamente e ele dormia. Assim, começamos uma brincadeira de dorme/acorda ou morto/vivo.

A irmã de Gabriel estava presente na sessão, mas de modo menos atuante. Estava brincando com outros materiais e não interagia com o irmão. Em determinado momento, Gabriel começou a brincar com a casa de madeira, colocando os cavalos dentro da casa, em diferentes papéis: dormindo, comendo, no banheiro, assistindo televisão. A irmã ficou irritada com os cavalos, dizendo que uma casa não poderia ser composta de cavalos, mas sim de menininhas. Sentou em um canto e ficou emburrada. Gabriel continuou brincando e olhava a irmã de longe para ver o que ela iria fazer. A irmã então pegou o restante dos cavalos na caixa

(que eram muitos) e despejou dentro da casa. Tal atitude angustiou Gabriel, que pareceu incomodado com o excesso do ato. A irmã repetia, “Quer cavalo? Então toma todos, agora dá um jeito de colocar todos na casa”. Perguntei para Gabriel o que ele poderia fazer com aqueles cavalos amontoados e ele disse que tinha que achar um lugar para eles, e assim foi alocando os cavalos pelos cômodos da casa.

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada _____, sob a responsabilidade dos pesquisadores Camila Campos Curcino Vieira, mestrandna em Psicologia no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, e João Luiz Leitão Paravidini, Professor Doutor no Instituto de Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia- UFU. Nesta pesquisa nós estamos buscando a compreensão do desenvolvimento psicológico da criança com surdez e as posições familiares diante deste tema, como os sentimentos, emoções e comportamentos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Camila Campos, a ser lido e esclarecido na Clínica Psicológica da UFU. A obtenção do termo ocorrerá antes da coleta dos dados.

Na sua participação, você será submetido a uma entrevista, a qual tratará de questões referentes ao relacionamento e interação familiar, bem como as emoções e afetos despertados diante da surdez do filho. Caso alguma pergunta cause constrangimento e desconforto, não é necessária a resposta, e a qualquer momento poderá desistir de participar sem nenhum prejuízo.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Os gastos com transporte público para deslocamento dos participantes para a Clínica Psicológica serão custeados pelos pesquisadores, oferendo os recursos para a criança e um responsável. Salienta-se que a demanda da família por atendimento psicológico será atendida independente de sua aceitação na participação da pesquisa.

Os riscos consistem na possível identificação dos participantes da pesquisa que será minimizado com a não identificação com dados pessoais da família participante e cuidado no manuseio dos materiais coletados. As anotações realizadas sobre os atendimentos serão responsabilidade dos pesquisadores, que garantirão seu sigilo e a não identificação dos participantes da pesquisa. Além disso, caso apresente algum desconforto ou verbalize não querer participar, não prosseguiremos com a pesquisa. Os encontros podem despertar sentimentos e dúvidas, as quais podem ser acolhidas conforme a necessidade, e caso decida não participar da pesquisa, poderá desistir a qualquer momento sem custos ou prejuízos. A pesquisa poderá trazer benefícios no que diz respeito ao melhor entendimento sobre o tema, à produção de conhecimento na área e à contribuição para possíveis práticas com esta população, com intervenções em diversos âmbitos, como saúde, escola e equipamentos sociais. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Camila Campos Curcino Vieira e João Luiz L. Paravidini no endereço Avenida Pará, 1720, Umuarama, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, telefone de contato (34) 32251505. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131.

“O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o

desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde”.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS

Considerando a sua condição de responsável legal pelo menor _____, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele participe da pesquisa intitulada _____”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Camila Campos Curcino Vieira, mestrandna em Psicologia no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, e João Luiz Leitão Paravidini, Professor Doutor no Instituto de Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia- UFU. Nesta pesquisa nós estamos buscando a compreensão do desenvolvimento psicológico da criança com surdez e as posições familiares diante deste tema, como os sentimentos, emoções e comportamentos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Camila Campos, a ser lido e esclarecido na Clínica Psicológica da UFU. A obtenção do termo ocorrerá antes da coleta dos dados.

Na participação do menor sob sua responsabilidade, ele participará de atendimentos psicológicos na Clínica Psicológica da UFU, com a utilização de materiais lúdicos adequados à sua faixa etária que permitam sua livre expressão. Sua colaboração com a pesquisa consiste em permitir que a criança pela qual é responsável, participe de atendimentos psicológicos com a psicóloga Camila Campos, no qual por meio do brincar e do diálogo, serão observados características relacionadas ao desenvolvimento psicológico da criança. Para a compreensão do desenvolvimento psíquico serão realizados, também, atendimentos com seus responsáveis para construções conjuntas. A pesquisa contará com ____ encontros com duração máxima de 1 hora cada. Os atendimentos psicológicos serão realizados na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, uma vez por semana, nos dias e horários que a criança e

seu responsável tenham disponibilidade. Os gastos com transporte público para deslocamento dos participantes para a Clínica Psicológica serão custeados pelos pesquisadores, oferecendo os recursos para a criança e um responsável. Em nenhum momento, nem o menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele e a sua serão preservadas. Nem ele nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa.

Os riscos consistem na possível identificação dos participantes da pesquisa que será minimizado com a não identificação com dados pessoais da família participante e cuidado no manuseio dos materiais coletados. As anotações realizadas sobre os atendimentos serão responsabilidade dos pesquisadores, que garantirão seu sigilo e a não identificação dos participantes da pesquisa. Além disso, caso a criança apresente algum desconforto ou verbalize não querer participar, não prosseguiremos com a pesquisa. Os encontros podem despertar sentimentos e dúvidas, as quais podem ser acolhidas conforme a necessidade, e caso decida não participar da pesquisa, poderá desistir a qualquer momento sem custos ou prejuízos. Salienta-se que a demanda da família por atendimento psicológico será atendida independente de sua aceitação na participação da pesquisa.

A pesquisa poderá trazer benefícios no que diz respeito ao melhor entendimento sobre o tema, à produção de conhecimento na área e à contribuição para possíveis práticas com esta população, com intervenções em diversos âmbitos, como saúde, escola e equipamentos sociais. Ao assinar este termo, estará concordando com futuras publicações dos resultados na dissertação do mestrado e artigos científicos, com a identidade da criança e da família preservadas.

A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao menor sob sua responsabilidade. Até

o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do menor sob sua responsabilidade da pesquisa.

O menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Camila Campos Curcino Vieira e João Luiz L. Paravidini no endereço Avenida Pará, 1720, Umuarama, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, telefone de contato (34) 32251505. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131.

“O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde”.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu, responsável legal pelo menor, _____, consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

Apêndice D

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa _____ será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos Participantes da pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Autorizo os pesquisadores Camila Campos Curcino Vieira (mestranda) e Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (orientador) a realizarem as seguintes etapas de sua pesquisa: atendimentos psicológicos com crianças surdas e entrevistas com seus familiares. Tais atendimentos serão realizados em espaço oferecido pela instituição, em local que garanta privacidade e tranquilidade para o desenvolvimento da pesquisa, utilizando-se da infra-estrutura desta Instituição.

ANEXO**Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa**

The screenshot shows a screenshot of the Plataforma Brasil website. At the top, there is a navigation bar with the Brazilian flag, the word "BRASIL", and links for "Simplifique!", "Participe", "Acesso à informação", "Legislação", and "Canais". Below the navigation bar, the "Plataforma Brasil" logo is visible, along with tabs for "Público", "Pesquisador" (which is selected), and "Alterar Meus Dados". A user profile picture and the name "CAMILA CAMPOS" are also present. On the left, there is a sidebar with a "Cadastros" link. The main content area has a title "DETALHAR PROJETO DE PESQUISA" and a section titled "DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA". Inside this section, there is detailed information about the research project, including its title, responsible researcher, version number, submission date, institution, status, location, and funding source. To the right of this information is a circular stamp with the text "COORDENADOR" and "PLATAFORMA BRASIL". At the bottom right of the main content area, there is a "Comprovante de Recepção" with the code "PB_COMPROMISSANTE_RECEPCAO_1162707".

BRASIL

Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Plataforma Brasil

Público Pesquisador Alterar Meus Dados

CAMILA CAMPOS

Cadastros

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O processo de constituição psíquica da criança com surdez congênita ou precoce sob o olhar psicanalítico.
Pesquisador Responsável: João Luiz Leitão Paravidini
Área Temática:
Versão: 4
CAAE: 62991017.3.0000.5152
Submetido em: 29/08/2018
Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

COORDENADOR

Comprovante de Recepção: PB_COMPROMISSANTE_RECEPCAO_1162707